

A decorative white line graphic consisting of several flowing, curved segments that start from the top right and end at the bottom left, creating a sense of movement and organic form.

DO VAZIO À VITALIDADE: Hortas Comunitárias Como Reapropriação Coletiva De Vazios Urbanos

KARYNE PEIXOTO DE AGUIAR VASCONCELOS

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado à Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito para obtenção do
título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof^a Maria de Jesus Britto Leite

UFPE, 2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Vasconcelos, Karyne Peixoto de Aguiar.

Do Vazio à Vitalidade: hortas comunitárias como reapropriação coletiva de vazios urbanos / Karyne Peixoto de Aguiar Vasconcelos. - Recife, 2025.
p.116 : il., tab.

Orientador(a): Maria de Jesus Britto Leite

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2025.

Inclui referências, apêndices.

1. Hortas comunitárias. 2. Vazios Urbanos. 3. Apropriação do Espaço Urbano. 4. Requalificação urbana. 5. Práticas coletivas. 6. Arquitetura participativa. I. Leite, Maria de Jesus Britto. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

| AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é só o resultado de um esforço individual, mas de uma trajetória construída coletivamente. A formação em Arquitetura e Urbanismo foi feita de encontros, trocas, dúvidas, recomeços e sonhos ao longo do caminho. Carrego, em mim, um pouco de cada pessoa que me acompanhou nessa travessia, e é a elas que dedico este agradecimento.

A Deus, por estar sempre presente e guiar a minha caminhada.

À minha família, em especial, aos meus pais, David Aguiar e Cristiane Elizabeth, às minhas tias Maria de Jesus, Maria Cristina e Cláudia Peixoto, e à minha avó Maria do Carmo, por cada gesto de incentivo e cuidado ao longo da jornada.

Aos professores e professoras do curso, pelo compromisso com a formação crítica e sensível. À minha orientadora, Maria de Jesus, agradeço especialmente pela escuta generosa, paciência, dedicação e pelos ensinamentos que foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos que tenho o privilégio de, hoje, além do curso, compartilhar a vida: Rebeca Campos, Marina Holanda e Lívia Moura. E, com carinho especial, ao meu GE: Leonardo Numeriano, Fernanda Ribeiro, Kaline Luize, Maria Mariana e Mariane Barbosa por cada troca, apoio, riso e construção coletiva. Vocês foram muito importantes no meu crescimento pessoal e profissional, e sigo levando cada um de vocês comigo.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Pernambuco e a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste TCC.

A todos, o meu sincero e eterno **obrigado!**

| RESUMO

Este trabalho investiga a ocupação de vazios urbanos por meio de hortas comunitárias, compreendendo essa prática como uma estratégia de apropriação coletiva do espaço urbano frente às desigualdades socioespaciais. Os vazios urbanos, enquanto expressões materiais da especulação imobiliária e do planejamento excludente, representam uma falha na efetivação da função social da propriedade e contribuem para a fragmentação das cidades brasileiras. Diante da previsão de crescimento contínuo das áreas urbanas e da população urbana nas próximas décadas, torna-se urgente repensar a utilização desses espaços ociosos. Nesse contexto, as hortas urbanas surgem como formas de resistência e regeneração territorial, ao introduzirem práticas ecológicas e colaborativas em territórios marginalizados. A partir de estudos bibliográficos, entrevistas e visitas, é realizada a análise de três hortas comunitárias localizadas na cidade do Recife. Assim, o trabalho busca compreender como essas iniciativas tensionam o modelo de urbanização e reconfiguram as relações entre campo e cidade, produção e consumo. Além disso, propõe reflexões sobre os desafios e limitações enfrentados no processo de ocupação e sobre a participação do profissional de Arquitetura e Urbanismo nessas iniciativas. Ao propor uma leitura das hortas como práticas espaciais coletivas, o estudo aponta para a possibilidade de construção de cidades mais justas, sustentáveis e conectadas com as necessidades reais de seus habitantes.

Palavras-chave: Hortas comunitárias, Agricultura urbana, Requalificação urbana, Práticas coletivas, Arquitetura participativa, Vazios Urbanos, Apropriação do espaço.

| ABSTRACT

This work investigates the occupation of urban voids through community gardens, understanding this practice as a strategy for collective appropriation of urban space in the face of socio-spatial inequalities. Urban voids, as material expressions of real estate speculation and exclusionary planning, represent a failure to fulfill the social function of property and contribute to the fragmentation of Brazilian cities. Given the forecasted continuous growth of urban areas and populations in the coming decades, rethinking the use of these idle spaces becomes an urgent task. In this context, urban gardens emerge as forms of resistance and territorial regeneration by introducing ecological and collaborative practices into marginalized territories. Based on bibliographic research, interviews, and field visits, the study analyzes three community gardens located in the city of Recife. The work seeks to understand how these initiatives challenge the dominant model of urbanization and reshape the relationships between rural and urban areas, as well as between production and consumption. Furthermore, it offers reflections on the challenges and limitations faced in the occupation process and on the role of Architecture and Urbanism professionals in these initiatives. By proposing an interpretation of gardens as collective spatial practices, this study points to the possibility of building fairer, more sustainable cities that are attuned to the real needs of their inhabitants.

Keywords: Community gardens, Urban agriculture, Urban regeneration, Collective practices, Participatory architecture, Urban Voids, Appropriation of Space.

| LISTA DE IMAGENS E ILUSTRAÇÕES:

Figura 1 - Gráfico percentual de municípios que possuem plano diretor

Figure 2 - Gráfico percentual de áreas densas, pouco densas e loteamentos vazios nas regiões brasileiras

Figura 3 - Gráfico percentual de segurança e insegurança alimentar, leve, moderada e grave no Brasil.

Figura 4 - Representação de níveis de variação térmica entre áreas urbanas e rurais em um município brasileiro

Figura 5 - Gráfico da relação entre quantidade de habitantes e cobertura vegetal no contexto de saúde mental ¹

Figura 6 - Gráfico da relação entre densidade populacional e saúde mental²

Figura 7 Mapa de Localização Horta Comunitária de Casa Amarela

Figura 8 - Mapa de Zonas e Macrozonas de recorte do Bairro de Casa Amarela

Figura 9 - Mapa de usos e equipamentos de recorte do bairro de Casa Amarela

Figura 10 - Mapa de áreas verdes, cursos d'água e orientação solar de recorte do bairro de Casa Amarela

Figura 11 - Mapa de topografia de recorte do bairro de Casa Amarela

Figura 12 - Ilustração representativa de altimetria de um recorte do bairro de Casa Amarela

Figura 13 - Terreno da Horta de Casa Amarela antes da intervenção

Registro de morador no espaço da Horta de Casa Amarela

Figura 14 - Registro de morador no espaço da Horta de Casa Amarela

Figura 15 - Imagem da planta baixa proposta para o projeto da Horta de Casa Amarela

Figura 16 Imagem de maquete virtual da proposta projetual para a Horta de Casa Amarela

Figura 17 - Imagem de maquete virtual da proposta projetual para a Horta de Casa Amarela. Área infantil

Figura 18 - Imagem de maquete virtual da proposta projetual para a Horta de Casa Amarela. Ponte para travessia

Figura 19 - Horta de Casa Amarela após a execução

Figura 20 - Horta de Casa Amarela após a execução

Figura 21 - Horta de Casa Amarela após a execução. Parque infantil

Figura 22 - Horta de Casa Amarela após a execução

Figure 23 -Moradores de Casa Amarela em evento festivo no espaço da Horta Comunitária

Figura 24 - Entrada do Jardim secreto

Figura 25 - Área de bancos para permanência Jardim Secreto

Figura 26 - Jardim secreto

Figura 27 - Área para sementeira Jardim Secreto

Figura 28. Moradores do bairro na Horta Comunitária Criada

Figura 29 - Nova Praça Joselino Lins em Casa Amarela

Figura 30 - Nova Praça Joselino Lins em Casa Amarela. Equipamentos de lazer

Figura 31 - Espaço da Horta de Casa Amarela atualmente

Figura 32 - Espaço da Horta de Casa Amarela atualmente

Figura 33 - Espaço da Horta de Casa Amarela atualmente

Figura 34 - Espaço da Horta de Casa Amarela atualmente

Figure 35 - Mapa de Localização Comunidade dos Pequenos Profetas

Figure 36 - Mapa de zoneamento territorial bairro de São José

Figura 37 - Mapa de usos e equipamentos predominantes em recorte do bairro de São José

Figura 38 - Mapa de áreas verdes, curso d'água e orientação solar em recorte do bairro de São José

Figura 39 - Estudo topográfico de recorte do bairro de São José

Figura 40 - Ilustração representativa de altimetria de um recorte do bairro de São José

Figura 41 - Imagem da planta baixa do segundo pavimento do edifício da Comunidade dos Pequenos Profetas

Figura 42 - Salão de entrada CPP

Figura 43 - Área de convivência CPP

Figura 44 - Refeitório CPP

Figura 45 - Sala para confecção e armazenamento de adubos e fertilizantes

Figura 46 - Sala de Jogos CPP

Figura 47 - Ateliê CPP

Figura 48 - Cozinha CPP

Figure 49 - Consultório CPP

Figura 50 - Cronograma de atividades semanal 2025

Figura 51 - Fachada do edifício da CPP antes da construção do Telhado ECO

Figura 52 - Vista aérea Telhado ECO CPP

Figura 53 - Detalhe estrutura do Telhado ECO. Escada de acesso.

Figura 54 - Detalhe estrutura do Telhado ECO. Escada de acesso.

Figura 55 - Detalhe estrutural.

Figura 56 - Detalhe estrutural

Figura 57 - Canteiros para cultivo.

Figura 58 - Telhado ECO

Figura 59 - Sementeira

Figura 60 - Detalhe de infraestrutura. Irrigação e clarabóias

Figura 61 - Detalhe de infraestrutura. Irrigação

Figura 62 - Sistema de automação da irrigação

Figura 63 - Casa de abelha Uruçu

Figura 64 - Abelhas Uruçu

Figura 65 - Flores resultado da polinização das abelhas Uruçu

Figura 66 - Caixa de materiais recicláveis

Figura 67 - Mapa de Localização Horta Mãos de Milagre

Figura 68 - Mapa de zoneamento territorial de recorte do bairro do Barro

Figura 69 - Mapa de usos e equipamentos predominantes em recorte do bairro do Barro

Figura 70 - Corpo de bombeiros atuando na Vila dos Milagres após queda de barreira

Figura 71 - Mapa de áreas verdes, cursos d'água e orientação solar em recorte do bairro do Barro

Figura 72 - Estudo topográfico de recorte do bairro do Barro

Figura 73 - Ilustração representativa de altimetria de um recorte do bairro de São José

Figura 74 - Plantio colaborativo com moradores da região

Figura 75 - Plantio realizado pelo coletivo

Figura 76 - Colheita de batata doce

Figura 77 - Cesta de legumes diversos fruto da horta comunitária

Figura 78 - Plantio em conjunto com a Secretaria Executiva de Agricultura Urbana do Recife

Figura 79 - Fundadora da Horta na colheita de batata doce

Figura 80 - Evento de dia das mães realizado pelo coletivo

Figura 81 - Fundadora do coletivo junto ao corredor ecológico de plantação de milho

Figura 82 - Colheita de milho

Figura 83 - Moradores e participantes do coletivo junto a Secretaria Executiva de Agricultura Urbana de Recife

| LISTA DE TABELAS:

Tabela 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas relacionadas à implementação de hortas comunitárias

| LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- **CPP** – Comunidade dos Pequenos Profetas
- **USF** – Unidade de Saúde da Família
- **FJP** – Fundação João Pinheiro
- **FAO** – Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura)
- **TSN** – Taxa de Solo Natural
- **ABES** – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
- **EoN** – Experiências com a Natureza
- **ICASS** – Instituto Casa Amarela Saudável e Sustentável
- **ESIG** – Escritório de Informações Geográficas do Recife
- **UCN** – Unidade de Conservação da Natureza
- **RPA** – Região Político-Administrativa
- **ZDS** – Zona de Desenvolvimento Sustentável
- **MANC** – Macrozona de Ambiente Natural Controlado
- **ZEPH** – Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural
- **MAC** – Macrozona de Ambiente Construído
- **ZEIS** – Zona Especial de Interesse Social

| SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. OS VAZIOS URBANOS E A FRAGMENTAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS	
1.1 As Raízes do Vazio: Urbanização, Mercado e Segregação.....	15
1.2 Políticas Públicas e o Papel do Estado.....	16
1.3 Diagnóstico dos Vazios Urbanos no Brasil.....	19
2. RUPTURA ENTRE CAMPO E CIDADE: CRISES URBANAS E AMBIENTAIS	
2.1 O processo de Desconexão Produtiva.....	23
2.2 Insegurança Alimentar e Desigualdade Socioespacial.....	24
2.3 Concreto, Crise e Clima: O Custo Ambiental da Urbanização.....	25
2.4 Alienação Simbólica e Impactos Psicológicos.....	27
3. REAPROPRIAÇÕES COLETIVAS: EXPERIÊNCIAS DE HORTAS COMUNITÁRIAS NO RECIFE	
3.1 Horta Comunitária de Casa Amarela.....	31
3.1.1 Localização e Caracterização do Entorno.....	31
3.1.2 Processo de Intervenção.....	36
3.1.3 Projeto Urbano e Paisagístico.....	38
3.1.4 Impactos e Desafios.....	42
3.2 Telhado ECO: Comunidade dos Pequenos Profetas.....	49
3.2.1 Localização e Caracterização do Entorno.....	49
3.2.2 A Organização: Comunidade dos Pequenos Profetas.....	53
3.2.3 Projeto e Processo de Intervenção.....	57
3.2.4 Percepção de Impacto.....	62
3.3 Horta Comunitária Mãos de Milagre.....	64
3.3.1 Localização e Caracterização do Entorno.....	64
3.3.2 Processo de Intervenção.....	69
3.3.3 Impactos e Desafios.....	72
4. ENTRE IMPACTOS E CONFLITOS: O QUE A HORTA SEMEIA?	
4.1 A Potência das Hortas no Territórios Urbano.....	76
4.1.1 Impactos Sociais e Simbólicos.....	76
4.1.2 Saúde e Segurança Alimentar.....	77
4.1.3 Impacto Ambiental.....	78
4.1.4 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	79
4.2 Tensões e Fragilidades do Processo de Ocupação.....	81
4.2.1 Falta de Recursos.....	81
4.2.2 Lutas pelo Direito à Propriedade.....	82
4.2.3 Conflitos Interpessoais.....	83
4.2.4 Contradições na Relação com o Poder público.....	84

4.3 O Papel do Arquiteto em Processos Coletivos de Ocupação.....	86
4.3.1 Atuação Profissional e Papel Social do Arquiteto.....	87
4.3.2 O Arquiteto e as Hortas Comunitárias.....	89
4.3.3 Arquitetura Participativa: Diretrizes de Atuação em Hortas Comunitárias...91	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
APÊNDICE A	101
APÊNDICE B	105
APÊNDICE C	111
APÊNDICE D	114

| INTRODUÇÃO

Os vazios urbanos são expressões visíveis das contradições que estruturam a produção das cidades brasileiras. Segundo Maia e Leonelli (2020), os vazios urbanos se constituem por glebas, lotes ou edificações vacantes que não cumprem a função social da propriedade, gerando instabilidade na malha urbana e aprofundando a fragmentação socioespacial. Fruto da especulação imobiliária, do planejamento excludente e das transformações nos modos de uso do solo, esses espaços permanecem desocupados ou subutilizados mesmo diante da crescente demanda por moradia, infraestrutura e espaços coletivos da população urbana.

Estimativas do IBGE (2019) apontam que o Brasil possuía, naquele ano, mais de 2.108 km² de loteamentos vazios, concentrados, especialmente, em áreas urbanizadas de média e alta densidade. A partir disso, é possível evidenciar as contradições existentes na ocupação do território nas cidades.

Tem-se, ainda, que, pesquisas da World Population Prospects 2024 e World Urbanization Prospects 2018, apontam para a continuidade do crescimento populacional e de áreas urbanas. No Brasil, a perspectiva é que, até 2050, mais de 90% da população viverá em áreas urbanas. A partir disso, surge o questionamento: Diante do avanço da urbanização e do aumento da população urbana, de que forma os vazios urbanos podem ser reconfigurados como espaços de uso coletivo, assegurando sua função social frente às desigualdades crescentes?

É nesse contexto que as hortas comunitárias emergem como estratégias de ocupação do espaço urbano que articulam práticas ecológicas, produção alimentar e construção coletiva. Ao introduzirem a lógica do cultivo colaborativo no interior de territórios abandonados, as hortas desafiam o modelo de cidade orientado pela especulação e propõem formas alternativas de apropriação do espaço. Além disso, permitem uma reconexão entre campo e cidade, consumo e produção.

Esta investigação se justifica pela urgência de pensar alternativas sustentáveis, coletivas e ecossociais para a requalificação urbana, principalmente, em contextos de desigualdade, bem como pelo potencial das hortas urbanas em tensionar o papel da arquitetura e do planejamento frente à crise urbana contemporânea.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo investigar a importância da implantação de hortas urbanas como intervenção urbana e social em vazios urbanos. Seus objetivos específicos são:

- Analisar os vazios urbanos como resultado de processos socioespaciais excludentes e da lógica especulativa do solo urbano
- Compreender as relações entre as problemáticas da cidade moderna e o distanciamento histórico entre espaço urbano e campo
- Examinar experiências existentes de hortas urbanas
- Entender os impactos, desafios e tensões que fazem parte da ocupação de vazios urbanos por hortas comunitárias

Foram selecionadas três iniciativas localizadas no Recife para análise dos processos de ativação espacial por meio da agricultura urbana: o Telhado ECO da Comunidade dos Pequenos Profetas, a Horta Comunitária de Casa Amarela e a Horta Mãos de Milagre. Esses casos apresentam contextos diversos em relação à localização, características do bairro, tipo de espaço ocupado e formas de atuação dos coletivos gestores, permitindo uma análise mais abrangente das variáveis envolvidas.

A pesquisa se desenvolveu a partir de revisões bibliográficas, entrevistas estruturadas e semi estruturadas com gestores das hortas e arquitetos participantes e visitas de campo. Assim, foi possível entender melhor como essas iniciativas impactam na construção do espaço urbano, como elas se relacionam com o meio ambiente e a população e quais são os principais desafios e contradições deste processo.

O trabalho se estrutura em quatro capítulos. O Capítulo 1 apresenta uma contextualização sobre a ocupação do território nas cidades brasileiras, abordando o processo de urbanização, a produção dos vazios urbanos e as políticas públicas relacionadas. O Capítulo 2 analisa o distanciamento histórico entre campo e cidade, discutindo suas implicações socioambientais e o surgimento das hortas urbanas como práticas de reaproximação. O Capítulo 3 é dedicado à apresentação e análise dos estudos de caso selecionados, buscando compreender as especificidades de cada experiência de ocupação. Por fim, o Capítulo 4 retoma os principais elementos discutidos nos capítulos anteriores, refletindo sobre os impactos, desafios e contradições desses processos, e propõe diretrizes para a atuação crítica do arquiteto nesses contextos.



CAPÍTULO 1:

**OS VAZIOS URBANOS E A FRAGMENTAÇÃO
DAS CIDADES BRASILEIRAS**

Os vazios urbanos são uma realidade presente nas cidades brasileiras e têm sido objeto de estudo devido aos seus impactos no ordenamento territorial. Inicialmente, é preciso entender que os vazios urbanos não se restringem apenas a terrenos baldios ou loteamentos desocupados, mas podem incluir áreas construídas sem uso efetivo, como telhados, fundos de lote, estacionamentos abandonados e lajes não acessadas como esclarece Maia e Leonelli (2020):

Vazios Urbanos – em suas diversas funções e escalas – são constituídos por glebas, terrenos, lotes ou edifícios vacantes (sem uso, ocupação ou subutilizados) inseridos em terra urbana e/ou urbanizada que não cumprem a função social da propriedade. Procedem do esvaziamento – social e fisicamente produzido – que atuam como pontos de desequilíbrio e instabilidade da forma urbana ou manifestam-se como processo e resultado da cidade dispersa caracterizada por configurar um território descontínuo, espalhado e fragmentado. (Maia; Leonelli, 2020)

| 1.1 AS RAÍZES DO VAZIO: URBANIZAÇÃO, MERCADO E SEGREGAÇÃO

Ao considerar que a malha urbana é reflexo de todos os aspectos e práticas sociais e políticas em um local, como foi trazido por Lefebvre em sua obra *A Produção do espaço* (1991), faz-se necessário entender os principais agentes e influências desse fenômeno no Brasil.

A urbanização brasileira, desde o século XX, consolidou-se sobre processos industriais, segregação territorial e ausência de planejamento urbano. A migração do campo para as cidades, somada à concentração fundiária e à mercantilização do solo, levou as populações mais pobres para áreas periféricas, enquanto os centros se tornaram pólos comerciais e financeiros (Silva, 2020). Assim, a ocupação do solo aconteceu de maneira desordenada e sem uma infraestrutura necessária, gerando diversos vazios espalhados pela cidade em um padrão baseado na segregação social e na inversão do valor de uso da terra pelo valor de troca como discute Lefebvre (1968):

...a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso. (Lefebvre, 1968, p.14)

Nesse cenário, mesmo diante da permanência da desigualdade social, o investimento em terras e propriedades segue alimentando a produção de novos

vazios. De um lado, edificações recém-construídas permanecem desocupadas enquanto aguardam valorização no mercado; de outro, imóveis considerados de baixo valor são abandonados. Como analisa Beltrame (2013), os vazios urbanos são fruto, e continuam sendo, de uma estratégia mercadológica para valorização do capital. Este ciclo reforça a desigualdade e acompanha a expansão urbana conforme áreas se desvalorizam e outras emergem como nichos de investimento.

A reserva especulativa, o vazio urbano, aparece, assim, como óbice à acessibilidade territorial, condicionando parcela representativa de pessoas a viverem às margens do direito à cidade, enquanto, como indicado por Maricato (2005), um patrimônio concentrado nas áreas mais servidas de infraestrutura e serviços permanece ocioso. (Beltrame, 2013).

Além disso, os espaços abandonados geram risco à saúde e, em algumas situações, apresentam também riscos ambientais ao acumular lixo, mato, água parada e atrair animais transmissores de doenças como ratos, baratas e mosquitos. Reportagens recentes, evidenciam como a negligência dos proprietários e a omissão do poder público resultam em riscos sanitários e ambientais como em Presidente Prudente, onde multas por terrenos mal conservados aumentaram 43% em apenas um ano (O Imparcial, 2024).

Em outra perspectiva, estes espaços também contribuem para um custo indireto significativo para os municípios, que se veem obrigados a expandir redes de infraestrutura para áreas cada vez mais distantes, enquanto terrenos centrais permanecem subutilizados. Como aponta Maricato (2001), essa lógica de expansão contínua e dispersa encarece a gestão urbana e intensifica as desigualdades socioespaciais.

| 1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DO ESTADO

Diante dessa realidade, com o rápido crescimento urbano impulsionado pelo êxodo rural, as problemáticas das cidades passaram a ganhar destaque nas pautas do poder público. O crescimento desordenado, a ocupação irregular do solo e a precarização das infraestruturas urbanas evidenciaram a necessidade de diretrizes para o planejamento e a gestão das cidades. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 incorporou o Artigo 182, que estabeleceu a política de desenvolvimento urbano com base na função social da propriedade.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. (BRASIL, 1988, Art. 182)

Além disso, a falta de regulamentação específica levou à criação do Estatuto da Cidade, que detalhou instrumentos como os Planos Diretores, a partir da lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, essenciais para orientar o uso e a ocupação do solo nos municípios brasileiros. Nesse aspecto, destaca-se as diretrizes IV e VI, do art. 2º, que se relacionam à problemática dos vazios urbanos e evidenciam a necessidade de mecanismos para evitar a subutilização do solo. A previsão legal busca impedir a retenção especulativa de imóveis, a deterioração de áreas urbanizadas e do meio ambiente e o uso inadequado dos terrenos urbanos, fatores que frequentemente contribuem para a formação dos vazios urbanos. Além disso, ao considerar os impactos negativos do crescimento desordenado e suas consequências para o meio ambiente, essas diretrizes reforçam a importância do planejamento urbano como estratégia para garantir a ocupação sustentável dos espaços.

Art. 39: A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei. (BRASIL, 2001, Art.39)

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

- a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;
- e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
- f) a deterioração das áreas urbanizadas;
- g) a poluição e a degradação ambiental;” (BRASIL, 2001, Art. 2º, incisos IV; VI a,c,e,f,g)

Dessa forma, o Estatuto da Cidade não apenas reconhece a existência desse problema, mas também propõe instrumentos de gestão que buscam garantir que o

solo urbano cumpra sua função social e promova o uso sustentável e equilibrado das áreas disponíveis nas cidades. (BRASIL, 2001)

A partir disso, é importante destacar a participação do estado como um agente responsável pelo ordenamento e cumprimento da função social do espaço urbano (BRASIL, 1988, art. 182). Em seu texto, Beltrame (2013) evidencia o poder do estado em interferir positivamente ou negativamente na problemática dos vazios urbanos. Além de deter propriedades e, portanto, poder usar essas propriedades em prol da sociedade, é possível regular, por meio de legislações, o uso e ocupação das terras. Assim, é possível ter ações e políticas públicas como intermédio e controle das intervenções onde o interesse econômico está à frente do social.

Ao intervir no urbano, o Estado pode, como resultado de investimentos e obras públicas, elevar os valores imobiliários, restringindo e impedindo o acesso ao mercado imobiliário. Ademais, de maneira ainda mais direta, o Estado possibilita a formação de vazios ao promover grandes intervenções urbanas. Contudo, o Estado também poderia contribuir para coibir a formação e mitigar os vazios existentes produzindo políticas ativas. (Beltrame, 2013)

Segundo dados do IBGE (2021), como mostra o gráfico divulgado pela pesquisa CNT de mobilidade urbana, grande parte do país tem o suporte das diretrizes presentes no plano diretor. Entretanto, o problema continua persistente e demonstra a ineficiência da aplicação e fiscalização dessas medidas pelo poder público. No próximo tópico será possível comparar dados e informações de cada região, a fim de entender a situação atual da problemática no país. (CNT, 2024)



Figura 1. Gráfico percentual de municípios que possuem plano diretor

Fonte: CNT, 2024.

| 1.3 DIAGNÓSTICO DOS VAZIOS URBANOS NO BRASIL

Em 2019, o IBGE estimou que o Brasil possuía mais de 2.108 km² apenas de loteamentos vazios, representando 4,4% das áreas urbanizadas. Ao analisar dados complementares acerca da concentração urbana regional, percebe-se que a maior concentração desses lotes vazios são observados em áreas que já possuem média e densa concentração urbana (IBGE, 2019). Esse dado revela uma contradição entre demanda e usabilidade da terra, uma vez que a demanda de uso não corresponde à função do espaço.

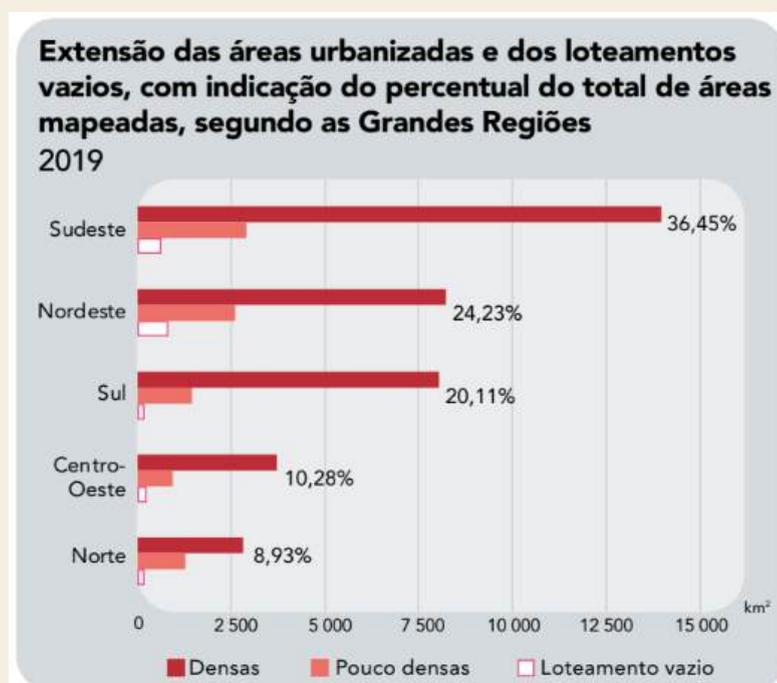


Figure 2. - Gráfico percentual de áreas densas, pouco densas e loteamentos vazios nas regiões brasileiras

Fonte: IBGE, 2019

Essa contradição também pode ser observada em outros contextos. Além dos terrenos baldios e loteamentos vazios, os vazios urbanos se manifestam também em edificações subutilizadas e denunciam a contradição entre a presença de vazios com a problemática da falta de moradia no país. Segundo dados do Censo Demográfico (IBGE) de 2022, houve um aumento do número de domicílios no país de 34% entre 2010 e 2020, enquanto o número de domicílios particulares vagos aumentou 87%, totalizando 11,4 milhões naquele ano (AGÊNCIA IBGE, 2023). Acompanhando o aumento desses números, está também o déficit habitacional no

país que aumentou 4,2% entre 2019 e 2022, totalizando 6 milhões segundo dados divulgados pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2024). Esses dados evidenciam que o problema da moradia no país não é apenas quantitativo, mas sobretudo político e territorial, uma vez que habitações ociosas coexistem com a falta de acesso à moradia digna.

Além disso, é válido destacar outros pontos importantes. Em 2024 o Instituto Polis divulgou uma pesquisa baseada em dados do IBGE (2022) que mostra um total de 2,51 milhões de m² de terrenos vazios mapeados no centro da cidade de São Paulo. Considerando as condições de infraestrutura já presentes na região, este é mais um dos dados que corrobora com a elevação dos custos de gestão urbana e compromete a eficiência do gasto público. Destaca-se ainda que, “No município de São Paulo, 1% dos proprietários (22.400 pessoas) concentra 25% de todos os imóveis registrados na cidade, o que significa 45% do valor imobiliário municipal (R\$ 749 bilhões) (Georges, 2017, p. 30). Assim, é preciso destacar a relação da presença dos vazios urbanos com a apropriação do valor da terra por uma pequena parcela da população, o que deixa ainda mais evidente o mecanismo de desigualdade social sustentado nas cidades.

É preciso considerar, também, que a tendência de crescimento populacional traz ainda mais urgência às problemáticas do uso e ocupação do solo no país, principalmente, em relação ao crescimento de áreas urbanas. Segundo dados do relatório *World Urbanization Prospects*, publicado pela Divisão de População da ONU, estima-se que, em 2050, cerca de 68% da população mundial viverá em cidades, com uma projeção total de aproximadamente 9,7 bilhões de pessoas (*World Population Prospects*, 2024). No Brasil, a perspectiva acompanha a tendência global, mas com uma projeção ainda mais marcante: estima-se que, em 2050, mais de 90% da população viverá em áreas urbanas (*World Urbanization Prospects*, 2018). Assim, é previsível que o aumento da demanda aumentará também o valor da terra e a necessidade de infraestrutura necessária, alertando, conseqüentemente, para o aumento da desigualdade se a lógica de ocupação territorial seguir os padrões atuais.

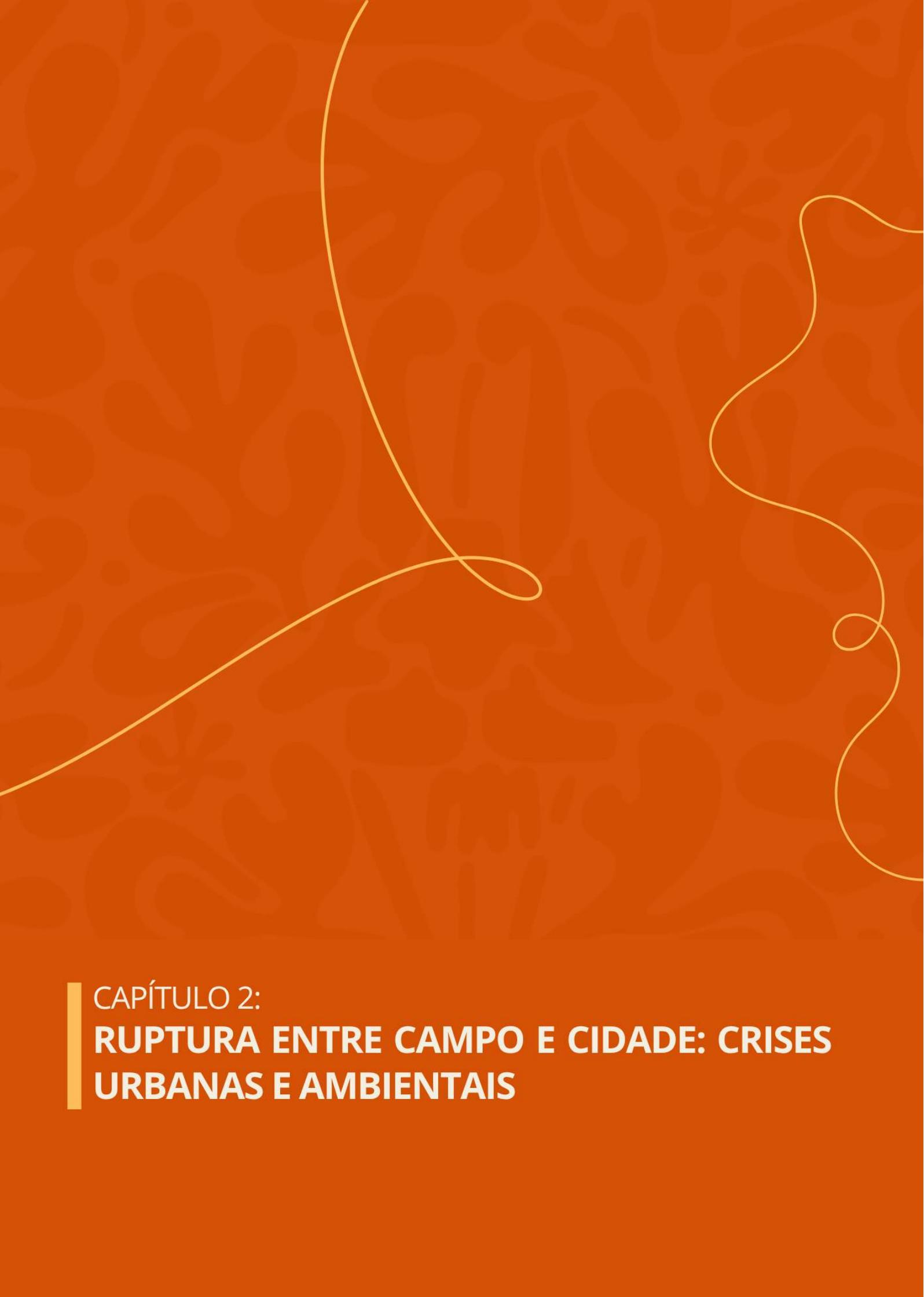
Fica evidente, portanto, que o uso e a ocupação do solo no país ocorre sob as normas ocultas do capital que fortalecem as desigualdades e ignoram as diretrizes constitucionais para produção de um espaço mais democrático e que tenha como prioridade uma função social ativa. Além disso, diante da tendência

contínua de crescimento urbano, é possível prever que as cidades continuem se expandindo nos próximos anos. No entanto, essa expansão, ao invés de corrigir desigualdades históricas e integrar espaços ociosos à dinâmica urbana, tende a aprofundar as problemáticas existentes como os vazios urbanos, o desequilíbrio na distribuição dos usos do solo e a segregação socioespacial. Na lógica atual do mercado imobiliário, essas áreas desocupadas não são vistas como oportunidades de resposta às necessidades das comunidades ou do meio ambiente, mas sim como ativos especulativos que aguardam valorização, guiados por interesses econômicos, e não sociais ou ecológicos.

Assim, considerando a perceptível ineficiência política frente a essa realidade, urge a necessidade de discutir e propor novas soluções que busquem incentivar a apropriação desses espaços em favor da comunidade, da urbanidade local e do equilíbrio com o ecossistema. Para isso, o presente trabalho busca reconhecer que os espaços não construídos, vazios ou subutilizados são, também, um potencial para a mudança como traz Clemente et al. (2011):

Os vazios urbanos constituem espaços de transição temporal com potencialidades para transformações, porque esses espaços configuram “oportunidades de mudança, que pode implicar novo uso, nova construção” (SOUSA, 2010, p. 60). Dessa forma, o vazio pode ser entendido como potência, como algo que ainda não existe no plano material, mas que significa energia de fazer. (Clemente et al., 2011)

A partir disso, é possível questionar: Como estimular um sentimento de pertencimento à terra, à cidade e ao território, que possa abrir caminho para formas de ocupação mais conectadas com as pessoas, a cidade e com o ecossistema local?

The background is a solid orange color. There are two thin, white, hand-drawn style lines. One line starts from the top left, curves down and then back up towards the center. The other line starts from the top right, curves down and then back up towards the center, mirroring the first line's path.

CAPÍTULO 2:

**RUPTURA ENTRE CAMPO E CIDADE: CRISES
URBANAS E AMBIENTAIS**

Ainda considerando o contexto de formação das cidades contemporâneas, destaca-se a necessidade de considerar outro fenômeno que influencia no uso e ocupação do espaço urbano e traz problemáticas à qualidade da vida nas cidades: o distanciamento entre os espaços do campo e da cidade ao longo do tempo. Assim, será possível alinhar a necessidade de ocupação do solo a soluções que considerem o equilíbrio com o ecossistema.

| 2.1 O PROCESSO DE DESCONEXÃO PRODUTIVA

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 70% do consumo total de alimentos do mundo hoje ocorre nas cidades. Se essa tendência continuar, será necessário produzir “60% a mais de comida, 50% a mais de energia e 40% a mais de água” para atender a população mundial (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2015). Esses dados escancaram a dissociação crescente entre os territórios de produção e os espaços de consumo.

Ao buscar entender os contextos da ineficiência dessa equação, é preciso destacar as raízes históricas que interferem na definição e formação dos espaços urbanos e rurais. A relação entre cidade e produção agrícola é anterior à própria ideia de urbanização como é conhecida. As primeiras cidades só se tornaram possíveis com o desenvolvimento de técnicas agrícolas que permitiram a produção de excedentes e a liberação de parte da população para outras atividades (Rossi, 2025). Desde então, a terra fértil e a proximidade da água foram fatores essenciais na configuração dos assentamentos humanos. A dissociação entre produção e consumo, típica das cidades modernas, representa portanto uma ruptura histórica.

Essa separação foi intensificada, principalmente, pela industrialização, que consolidou a cidade como centro simbólico e material da modernidade. O espaço urbano passou a ser associado à técnica, ao progresso e à invenção, enquanto o campo foi subordinado a uma lógica de produção funcional. Como observam Araújo e Soares (2009), essa relação não apenas opõe cidade e campo, mas também os conecta por uma hierarquia que impõe a homogeneização do rural sob os interesses urbanos:

Quando não são vistos de forma oposta, estas duas realidades espaciais são observadas pelo viés da subordinação da cidade sobre o campo, onde

a cidade avança pelo campo, suprimindo suas especificidades e homogeneizando-o. (Araújo;Soares, 2009, p. 202)

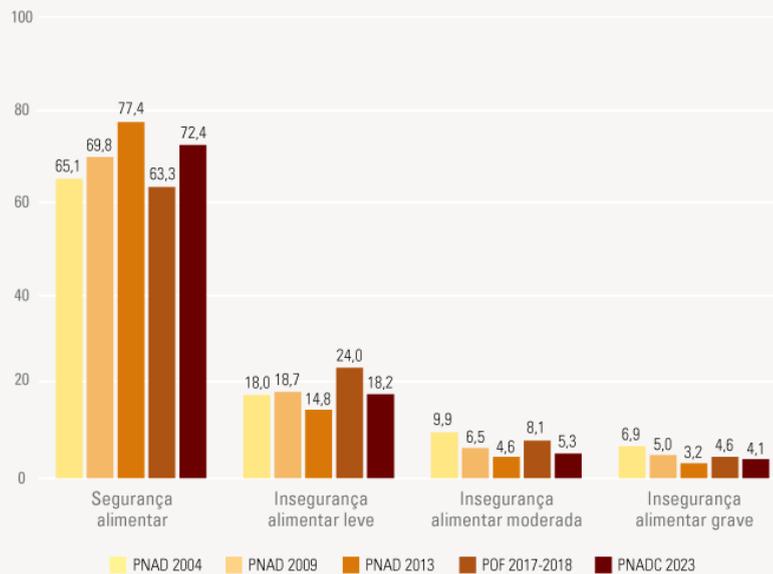
Nesse sentido, esse distanciamento físico e simbólico impacta diretamente na forma como se ocupa e se valoriza o solo urbano. A terra nas cidades torna-se prioritariamente suporte para a construção civil e a acumulação imobiliária, enquanto o campo é baseado na produção intensiva. Entretanto, essa lógica espacial tem consequências concretas que se tornam cada vez mais evidentes com o crescimento dos núcleos urbanos: crises alimentares, mudanças climáticas e desigualdades socioespaciais que marcam a cidade contemporânea como os dados a seguir evidenciam.

| 2.2 INSEGURANÇA ALIMENTAR E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL

No campo alimentar, a desconexão entre o espaço de produção e o de consumo também gera impactos significativos. Com a concentração populacional nas cidades e a dependência logística do campo, os custos de transporte elevam o preço final dos alimentos, afetando especialmente as populações de baixa renda. Segundo a ONG Banco de Alimentos com base em dados fornecidos pela Embrapa, cerca de 50% das perdas totais de alimentos ocorrem nas etapas de transporte e armazenamento. Em um ano, estima-se que 27 milhões de toneladas de alimentos são desperdiçados no Brasil, considerando também as perdas no campo, que correspondem a 10%, nas centrais de abastecimento, que representam 30% e nos supermercados que é estimado em 10%. (ONG BANCO DE ALIMENTOS, 2021)

Como consequência, o acesso à alimentação de qualidade torna-se cada vez mais limitado. Enquanto alimentos ultraprocessados e baratos se tornam predominantes, os produtos frescos e nutritivos se tornam inacessíveis a grande parte da população. Segundo dados do IBGE, o Brasil tinha em 2023, “27,6% (ou 21,6 milhões) dos seus domicílios em situação de insegurança alimentar” (IBGE, 2023), sendo que “em metade (50,9%) dos domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave, o rendimento domiciliar per capita era inferior a meio salário mínimo.” (AGÊNCIA IBGE, 2024)

Prevalência de segurança alimentar e insegurança alimentar leve, moderada e grave nos domicílios particulares permanentes - 2004/2023 - Brasil (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS IBGE

Figura 3. - Gráfico percentual de segurança e insegurança alimentar, leve, moderada e grave no Brasil.

Fonte: AGÊNCIA IBGE, 2024

2.3 CONCRETO, CRISE E CLIMA: O CUSTO AMBIENTAL DA URBANIZAÇÃO

Ainda que as legislações atuantes nas cidades, como os planos diretores e a lei de uso e ocupação do solo determine áreas mínimas de solo permeável em construções, as cidades ainda são, em sua maioria, cobertas por solo impermeável e tendem a continuar esse padrão com a expansão de infraestrutura urbana e a presença de construções irregulares que não atendem as normas indicadas de TSN (taxa de solo natural). Essa realidade diminui o processo de filtragem da água da chuva e impacta diretamente no aumento de desastres naturais como inundações, alagamentos, deslizamentos de terra, entre outros. Na cidade de Recife, por exemplo, a LEI N° 16.176/96 de uso e ocupação do solo determina taxas entre 20% a 50% de solo permeável de acordo com a localidade da construção (RECIFE, 2020, Art. 65-72). Entretanto, uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) mostra a crescente impermeabilização

das áreas da cidade e como consequência, as constantes problemáticas com inundações e alagamentos.

...nos últimos 50 anos, o bairro de Boa Viagem teve um ... aumento da área edificada de 36% para 58% e uma redução da cobertura vegetal de 21% para 6% na região próxima das praias do Pina e de Boa Viagem entre os anos de 1974 e 2005 ... (Gonçalves et al., 2013). O aumento das áreas impermeabilizadas e a redução da cobertura vegetal reduziram a capacidade de infiltração do solo e aumentaram o escoamento superficial das águas pluviais pelas ruas e avenidas. A intensa ocupação urbana sem o devido planejamento, associada à falta de uma infraestrutura de drenagem adequada, gerou um ambiente muito propício à ocorrência de alagamentos durante eventos chuvosos (Silva Junior; Silva; Alcoforado, 2016). (Figueiredo; Cavalcanti; Silva, 2018)

No país, segundo a Agência Brasil (ANO), com base em dados da Confederação Nacional de Municípios, foi estimado que, entre 2013 e 2022, 93% dos municípios foram atingidos por algum desastre natural como alagamentos, tempestades, enxurradas e inundações. (AGÊNCIA BRASIL, 2023)

Além disso, a ausência de cobertura vegetal e a concentração de superfícies impermeáveis elevam significativamente as temperaturas locais. De acordo com estudos realizados por Amorim et al. (2021), desenvolvidos na Unesp e publicados na Urban Climate, a diferença térmica entre zonas verdes periféricas e áreas centrais asfaltadas pode variar de 5°C a 10°C, intensificando o desconforto térmico e a desigualdade ambiental. (Pivetta, 2023)



Figure 4. - Representação de níveis de variação térmica entre áreas urbanas e rurais em um município brasileiro
Fonte: Pivetta, 2023

| 2.4 ALIENAÇÃO SIMBÓLICA E IMPACTOS PSICOLÓGICOS

Além dos impactos físicos e territoriais, o distanciamento entre cidade e campo também se manifesta como uma ruptura simbólica e cultural. O modo de vida urbano tem produzido uma desconexão progressiva entre a população e os meios de produção de alimento, esvaziando a experiência sensível com o solo e com os ciclos naturais. A terra, antes associada à subsistência e ao pertencimento, torna-se um suporte abstrato, invisibilizado e instrumentalizado. Nesse contexto, crescem os debates sobre os efeitos psicológicos, sociais e ambientais dessa alienação, especialmente nas cidades densamente urbanizadas.

Segundo McDonald, Beatley e Elmqvist (2018), apenas 13% da população urbana mundial vive próximo de áreas com mais de 20% de cobertura verde. Com base nisso, as pesquisas realizadas indicam que essa ausência do verde nos centros urbanos está diretamente relacionada ao aumento dos níveis de estresse, ansiedade e outros transtornos mentais, configurando o que os autores denominam como “penalidade psicológica urbana”. Para eles, o ambiente urbano acaba se tornando “inumano” ao priorizar o concreto aos ambientes naturais, ou seja, um espaço que priva o corpo e os sentidos do contato com ciclos vitais e estímulos naturais. (tradução própria)

Nossos resultados sugerem que a maioria dos moradores urbanos vive em ambientes com baixos níveis de exposição à natureza e, portanto, pode estar mais suscetível à penalidade psicológica urbana. Nosso novo mundo urbano, embora represente algo essencialmente humano, é também surpreendentemente antinatural, o que provavelmente afeta negativamente a saúde mental. (Mcdonald, et al., 2018, tradução própria)

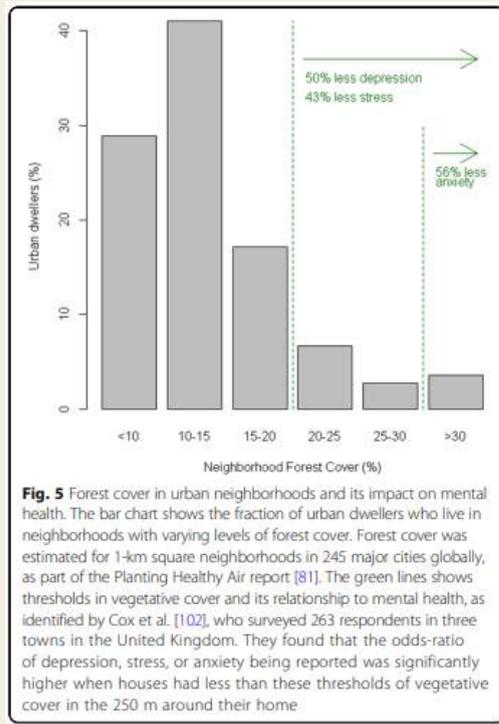


Figure 5. - Gráfico da relação entre quantidade de habitantes e cobertura vegetal no contexto de saúde mental¹
 Fonte: Tradução livre de MCDONALD ET.AL, 2018

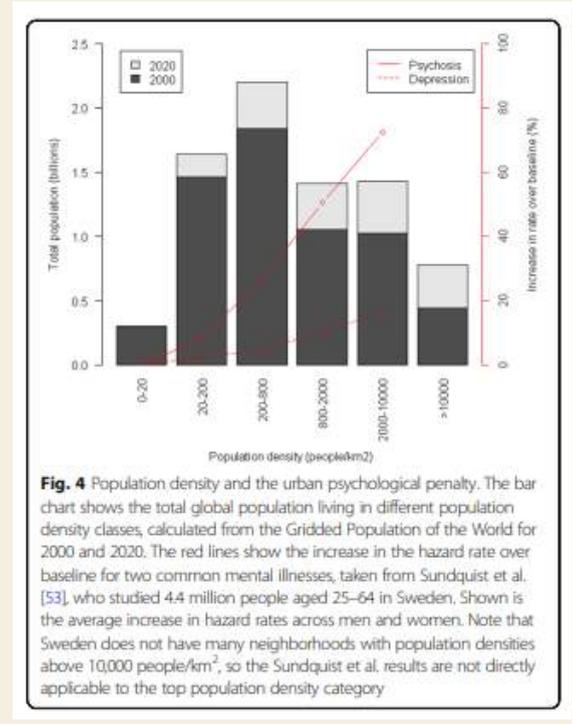


Figure 6. - Gráfico da relação entre densidade populacional e saúde mental²
 Fonte: Tradução livre de MCDONALD ET.AL, 2018

Clayton et al. (2016) analisam como a transformação das *experiências com a natureza* (EoN) nas cidades contemporâneas têm afetado profundamente as emoções, atitudes e comportamentos humanos. Segundo os autores, a redução do contato cotidiano com ambientes naturais gera não apenas distanciamento afetivo, mas também perda de habilidades ecológicas, desconhecimento da biodiversidade e enfraquecimento da responsabilidade ambiental. O avanço da urbanização e da tecnologia intensifica esse afastamento, convertendo a relação com a natureza em eventos planejados e, muitas vezes, idealizados, o que contribui para uma percepção artificial do meio natural. Nesse sentido, promover novas formas de interação direta e cotidiana com a terra pode ter impactos significativos tanto na

¹ O gráfico de barras mostra a fração de habitantes urbanos que vivem em bairros com diferentes níveis de cobertura florestal. A cobertura foi estimada para bairros de 1 km² em 245 grandes cidades globais, segundo o relatório *Planting Healthy Air* [81]. As linhas verdes indicam os limiares de cobertura vegetal e sua relação com a saúde mental, conforme estudo de Cox et al. [102], que entrevistaram 263 pessoas em três cidades do Reino Unido. Os autores identificaram maior ocorrência de depressão, estresse ou ansiedade em residências com cobertura vegetal inferior a esses limiares, num raio de 250 metros ao redor do domicílio.

² O gráfico de barras mostra a população global total vivendo em diferentes faixas de densidade populacional, calculadas a partir do *Gridded Population of the World* para os anos de 2000 e 2020. As linhas vermelhas indicam o aumento da taxa de risco em relação à linha de base para duas doenças mentais comuns, com dados extraídos de Sundquist et al. [53], que estudaram 4,4 milhões de pessoas entre 25 e 64 anos na Suécia. Apresenta-se o aumento médio das taxas de risco entre homens e mulheres. Observa-se que a Suécia possui poucos bairros com densidade populacional superior a 10.000 pessoas por km², de modo que os resultados de Sundquist et al. não são diretamente aplicáveis à categoria de maior densidade populacional.

saúde individual quanto na regeneração dos vínculos socioecológicos.(tradução própria)

Experiências com a natureza que são autogeridas podem proporcionar às pessoas uma maior sensação de autonomia e controle, aumentando, assim, a motivação para se engajar na conservação. Para muitas pessoas, de fato, “conectar-se com a natureza” é significativamente motivado pelo desejo de “desconectar-se” ou escapar do ambiente urbano moderno (Kaplan & Kaplan, 1989), e essa conexão é interpretada a partir do contraste entre esses dois contextos. Experiências compartilhadas contribuem para a transmissão de valores, atitudes e comportamentos em relação à natureza entre amigos e/ou familiares, e ajudam a construir uma identidade social e uma preocupação coletiva com o meio ambiente. (Clayton et al., 2016, tradução própria)

Portanto, os dados apresentados não são manifestações isoladas, mas expressões articuladas de um modelo de urbanização que rompeu o vínculo entre o ser humano e a terra.

É nesse cenário que a horta comunitária se apresenta como uma das formas de ocupação dos espaços abandonados ou subutilizados pela comunidade. Simultaneamente ecológicas, políticas e sociais, elas reaproximam produção e consumo, rompem a lógica de exclusão do solo urbano e reativam a dimensão coletiva do espaço. O cultivo compartilhado em áreas subutilizadas ressignifica o vazio não apenas como superfície ociosa, mas como potência de vida, espaço de subsistência, pertencimento e ativação comunitária. Ao tensionar a lógica dominante de uso e propriedade da terra, as hortas revelam caminhos possíveis para reinventar a relação entre cidade e natureza. A partir de casos de estudo, é possível perceber tanto os efeitos dessas iniciativas sobre o espaço urbano quanto os conflitos e desafios que emergem do processo de reapropriação.

The background is a solid yellow color. Two thin, white, curved lines are drawn across the upper portion of the page. One line starts from the left edge, curves upwards and to the right, then loops back to the left. The other line starts from the right edge, curves downwards and to the left, then loops back to the right.

CAPÍTULO 3:

**REAPROPRIAÇÕES COLETIVAS: EXPERIÊNCIAS
DE HORTAS COMUNITÁRIAS NO RECIFE**



| 3.1 HORTA COMUNITÁRIA DE CASA AMARELA

| 3.1.1 Localização e Caracterização do Entorno

A Horta Comunitária de Casa Amarela se localiza na Rua Professor Souto Maior, nº 240, no bairro de Casa Amarela, no Recife, Pernambuco, e ocupa aproximadamente 1.500 m² de área.

➤ MAPA DE LOCALIZAÇÃO

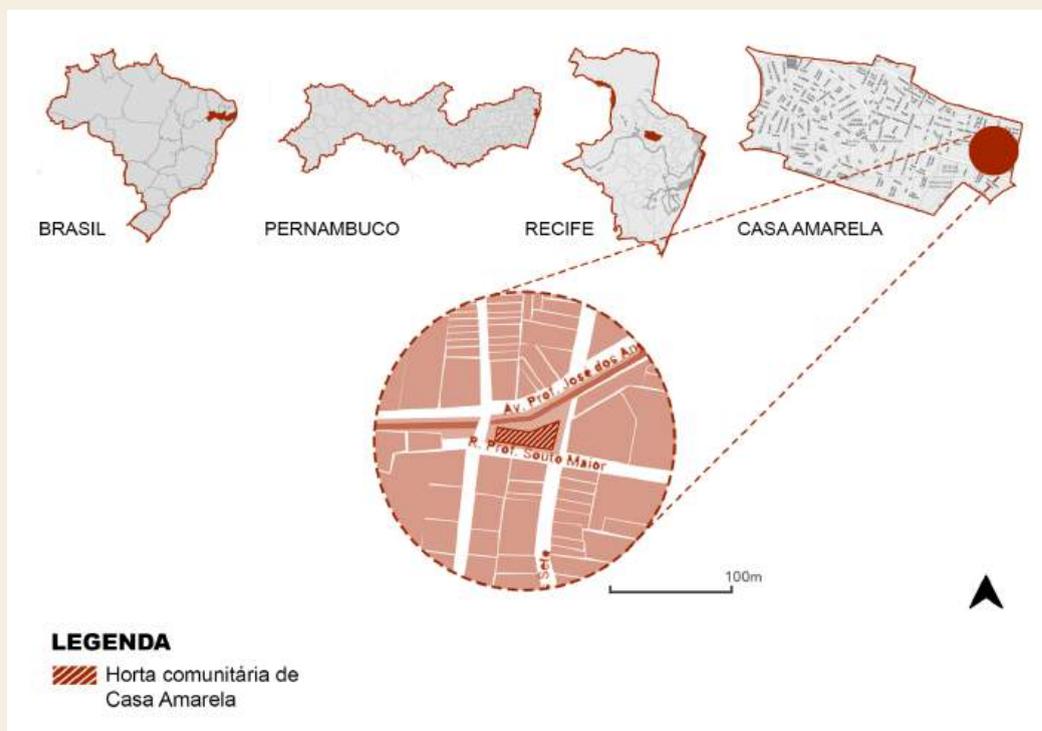


Figura 7. Mapa de Localização Horta Comunitária de Casa Amarela

Fonte: Elaborado pela autora

O bairro está inserido na Região Político-Administrativa 3 (RPA 3), a cerca de 6,5 km do Marco Zero do Recife e se localiza na Macrozona do Ambiente Natural e Cultural (MANC) e na Zona de Desenvolvimento Sustentável Capibaribe (ZDS Capibaribe). Essa classificação se relaciona diretamente com a Horta que será analisada a partir das diretrizes que indicam preocupação ambiental e social com a área a partir da preservação de recursos naturais, a valorização da paisagem, ativação de espaços públicos e atividades comunitárias e culturais.

➤ **MAPA DE CLASSIFICAÇÃO TERRITORIAL: ZONAS E MACROZONAS (PDR-2020)**



Figure 8. - Mapa de Zonas e Macrozonas de recorte do Bairro de Casa Amarela
 Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pelo ESIG baseados no Plano Diretor do Recife, 2020

É uma das regiões mais populosas e densamente habitadas da cidade, com predominância de população adulta e idosa e densidade superior a 15 mil habitantes

por km². Os dados socioeconômicos indicam uma população de classe média, com renda média de R\$ 4.236,69, alta taxa de alfabetização (96,5%) e predominância de pessoas brancas (54,91%) e pardas (36,97%) (PREFEITURA DO RECIFE, s.d.).

Apesar de ser uma área consolidada e densa, nota-se a presença de vazios urbanos, o que explicita a contradição no uso e ocupação do solo discutida neste trabalho. A construção recente da praça Josenildo Lins mostra uma evolução em relação a presença de áreas públicas para o convívio comunitário na área, principalmente, por se tratar de uma área predominantemente residencial. Mais adiante, será mostrado que a construção da praça foi influenciada pela presença da horta comunitária local.

➤ MAPA DE USOS E EQUIPAMENTOS



Figure 9. - Mapa de usos e equipamentos de recorte do bairro de Casa Amarela

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pelo ESIG e Google Maps

O relevo da região é predominantemente plano, o que facilita a ocupação do solo e, atualmente, apresenta áreas de cobertura vegetal e solo permeáveis, principalmente, na margem do Canal do Arruda, nos terrenos vazios e a partir das árvores distribuídas pelo espaço urbano. Entretanto, é preciso considerar as

tendências de ocupação do solo que ameaçam a diminuição dessas áreas, como a tendência de verticalização observada na ilustração de altimetria que indica uma oportunidade para o mercado imobiliário ocupar os terrenos vazios. Além disso, a verticalização da área também pode vir a ser obstáculo para ventilação e insolação de áreas térreas e naturais no futuro já que interfere na manutenção de algumas espécies de plantas e alimentos quando se trata de hortas e espaços verdes. Outra questão é o abandono e o descarte de lixo ou uso irregular do espaço que pode se tornar uma ameaça a região, como foi o caso do terreno onde hoje fica a Horta Comunitária.

➤ MAPA DE ÁREAS VERDES, CURSOS D'ÁGUA E ORIENTAÇÃO SOLAR



Figure 10. - Mapa de áreas verdes, cursos d'água e orientação solar de recorte do bairro de Casa Amarela

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Google Maps

As informações a seguir foram baseadas em entrevista realizada com uma moradora participante da Horta Comunitária de Casa Amarela (ver Apêndice A) e registros feitos em visitas a campo.

Antes da intervenção, o espaço da Horta Comunitária servia apenas para descarte de lixo, como contou a moradora da região: “Olha, o terreno que hoje nós chamamos de praça ou horta comunitária era um terreno abandonado onde se jogava lixo. Era uma coisa horrível. Não se sabia nem de quem era, de quem não era”. (Moradora, Apêndice A)



Figure 13. - Terreno da Horta de Casa Amarela antes da intervenção

Fonte: Parente, 2015

A fala da moradora destaca ainda a sensação de que aquele espaço não pertencia a ninguém, como se ele não tivesse dono. Poucos se davam conta de que aquele vazio urbano era, na verdade, um direito coletivo, um bem público que pertencia a todos, ainda que não fosse reivindicado como tal.

A partir desse incômodo e da influência de alguns moradores, a problemática foi convertida em oportunidade e o local foi transformado em uma horta comunitária e espaço coletivo. A iniciativa teve início em 2015 e a intervenção aconteceu com investimentos próprios dos moradores e com a ajuda de alguns voluntários e instituições. Como dito pela moradora entrevistada, as decisões de como ocupar o espaço foi influenciada pelos interesses da população próxima e decidida em conjunto. A ideia inicial era reflorestar o espaço já que alguns dos moradores

envolvidos já tinham interesse pelo tema. Foi então que a agricultura urbana surgiu nas discussões com a possibilidade de criação da Horta.

...não foi logo a ideia da horta, foi muito mais de reflorestar esse ambiente. Mas como essas pessoas eram muito voltadas para essa questão, tinham um tipo de conhecimento, então, começaram a incentivar. Tinha também uma proposta coletiva da sociedade voltada a esse interesse de se criar hortas urbanas. Aliás, eu vou dizer, era até uma proposta meio geral, no Brasil e até, eu vou dizer, no mundo. Coisa que era uma grande novidade (Moradora, Apêndice A)

Como não havia a infraestrutura necessária para uma horta de alimentos, o projeto se iniciou com uma horta de ervas medicinais. E então, apesar de haver poucos recursos, o espaço foi transformado com o plantio e realocação de árvores, plantio de ervas medicinais, instalação de mobiliário urbano e outras ações. “Nós mesmos que limpamos o espaço, nós mesmos que aramos a terra, nós fazíamos tudo. Inclusive as palestras, tudo. Eu criei, inclusive tem até hoje, o Grupo da Horta no Instagram.” (Moradora, Apêndice A)



Figure 14. - Registro de morador no espaço da Horta de Casa Amarela

Fonte: Barbosa, 2015

Durante o tempo de atividade, o projeto recebeu o apoio da Pastoral da Saúde, que criou também um instituto para a defesa dos interesses de Casa Amarela, o Instituto Casa Amarela Saudável e Sustentável (ICASS). Atualmente o

instituto está fechado, mas, segundo a moradora entrevistada, o seu suporte foi muito importante para a realização da iniciativa. Além disso, existia um agrônomo e uma arquiteta colaborando com a execução do projeto. Com o tempo também surgiram pessoas que abriram portas na prefeitura para esclarecer a população sobre o terreno, as diretrizes e limitações de intervenção no espaço que antes eram desconhecidas. O projeto também contou com alguns investimentos financeiros que chegaram a partir da repercussão do projeto e de estratégias como vendas de materiais personalizados.

Por outro lado, é preciso destacar os conflitos que fizeram parte desse processo. Como exemplos, a moradora citou conflitos entre os moradores que utilizavam o espaço ou moravam próximo ao local, como a discordância em reaproveitar pneus para fazer o plantio ou em utilizar a água de um poço artesiano para irrigação, o incômodo com o barulho gerado por alguns eventos que aconteciam no espaço, entre outros.

... muitos do próprio grupo começaram a condenar o nosso plantio por conta de que era feito aproveitando os pneus.... nós fazíamos debates, passamos muitas horas de noite fazendo isso, fomos para lá ocupar, cantando, para, inclusive, não invadirem por outro motivo. Mas foi tão combatido que teve gente dos edifícios em volta, que não entenderam, no início, o que a gente queria, que ligaram para a polícia, para retirar a gente daí. ... alguns achavam que, pelo fato de ter muitas árvores, chamavam os “noiados”, como se diz aqui. (Moradora, Apêndice A)

Hoje, o grupo responsável pela horta não está mais ativo, mas os efeitos da iniciativa permanecem e oferecem aprendizados valiosos que merecem ser analisados com mais profundidade.

| 3.1.3 Projeto Urbano e Paisagístico

O projeto teve ajuda da arquiteta e Urbanista Luciana Raposo, que se voluntariou para colaborar com a iniciativa e, junto a alunos da Universidade Guararapes, desenvolveram um projeto de intervenção na época. Em entrevista, a arquiteta falou sobre as suas motivações e experiências no projeto (Luciana, Apêndice B). Segundo ela, a sua atuação foi, principalmente, voltada à gestão do projeto e da execução. A sua motivação partiu, principalmente, pelo interesse pelo

tema da sustentabilidade e a vontade de contribuir com a construção de um espaço urbano de qualidade.

Eu me voluntariei para poder participar da horta. Chegando lá,... as pessoas disseram: “Ó, quem quer ajudar? Agricultura vai pra cá, quem quer ajudar com projeto vai pra lá...”. E aí eu disse: “bom, projeto eu sei fazer.” E aí eu cheguei junto, tinham pessoas de todos os tipos, idades, principalmente jovens. ... Eu comecei a coordenar os encontros e meio que tive que ser uma liderança e dizer: “pessoal, são muitas ideias, vamos amadurecendo isso, hoje é só um start, e aí vamos lá para o escritório depois para a gente poder ter outras reuniões.” (Luciana, Apêndice B)

Eu era professora, como falei, da universidade, da FAVIP, e assumi o escritório modelo de arquitetura. Eu podia escolher projetos na cidade e. Tinha 20 alunos para poder construir tudo aquilo comigo. Foi incrível, porque eles eram obrigados a fazer. A gente fez maquetes, fizemos 3D, fizemos participação nas ouvidorias, fizemos reuniões nas escolas, onde tinha alguma coisa que a comunidade estava envolvida, uma galera que fazia muita confusão, mas também outras que ajudavam. (Luciana, Apêndice B)

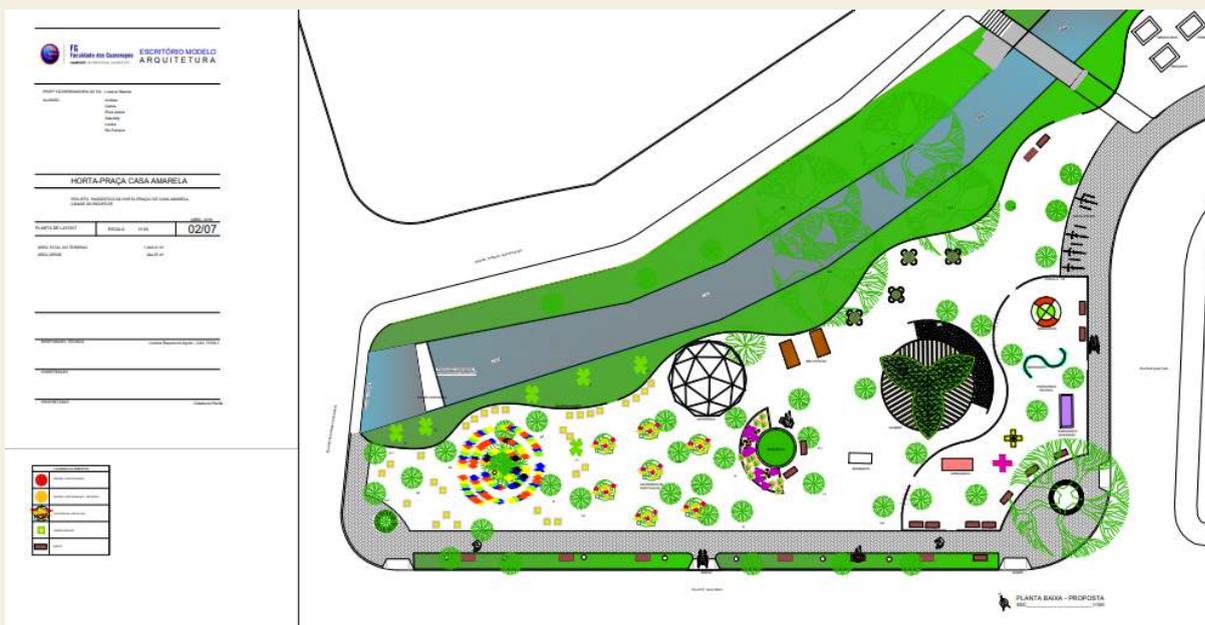


Figure 15. - Imagem da planta baixa proposta para o projeto da Horta de Casa Amarela

Fonte: Luciana Raposo

**Link de acesso ao arquivo em alta resolução:*

<https://drive.google.com/file/d/1rcYRZTkJTNR93WpGuf92ouoh6PJepRYI/view?usp=sharing>

O projeto incluía não só a horta, como também espaços de lazer para crianças, bancos, paginação e paisagismo. A partir do desenho do projeto, observa-se que houve a preocupação com a paginação, a acessibilidade dos acessos ao espaço e a conexão com a Av. Professor José dos Anjos a partir de uma ponte criada. Percebe-se também incentivos de práticas ecológicas, como com a presença de um bicicletário. Isso mostra como um projeto que parte com a ideia de

implementação de uma horta comunitária se expande a outros usos, mas mantém os mesmos princípios de equilíbrio ecológico, incentiva a interação comunitária e o serviço a toda população. Entende-se, portanto, o potencial que a iniciativa carrega ao ser um ponto de partida para usos e práticas sustentáveis na ocupação de um espaço ocioso.



Figura 16. Imagem de maquete virtual da proposta projetual para a Horta de Casa Amarela
Fonte: Luciana Raposo



Figura 17. Imagem de maquete virtual da proposta projetual para a Horta de Casa Amarela.
Área infantil
Fonte: Luciana Raposo



Figura 18. Imagem de maquete virtual da proposta projetual para a Horta de Casa Amarela.
Ponte para travessia
Fonte: Luciana Raposo

Na prática, o projeto foi executado parcialmente e com alguns ajustes por causa do orçamento e o uso do espaço foi se adequando com o passar do tempo a partir da dinâmica coletiva. Como um exemplo tem-se o espaço para as crianças, que, como contou a arquiteta e a moradora entrevistada, mudou para um local mais próximo ao canal e o espaço pensado anteriormente começou a ser utilizado como um parque para os pets. Tem-se, portanto, que alguns conflitos nesse sentido acabam determinando como o espaço é utilizado na prática, mesmo que contradiga uma lógica projetual coerente. Como afirma Lefebvre (1991), o espaço urbano não é neutro nem dado, mas produzido socialmente. A horta não apenas preenche um vazio físico, mas se torna expressão direta das práticas, valores e relações sociais que a constituem, refletindo a interação ativa entre pessoas e território. Como lugar de encontro, de cultivo e de cuidado, o espaço da horta passa a ser produzido por aqueles que o vivem. Em entrevista, Luciana traz a sua visão enfatizando esse processo orgânico do uso do espaço e em como ela considera que a essência do lugar não foi alterada por essa mudança, por exemplo.

As crianças eram prioridade. Então, a gente colocou um cercadinho para brinquedos na parte mais nobre, onde tinha uma árvore, e jogou a outra parte do parcão na beira do canal. Na prática, quando a galera fez uma intervenção, eles trocaram. Botaram as crianças pra brincar lá na beira do canal e os cachorrinhos pra brincar na área nobre. Mas enfim, são coisas que acontecem à medida que a cidade e as famílias vão mudando. Tiveram outras questões também que foram alteradas, mas aquela ideia de sítio, de quintal, de uma coisa orgânica, orgânica no sentido visceral de como ela foi

construída, de como ela surgiu a partir da intervenção de vários vizinhos que realmente desciam, que realmente tinham aquele apreço pelo espaço e se dedicam àquilo se manteve. (Luciana, Apêndice B)



Figura 19 - Horta de Casa Amarela após a execução

Fonte: Imagens Google, Paulo Guerra, 2016



Figura 20 - Horta de Casa Amarela após a execução

Fonte: Imagens Google, Augusto Neto, 2017



Figura 21. Horta de Casa Amarela após a execução. Parque infantil

Fonte: Imagens Google, Douglas Piro, 2021



Figura 22. Horta de Casa Amarela após a execução

Fonte: Imagens Google, Júlio Plim, 2018

| 3.1.4 Impactos e Desafios

É preciso evidenciar, portanto, que apesar do espaço ser conhecido como horta comunitária, o local se tornou palco de outros usos e gerou impacto e significados de diferentes formas para os usuários. O grupo de moradores que gerenciava o projeto, realizou também eventos educativos como palestras, eventos culturais como blocos de carnaval e outras festividades e comemorações, reuniões de gestão e decisões conjuntas, além de utilizar o espaço para contemplação, descanso, lazer para crianças, passeio com pets e outras atividades. Em entrevista a moradora nos contou como o local transformou não só o espaço por si só, mas, principalmente as pessoas que participaram da organização e que utilizavam o espaço. Em um caso específico a moradora contou como foi a relação com os

antigos usuários do espaço, que eram usuários de drogas ou pessoas em situação de rua. Nesses casos, o espaço comunitário e de educação ambiental que se criou a partir da intervenção no local influenciou também as pessoas darem suporte a essas pessoas e prestar alguns tipos de ajuda.

... nós ajudamos muitos socialmente. Inclusive, algumas pessoas saíram desse estado, porque fizeram cursos e se tornaram pessoas que trabalham hoje em empresas de jardinagem, outros a gente tirou documento. Eu como assistente social, e outro rapaz que trabalhava na prefeitura, conseguimos ajudar alguns a saírem desse lugar de marginalidade. (Moradora, Apêndice A)



Figura 23. Moradores de Casa Amarela em evento festivo no espaço da Horta Comunitária
Fonte: Instagram do coletivo @hortacomunitariacasaamarela

Outra informação interessante passada pela moradora destaca a influência do projeto na criação de outros espaços, como o Jardim Secreto localizado na Rua Marquês de Tamandaré, no bairro do poço da panela, também em Recife, Pernambuco. O local próximo ao rio capibaribe foi transformado pelos moradores a partir da criação de bancos, paginação e criação de sementeira. A partir disso, o jardim secreto se tornou um espaço de eventos, feiras, estar, contemplação e cultivo para os moradores próximos e visitantes.



Figura 24 - Entrada do Jardim secreto
Fonte: Foto autoral , 2025



Figura 25 - Área de bancos para permanência Jardim Secreto
Fonte: Foto autoral, 2025



Figura 26 - Jardim secreto
Fonte: Foto autoral, 2025



Figura 27 - Área para sementeira Jardim Secreto
Fonte: Foto autoral, 2025

E influenciou ainda, a criação da Horta Urbana Mulheres Guerreiras da Palha do Arroz no Bairro de Campo Grande, no Recife, Pernambuco. Iniciativa que recebeu apoio do Centro Sabiá, junto a CESE e o programa FASE e trouxe a prática de Agricultura Urbana para a comunidade da Palha de Arroz.



Figura 28. Moradores do bairro na Horta Comunitária Criada
Fonte: Angola, 2018

Ainda segundo a moradora, a influência da Horta também se estendeu a revitalização de espaços no próprio bairro como a criação de uma praça executada pela prefeitura do Recife ao lado do terreno da Horta Comunitária de Casa Amarela.



Figura 29 - Nova Praça Joselino Lins em Casa Amarela
Fonte: Google Imagens, Felipe Garrido, 2022



Figura 30 - Nova Praça Joselino Lins em Casa Amarela. Equipamentos de lazer
Fonte: Google Imagens, Nando Barros, 2023

Segundo a moradora, os principais desafios foram voltados a falta de recursos já que o local precisava ser revitalizado para ter o uso de Horta e espaços de lazer e não havia infraestrutura pré instalada no local como água e iluminação. Além disso, o terreno também foi alvo de descarte de resíduos das construções dos prédios ao redor no passado, o que dificultou algumas intervenções no solo, como a

instalação do poço artesiano, citado pela moradora entrevistada. A prefeitura foi citada com pouca participação, havendo até dificuldade para instalação da iluminação pública. Na época, existia muito engajamento da população, o que deu espaço para outras soluções, como foi o caso do ponto de água, que não existia no início e era ligado a casa de uma das moradoras.

Por outro lado, os conflitos de interesse e opinião entre os próprios moradores também dificultavam o projeto. Um exemplo que já foi citado se relaciona também com o ponto de água que era necessário para a irrigação. Um poço artesiano foi feito no local para facilitar o processo de manutenção, mas alguns moradores discordaram do uso dessa água alegando ter risco de contaminação.

Além disso, um ponto interessante trazido pela moradora destaca a dificuldade de compreensão do valor do espaço por alguns moradores ainda hoje. Ela compara o local da Horta Comunitária de Casa Amarela com a nova praça construída pela prefeitura em um local próximo e destaca o diferente significado que os dois espaços possuem para o bairro, mas que, pela Horta ser uma intervenção orgânica, não tem a mesma percepção de valor por todos os moradores.

...esse lugar é uma praça mesmo, que tem banco, tem tudo, igual às praças tradicionais. A da gente não se parece com a praça tradicional. Ela é uma praça que tem a cara da gente, a cara dos moradores. E isso também foi uma luta para que se entenda isso até hoje, E também tinha conflito com isso, que alguns achavam que, pelo fato de ter muitas árvores, chamava os noiados, como se diz aqui... (Moradora, Apêndice A)

Existia, portanto, uma dificuldade em manter o local pelas condições de pouco investimento financeiro, com a ausência de uma infraestrutura urbana adequada e sem apoio da prefeitura ou outras instituições. Somado a isso, conflitos entre os moradores e diferentes percepções de valor, dificultavam as decisões sobre a melhor maneira de manter e usar o espaço. Entende-se, portanto, que, a soma desses fatores, tornava necessário muito engajamento e energia das pessoas para manter o projeto ativo.

Dessa forma, apesar da sua importância para a região, o espaço hoje voltou a ser ameaçado pelo abandono. Segundo a moradora entrevistada, a pandemia limitou o uso do local e, com o tempo, o interesse e envolvimento dos moradores também foi mudando. Como consequência, a segurança e a vitalidade do espaço foram afetados pela ausência de pessoas ou dos “olhos da rua”, como cita Jane Jacobs

(1961) e isso acabou afastando ainda mais pessoas. Segunda ela, o interesse de alguns moradores pela agricultura não mudou, inclusive, a criação da horta comunitária incentivou para que eles trouxessem a prática de forma mais ativa no seu dia a dia. Alguns desses moradores se mudaram para espaços mais próximos a áreas verdes como Aldeia, em Camaragibe, Pernambuco e começaram a atuar profissionalmente na área. Com o distanciamento desses moradores, o grupo também perdeu força e por isso o espaço é pouco utilizado. Isso mostra como o espaço físico está totalmente relacionado às pessoas e as dinâmicas sociais, portanto, a vitalidade do local não depende somente da qualidade do espaço, mas também das relações afetivas, políticas e coletivas durante o tempo. Como observa Cavalcanti (2001), compreender a cidade exige ir além da leitura da forma física e considerar o espaço urbano como expressão de um modo de vida, moldado por dimensões culturais, simbólicas, ambientais e sociais.

Colocar como meta compreender a cidade e explicar a produção do espaço urbano implica entender esse espaço como relacionado à sua forma (a cidade) mas não se reduzindo a ela, à medida que ela expressa muito mais que uma simples localização e arranjo de lugares, expressa um modo de vida. Esse modo de vida não está ligado somente ao modo de produção econômica, embora sofra seu constrangimento, mas está ligado a todas as esferas da vida social: cultural, simbólica, psicológica, ambiental e educacional. (Cavalcanti, 2001)



Figura 31 - Espaço da Horta de Casa Amarela atualmente

Fonte: Foto autoral, 2025



Figura 32. Espaço da Horta de Casa Amarela atualmente

Fonte: Foto autoral, 2025



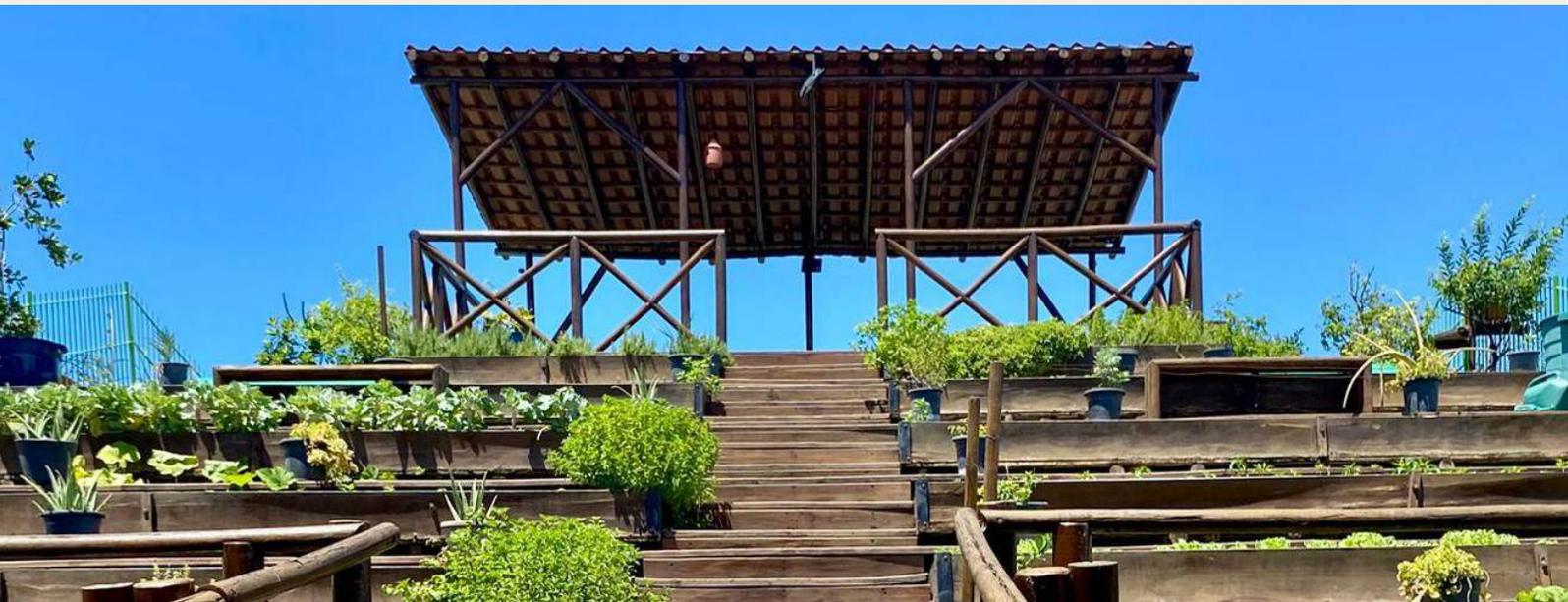
Figura 33. Espaço da Horta de Casa Amarela atualmente

Fonte: Foto autoral, 2025



Figura 34. Espaço da Horta de Casa Amarela atualmente

Fonte: Foto autoral, 2025



| 3.2 TELHADO ECO - COMUNIDADE DOS PEQUENOS PROFETAS

| 3.2.1 Localização e Caracterização do Entorno

Localizada na Av. Sul Gov. Cid Sampaio, nº 110, no bairro de São José, no Recife, Pernambuco, o telhado ecológico da Comunidade dos Pequenos Profetas comporta uma horta comunitária que atende as atividades realizadas na ONG e a comunidades próximas como a população da ZEIS do Coque, coelhos e Vila Brasil.

➤ MAPA DE LOCALIZAÇÃO

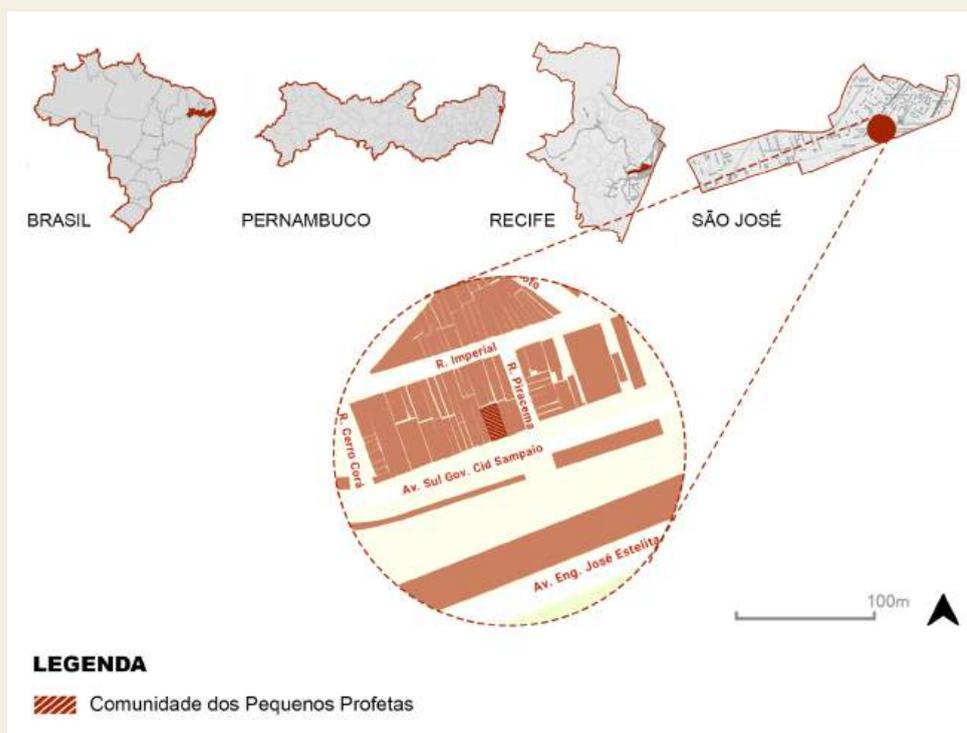


Figura 35. Mapa de Localização Comunidade dos Pequenos Profetas

Fonte: Elaborado pela autora

O bairro se localiza na RPA 1 e compõe a Macrozona de Ambiente Construído (MAC) e a Zona Especial de Patrimônio Histórico-Cultural Rigoroso. Trata-se de uma região consolidada e de importância cultural e histórica para a cidade. O edifício da instituição não é histórico, porém, em casos de intervenção, como aconteceu na implantação da horta no telhado da edificação, deve se atentar às diretrizes estabelecidas, especialmente relacionadas à preservação da paisagem.

➤ **MAPA DE CLASSIFICAÇÃO TERRITORIAL: ZONAS E MACROZONAS (PDR-2020)**

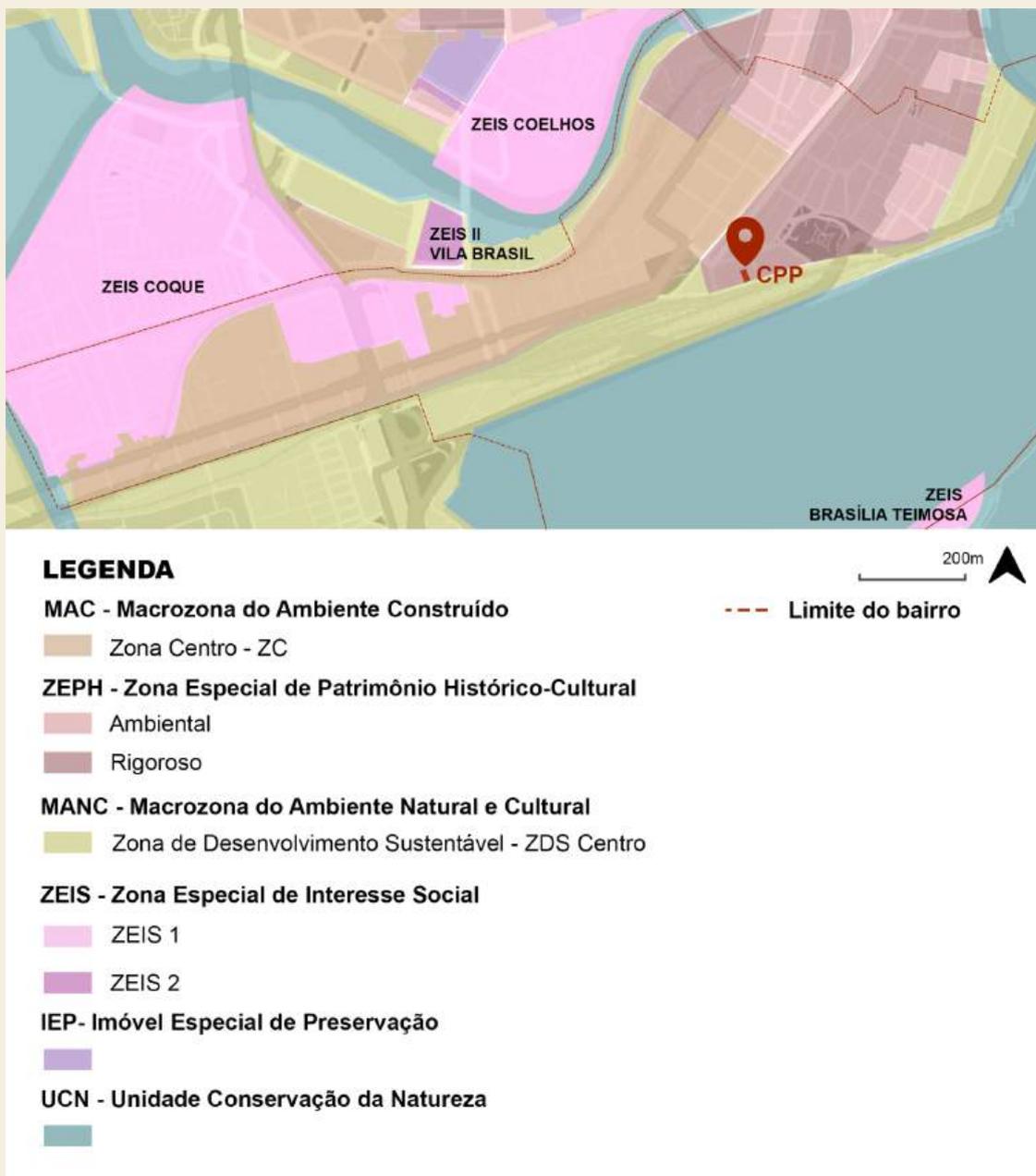


Figura 36. Mapa de zoneamento territorial bairro de São José

Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pela plataforma ESIG com base no PDR, 2020

Diante das mudanças nas dinâmicas sociais e econômicas, a área se diversificou entre os seus usos ao longo do tempo e, hoje, predomina o uso comercial e de serviços, caracterizando um bairro com baixa população residencial (26,62 hab/ha) (PREFEITURA DO RECIFE, s.d). A densidade construtiva das áreas comerciais se contrapõe aos vazios e áreas amplas de usos públicos ou históricos. Entretanto, apesar da importância histórica e cultural dessas áreas para região, observa-se a presença constante do abandono.

➤ ESTUDO DE USOS E EQUIPAMENTOS PREDOMINANTES

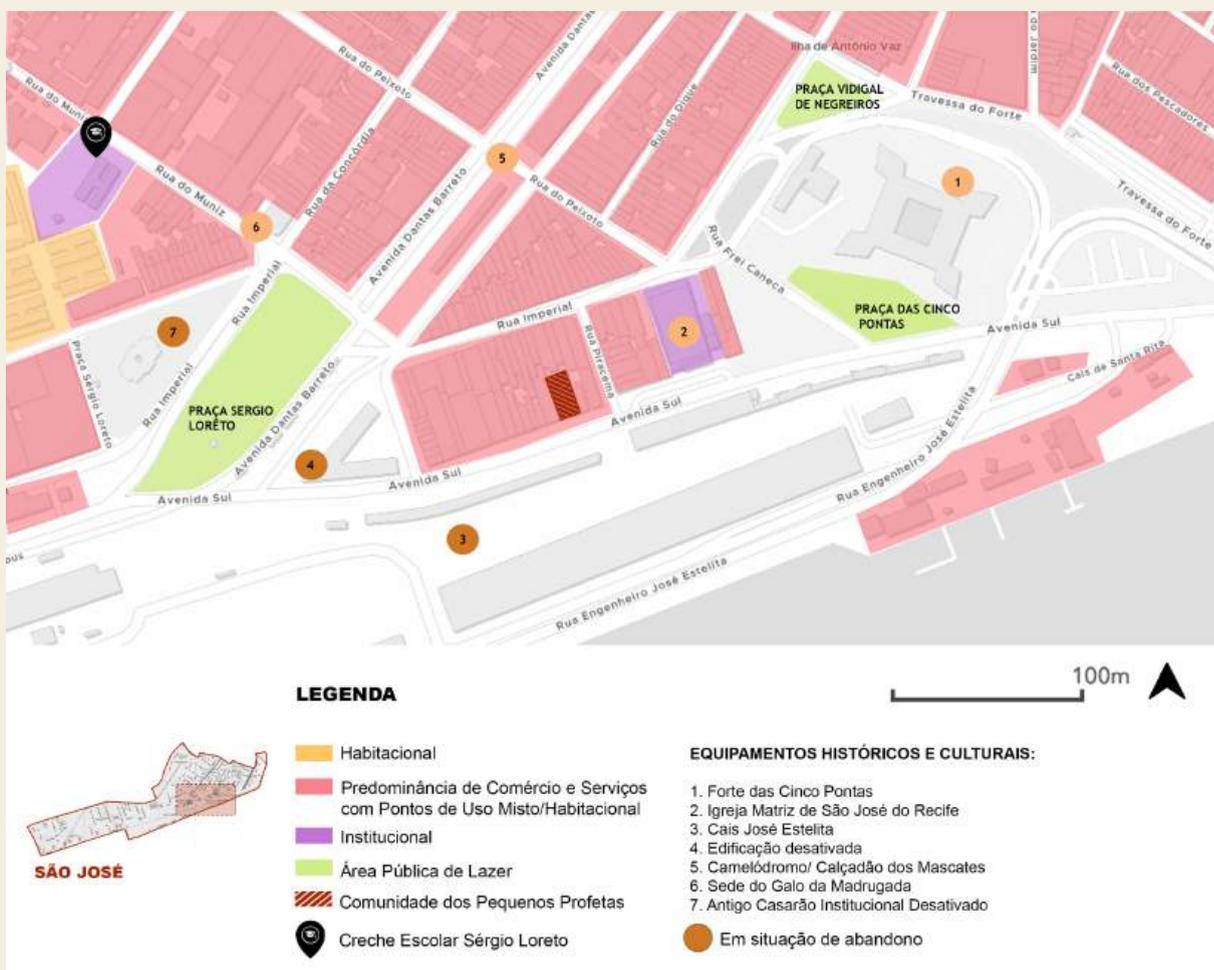


Figura 37 - Mapa de usos e equipamentos predominantes em recorte do bairro de São José

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Google Maps

Os dados socioeconômicos mostram que a população, em sua maioria, tem renda domiciliar baixa, sendo em média R\$1.402,11, taxa de alfabetização de 87%, mais baixa do que os bairros de classe média da cidade, e tem sua maioria da população parda e preta (70,57%). Além disso, destaca-se a baixa taxa de crescimento da população de 2000 a 2010 (0,04 %). Nesse sentido, a Comunidade

dos Pequenos Profetas mostra a sua importância para o bairro. Com uma população residencial concentrada predominantemente nas ZEIS e marcada por condições de vulnerabilidade social, a atuação da ONG apresenta um alto potencial de impacto comunitário. (PREFEITURA DO RECIFE, s.d)

O recorte analisado mostra como a cobertura arbórea e solo natural se concentram próximos às praças públicas, se tornando ausentes nas áreas mais adensadas. Assim, a solução de implantação do horta no telhado se mostra positiva não só na promoção de mais áreas verdes, como também traz um potencial de inspiração para outros edifícios. Isso porque, a característica de adensamento na região, sem recuos laterais, pode dificultar a descentralização do solo natural, mas a ocupação de áreas como a coberta da edificação se tornam uma alternativa para o cultivo desses espaços. Além disso, a baixa altitude da área também colabora com a solução.

➤ MAPA DE ÁREAS VERDES, CURSOS D'ÁGUA E ORIENTAÇÃO SOLAR

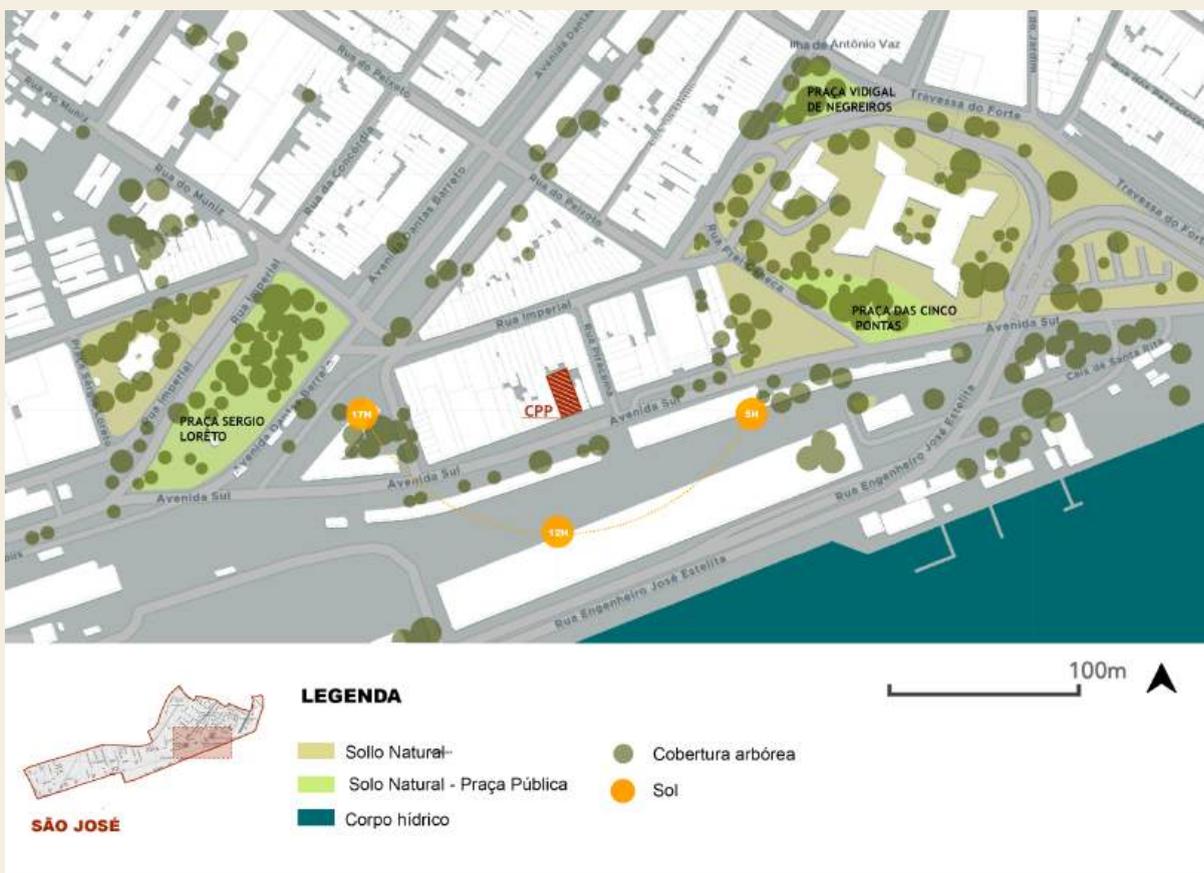


Figura 38 - Mapa de áreas verdes, curso d'água e orientação solar em recorte do bairro de São José

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações do Google Maps

➤ ESTUDO TOPOGRÁFICO

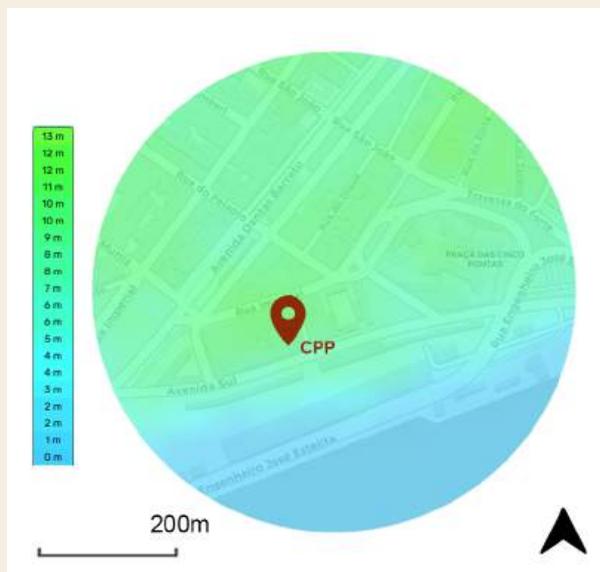


Figura 39 - Estudo topográfico de recorte do bairro de São José

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados e imagens fornecidas pela plataforma topographic-map.

➤ ILUSTRAÇÃO DE PERSPECTIVA ALTIMÉTRICA DA ÁREA



Figura 40 - Ilustração representativa de altimetria de um recorte do bairro de São José

Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagens da plataforma Google Earth

| 3.2.2 A Organização: Comunidade dos Pequenos Profetas

Para compreender melhor o processo de intervenção e as dinâmicas de funcionamento do espaço foi realizada uma visita de campo e uma entrevista com um dos organizados da CPP (ver Apêndice C). As seções a seguir são baseadas

nos registros feitos e nas informações coletadas durante a conversa com o entrevistado.

A Comunidade dos Pequenos Profetas existe há mais de 30 anos e dá apoio, principalmente, a crianças e adolescentes através de atividades educativas, suporte nutricional e psicológicos, incentivos à cidadania e aos estudos e alimentação de qualidade. Além disso, também há o suporte às mulheres da região com oficinas que incentivam o empreendedorismo. Em média, hoje, a unidade atende de 30 a 40 crianças, principalmente, das comunidades próximas. As atividades acontecem de segunda a sábado e o local conta com um espaço de refeitório, cozinha, padaria, loja, salas de atendimento, sala de jogos, sala de informática, biblioteca, banheiros, escritório e horta comunitária. O entrevistado contou como acontece essa dinâmica no dia a dia:

Quando eles vão chegando, vai tendo uma divisão dessas oficinas. Uns vão pra sala de informática, outros vão pra roda de leitura na biblioteca, alguns vêm para horta, outros vão pro futebol. Tem uns que não querem fazer nada e só vêm para conversar ou para se alimentar. (Gestor, Apêndice C)



Figura 41 - Imagem da planta baixa do segundo pavimento do edifício da Comunidade dos Pequenos Profetas

Fonte: Foto autoral, 2025



Figura 42 - Salão de entrada CPP
Fonte: Foto autoral, 2025



Figura 43 - Área de convivência CPP
Fonte: Foto autoral, 2025



Figura 44 - Refeitório CPP
Fonte: Foto autoral, 2025



Figura 45 - Sala para confecção e armazenamento de adubos e fertilizantes
Fonte: Foto autoral, 2025



Figura 46 - Sala de Jogos CPP
Fonte: Foto autoral, 2025



Figura 47 - Ateliê CPP
Fonte: Foto autoral, 2025



Figura 48 - Cozinha CPP
Fonte: Foto autoral, 2025



Figure 49 - Consultório CPP
Fonte: Foto autoral, 2025

CRONOGRAMA SEMANAL DE 2025						
Horário	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
08:00 às 08:40h	CAFÉ DA MANHÃ	CAFÉ DA MANHÃ	CAFÉ DA MANHÃ	CAFÉ DA MANHÃ	CAFÉ DA MANHÃ	CAFÉ DA MANHÃ
	Padaria Viva	Padaria Viva	Padaria Viva	Padaria Viva	Padaria Viva	Coletivo Mãos Talentosas Coletivo Resignificando 08:00 às 15:00h
		Atendimento Nutricional		Roda de Leitura	ASSEMBLÉIA GERAL	
	Telhado Eco produtivo Agricultura urbana	Telhado Eco produtivo Agricultura urbana	Telhado Eco produtivo Agricultura urbana	Telhado Eco produtivo Agricultura urbana	Telhado Eco produtivo Agricultura urbana	Loja Eco Produtiva 08:00 às 15:00h
	Psicoterapia (UNICAP)	Oficina de Música	Psicoterapia (UNICAP)	Oficina de Percussão (Batuques de Romãdeuco)	Psicoterapia (UNICAP)	
	Oficina de Inglês	Visitas Domiciliares Visita as escolas públicas	Oficina de Inglês	Tecnologia da Informação	Oficina de Esporte	
09:00 Às 11:30	Oficina Cidadania e Direitos Humanos	Gastrobucana	Roda de Leitura	Gastrobucana	Oficina de Educação em Saúde	AVISOS Semestral - Reuniões com pais e responsáveis
	Oficina de Esporte	Oficina de Empreendedorismo	Atendimento Jurídico	Atendimento Nutricional	Atendimento Enfermagem	Quinzenal - Banco de alimentos - Horto na comunidade
	Aprendendo a cozinhar	Aprendendo a cozinhar (Chef Paula Trindade)	Aprendendo a cozinhar	Aprendendo a cozinhar	Aprendendo a cozinhar	
			Oficina Inspira Mulheres	Oficina de Teatro	Oficina de Empreendedorismo/ Oficina Inspira Mulheres	
	Atendimento Psicossocial	Atendimento Psicossocial	Atendimento Psicossocial	Atendimento Psicossocial	Atendimento Psicossocial	
12:00 às 13:40h	ALMOÇO às 12:00h Reunião de equipe	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO 12:00h
13:00 às 15:00h RECHAMENTO				Visitas Agendadas Telhado Eco Produtivo		

Figura 50 - Cronograma de atividades semanal 2025

Fonte: Foto autoral, 2025

3.2.3 Projeto e Processo de Intervenção

No local onde hoje é a horta comunitária, ficava o telhado da edificação. O entrevistado nos contou que a Comunidade dos Pequenos Profetas estava com problemas na sua segurança, o que, conseqüentemente, gerava tensões com a comunidade próxima. Segundo ele, alguns adolescentes aproveitaram o acesso do telhado e invadiram a edificação ou as casas vizinhas e roubaram itens do local. A partir disso, surgiu a ideia de ocupar o telhado como estratégia de proteção a edificação a partir da valorização do espaço.

Esse telhado aqui surgiu porque, como a gente trabalha com crianças e adolescentes e o público de rua, teve muita depredação. Muita depredação e furtos aqui dentro. Eles mesmos subiam e furtavam. Em um mês a gente teve sete arrombamentos. Porque eles subiram pelo telhado, arrombaram a grade e entraram. Levaram som, televisão, alimentos, botijão de gás. Demetrius teve a ideia de fazer este telhado produtivo. Aí os financiadores arrecadaram doações e a gente construiu. (Gestor, Apêndice C)



Figura 51 - Fachada do edifício da CPP antes da construção do Telhado ECO
Fonte: Imagens Google, 2014

Foi então que a horta comunitária começou a ser idealizada e o telhado se transformou, também, em espaço de aprendizado e colaboração. A partir de investimentos externos e doações, o projeto foi elaborado e executado por um profissional de arquitetura contratado que elaborou a estrutura que dá acesso ao telhado ECO e garante a funcionalidade da horta com a divisão dos espaços de plantio, circulação, para sementeira e o deck para atividades e contemplação da paisagem. O material escolhido foi a madeira tratada como material natural e de baixo impacto e o espaço conta com uma área coberta para sementeira, um deck no centro do local também coberto e, aproveitando a laje de duas águas inclinada, foi construído degraus que comportam os canteiros de plantio e permitem a circulação. Também foi instalado um guarda corpo para proteção. Como infraestrutura há a iluminação do local e um sistema de irrigação automática da horta que funciona a partir de mangueiras instaladas nas áreas de plantio e um sistema eletrônico localizado abaixo do deck que faz a irrigação necessária em cada estação de plantio automaticamente durante o dia. É preciso destacar também que o projeto precisou considerar a presença de clarabóias para iluminação do primeiro andar da edificação e de um reservatório de água para o abastecimento.



Figura 52 - Vista aérea Telhado ECO CPP
Fonte: Página institucional CPP no Facebook

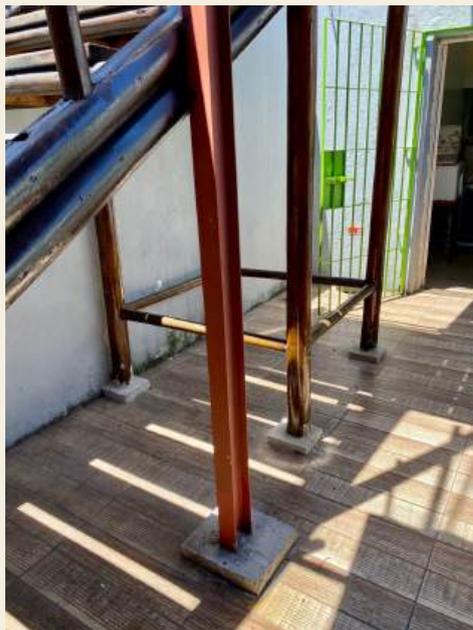


Figura 53 - Detalhe estrutura do Telhado ECO. Escada de acesso.
Fonte: foto autoral, 2025



Figura 54 - Detalhe estrutura do Telhado ECO. Escada de acesso.
Fonte: foto autoral, 2025



Figura 55 - Detalhe estrutural.

Fonte: foto autoral, 2025



Figura 56 - Detalhe estrutural

Fonte: foto autoral, 2025



Figura 57 - Canteiros para cultivo.

Fonte: foto autoral, 2025



Figura 58 - Telhado ECO

Fonte: foto autoral, 2025



Figura 59 - Sementeira
Fonte: foto autoral, 2025



Figura 60 - Detalhe de infraestrutura.
Irrigação e clarabóias.
Fonte: foto autoral, 2025



Figura 61 - Detalhe de infraestrutura.
Irrigação
Fonte: foto autoral, 2025



Figura 62 - Sistema de automação da
irrigação
Fonte: foto autoral, 2025

| 3.2.4 Percepção de Impacto

Ao entrevistar um dos organizadores do projeto, foi possível perceber como a construção do telhado impactou a comunidade. O local que antes era um acesso para invasões, passou a ser mais respeitado e cuidado pelas pessoas. O espaço permitiu expandir o aprendizado não só das crianças e adolescentes que participam das atividades da ONG, mas, também, das famílias que moram na região. Segundo o entrevistado, além de distribuir parte do plantio, a comunidade dos pequenos profetas também influenciou a prática da agricultura urbana na casa das pessoas a partir de visitas educativas e pelo aprendizado que as crianças e adolescentes levam para casa.

Mudou porque eles deixaram de depredar o patrimônio. Eles passaram a manter. Eles quebraram muitas portas. A partir do momento que fizeram o processo de cultivar hortas, foram dando mais valor... A cada 15 dias a família leva alface. A gente vai na casa da pessoa, leva e pendurá lá. Aí eles vão dando valor. (Gestor, Apêndice C)

Além disso, a possibilidade que o espaço trouxe para o cultivo de alimentos, começou a expandir outras atividades com o intuito de melhorar a biodiversidade da região próxima, como foi o caso da criação de abelhas Uruçu. Na entrevista, o organizador nos contou que as abelhas não têm ferrão, então não oferecem risco, mas conseguem espalhar o pólen por terrenos próximos e, assim, tornar a região que tem pouca área verde mais florida.



Figura 63 - Casa de abelha Uruçu
Fonte: foto autoral, 2025



Figura 64 - Abelhas Uruçu
Fonte: foto autoral, 2025



Figura 65 - Flores resultado da polinização das abelhas Uruçu
Fonte: foto autoral, 2025



Figura 66 - Caixa de materiais recicláveis
Fonte: foto autoral, 2025

Hoje, o espaço continua ativo e ganha cada vez mais destaque pela percepção do seu impacto. Frequentemente o espaço recebe visitas para conhecer o telhado ECO e realizar entrevistas. Semanalmente, os vegetais e hortaliças como alface, couve e pimenta são colhidos para ser distribuído para algumas famílias e também são utilizados na cozinha do local que recebe destaque na organização pela promoção de alimentação saudável e de qualidade para as crianças e adolescentes, além de promover o ensino de receitas e processos. Além disso, a cozinha do local recebe também a visita de chefs de cozinha, que se voluntariam para colaborar com o projeto.



| 3.3 HORTA COMUNITÁRIA MÃOS DE MILAGRES

| 3.3.1 Localização e Caracterização do Entorno

Localizada no bairro do Barro, a horta é parte de um terreno pertencente à Unidade de Saúde da Família (USF) Parque dos Milagres, na Rua Cantora Clara Nunes, s/n, Barro, Recife, PE.

➤ MAPA DE LOCALIZAÇÃO

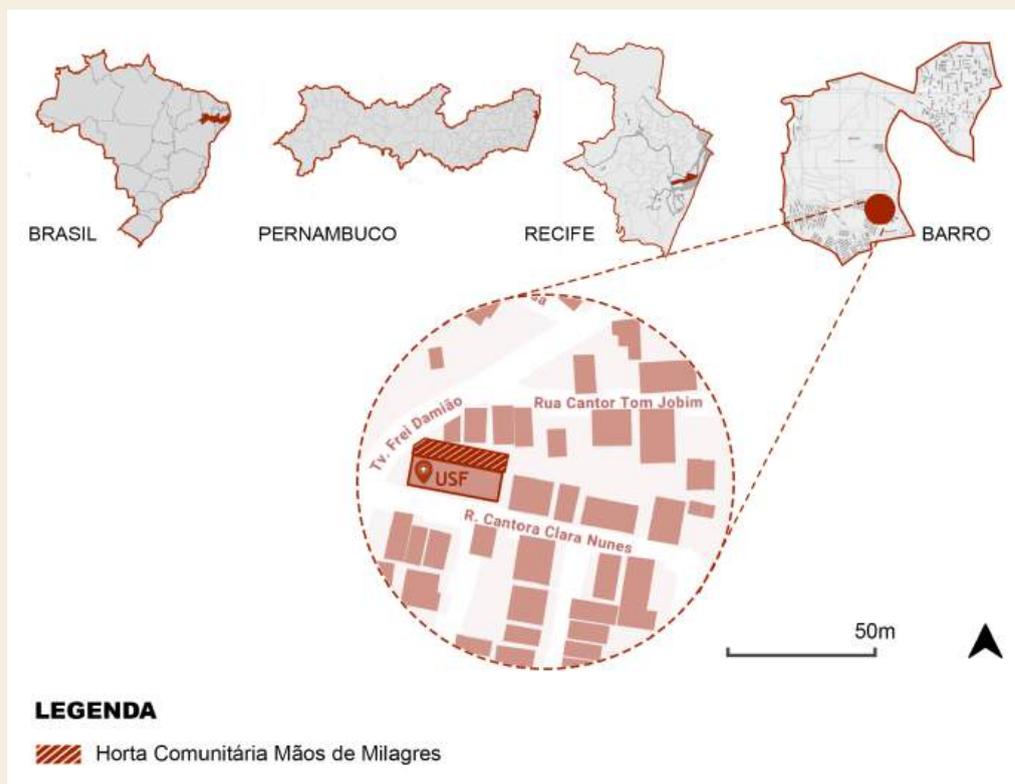


Figura 67 - Mapa de Localização Horta Mãos de Milagre

Fonte: Elaborado pela autora

O bairro faz parte da RPA 5 e está a cerca de 10 km do Marco Zero. A horta está localizada na Macrozona do Ambiente Natural e Cultural (MANC) e na Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) Tejipió que reforça o valor ambiental do território e a necessidade de preservação dos recursos naturais e da paisagem urbana.

➤ **MAPA DE CLASSIFICAÇÃO TERRITORIAL: ZONAS E MACROZONAS (PDR-2020)**



Figura 68 - Mapa de zoneamento territorial de recorte do bairro do Barro

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações da plataforma ESIG, baseada no PDR, 2020

Os dados demográficos indicam uma situação de vulnerabilidade econômica com um rendimento médio por domicílio de R\$ 1.353,95, predomínio de pessoas pardas (56,6%), seguido por brancas (34,5%) e pretas (7,5%) e alta taxa de

alfabetização (92,1%). A taxa de faixa etária indica a predominância de uma população adulta entre 25 e 48 anos (48%), seguido por crianças e adolescentes (aproximadamente 30%) e apresenta uma média de 47% de lares chefiados por mulheres. (PREFEITURA DO RECIFE, s.d)

A região é predominantemente residencial, relativamente densa com 70,09 hab/ha e uma média de 3/4 moradores por domicílio e possui um crescimento de 0,23% entre 2000 e 2010, o que indica possível saturação do espaço urbano (PREFEITURA DO RECIFE, s.d). Observa-se, portanto, que a área carece de infraestrutura urbana, equipamentos especiais e espaços públicos de qualidade para atender as necessidades do bairro e da população.

➤ ESTUDO DE USOS E EQUIPAMENTOS PREDOMINANTES



Figura 69 - Mapa de usos e equipamentos predominantes em recorte do bairro do Barro
Fonte: Elaborado pela autora com base em informações do Google Maps

Trata-se de uma área periférica, com um padrão de ocupação caracterizado pela autoconstrução em terrenos não formalmente parcelados, conforme indica a

ausência de demarcação de lotes no Sistema de Informações Geográficas da Prefeitura (ESIG). Esse cenário aponta para uma possível situação de irregularidade urbanística, comum em territórios periféricos com fragilidade institucional de planejamento e controle do uso do solo. Tem-se ainda que a expansão urbana do bairro do Barro avançou em direção a áreas de relevo acidentado e trechos situados nas proximidades de uma Unidade de Conservação da Natureza (UCN).

Essa condição geográfica agrava a precariedade das moradias construídas sem acompanhamento técnico e contribui para riscos ambientais, como deslizamentos e degradação dos recursos naturais, como foi o caso do deslizamento de terra que aconteceu em 2022 e, infelizmente, atingiu a comunidade (Coutinho, Alvez, 2022). O desastre deixou perdas não só materiais, mas também de vidas e marcou a Vila dos Milagres como uma triste memória até hoje, como conta uma moradora entrevistada (Ver Apêndice D).



Figura 70 - Corpo de bombeiros atuando na Vila dos Milagres após queda de barreira
Fonte: ALVES, 2022

➤ ILUSTRAÇÃO DE PERSPECTIVA ALTIMÉTRICA DA ÁREA

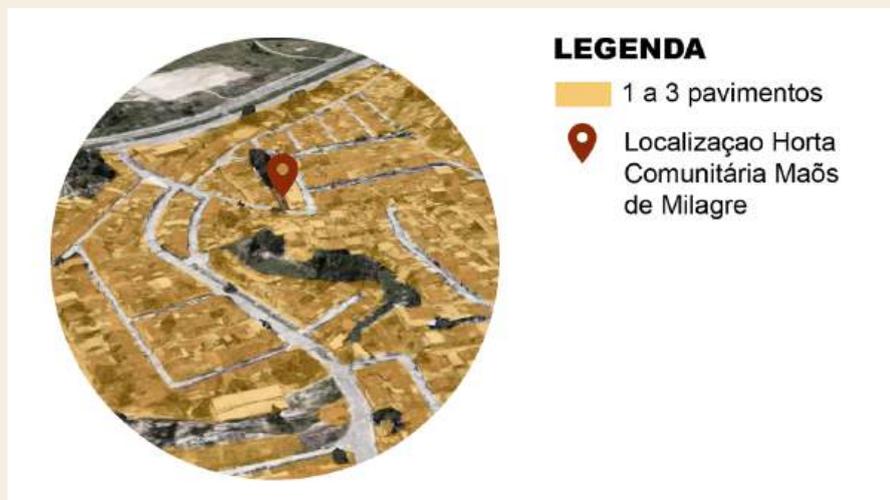


Figura 73 - Ilustração representativa de altimetria de um recorte do bairro de São José
Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagens da plataforma Google Earth

| 3.3.2 Processo de Intervenção

As informações a seguir foram baseadas em entrevista realizada com uma moradora do bairro e fundadora da Horta Comunitária Mãos de Milagre (ver Apêndice D)

Nesse contexto, a Horta Comunitária Mãos de Milagre surge a partir de uma iniciativa pessoal de uma das moradoras da região como forma de melhorar não só a sua qualidade de vida, como também contribuir com a comunidade e o meio ambiente. Em um cenário que ainda tinha marcas do último desastre natural com a queda das barreiras em 2022 (Coutinho, Alves, 2022) e a partir da necessidade de trazer vitalidade para a região, a moradora uniu o seu interesse pela ecologia e começou a buscar formas de levar a ideia à prática.

Então, era um lugar que estava sendo marcado por tristeza, por choro, por perdas. Eu quis dar uma nova cara, uma nova esperança, sabe? e fazer algo em prol da justiça climática, em prol do meio ambiente, dando soluções baseadas na natureza para lugares ociosos, lugares abandonados, lugares de risco. (Moradora, Apêndice D)

Com o apoio da Secretaria Executiva de Agricultura Urbana do Recife, a moradora conseguiu, junto a outras mulheres da comunidade, encontrar um local para o plantio e dar início ao projeto. O local escolhido foi parte do terreno onde funciona a Unidade de Saúde da Família (USF) Parque dos Milagres influenciado,

principalmente, pela sua situação de abandono e pela facilidade de acesso, como contou a moradora. A Unidade cedeu o espaço e no dia 27 de novembro de 2024 foi realizado o primeiro plantio com a ajuda de técnicos da Secretaria Executiva de Agricultura que acompanham o projeto.

A gente tinha ganhado um terreno, mas era de difícil acesso, lá perto da mata, e de repente eu pensei nesse espaço que estava ocioso, por trás do posto de saúde, que ficava naquela questão, reforma ou não reforma o posto?... E esse terreno sempre esteve ocioso, servindo de banheiro de cavalo, uso de entorpecentes, sabe? Então era um terreno meio abandonado, atrás do posto, cheio de mato, cheio de lixo. Então eu vi esse terreno como uma possibilidade de fazer a horta. (Moradora, Apêndice D)



Figura 74 - Plantio colaborativo com moradores da região
Fonte: Coletivo da Horta Mãos de Milagre, 2025



Figura 75 - Plantio realizado pelo coletivo
Fonte: Coletivo da Horta Mãos de Milagre, 2025



Figura 76 - Colheita de batata doce
Fonte: Coletivo da Horta Mãos de Milagre, 2025



Figura 77 - Cesta de legumes diversos fruto da horta comunitária
Fonte: Coletivo da Horta Mãos de Milagre, 2025



Figura 78 - Plantio em conjunto com a Secretaria Executiva de Agricultura Urbana do Recife
Fonte: Coletivo da Horta Mãos de Milagre, 2025



Figura 79 - Fundadora da Horta na colheita de batata doce

Fonte: Coletivo da Horta Mãos de Milagre, 2025



Figura 80 - Evento de dia das mães realizado pelo coletivo

Fonte: Coletivo da Horta Mãos de Milagre, 2025

| 3.3.3 Impactos e Desafios

Hoje, o coletivo compõe 12 mulheres moradoras da comunidade e consegue produzir alimentos para essas 12 famílias. O espaço é utilizado para o plantio de diversas hortaliças e vegetais como feijão, quiabo, batata doce, e recentemente o projeto também recebeu o seu primeiro corredor ecológico de milho. Além disso, por fazer parte da Unidade de Saúde, o local também proporciona atividades terapêuticas com visitas à horta e tem um espaço chamado de farmácia viva, com ervas e plantas medicinais, o que ajuda na recuperação e na saúde dos pacientes. Em entrevista, a moradora conta um pouco sobre as experiências, os impactos e significados que o espaço já trouxe à comunidade.

... muitas de nós são mulheres acompanhadas pelo CAPS, pelo CRAS, pelo CRES, então a horta terapia vem como um acolhimento, sabe? Onde a gente se afeta, onde a gente se acolhe, sabe? Onde a gente tem esse vínculo com o posto e também está recebendo pacientes idosos lá. A gente já recebeu várias visitas. Também temos a questão da segurança alimentar, plantamos milho, tivemos o nosso primeiro corredor agroecológico que a gente planta feijão, batata, feijão, milho e jerimum... a gente também tem outras coisas, como o Quiabo, Farmácia Viva, Batata Doce... A gente recebeu os alunos da Rural aqui para colher a batata conosco, foi um momento muito especial, os alunos de agroecologia. (Moradora, Apêndice D)



Figura 81 - Fundadora do coletivo junto ao corredor ecológico de plantação de milho
Fonte: Coletivo da Horta Mãos de Milagre, 2025



Figura 82 - Colheita de milho
Fonte: Coletivo da Horta Mãos de Milagre, 2025

As principais dificuldades trazidas pela moradora e co-fundadora entrevistada, se relacionam com a falta de recursos financeiros e de materiais. Apesar do apoio frequente da Secretaria, o projeto tem pouco tempo e ainda faltam materiais para a colheita e o plantio como pá e enxada, equipamentos de EPI como camisas UV, luva e chapéu, entre outros recursos.

Quem nos dá todo o apoio de infraestrutura, sabe, com adubos, insumos, triturados, mudas, visita técnica, tudo isso é o pessoal da Secretaria de Agricultura Urbana da Prefeitura do Recife.... mas infelizmente a secretaria não tem como ser de ferramenta,... então a gente precisa de ferramentas, a gente precisa de camisas UV, porque no sol queima bastante a pele na chuva, as plantas coçam os pelos das plantas, a gente precisa de chapéu, a gente precisa de PI, a gente precisa de tudo. (Moradora, Apêndice D)

Socialmente, o projeto é bem recebido pela população, mas já houve alguns conflitos entre diferentes interesses dos participantes do coletivo. Segundo a moradora, alguns participantes do coletivo agiam em prol de interesses próprios e não da comunidade, o que atrapalhava o projeto. Com isso, algumas pessoas saíram do grupo e hoje isso já não é um problema.

... já estivemos mais de 20 pessoas, hoje estamos em 12, porque algumas pessoas, ao longo do tempo, às vezes não entendem bem a proposta e acham que é para se auto beneficiar, e acabam largando a mão ao longo do caminho. Mas para quem entendeu e para quem está com a gente desde o começo, são as que estão até agora. (Moradora, Apêndice D)

O projeto está no seu início de desenvolvimento e prevê a expansão da sua visibilidade com participação em entrevistas e reportagens para conseguir mais suporte e com a sua regularização a partir da retirada do CNPJ que permitirá a participação da iniciativa em outros espaços de oportunidade.



Figura 83 - Moradores e participantes do coletivo junto a Secretaria Executiva de Agricultura Urbana de Recife

Fonte: Coletivo da Horta Mãos de Milagre, 2025



CAPÍTULO 4:

**ENTRE IMPACTOS E CONFLITOS: O QUE A
HORTA SEMEIA?**

Entende-se, portanto, que o vazio urbano, sendo reflexo do abandono dos direitos à cidade e da invalidação da função social da terra em nome dos interesses do mercado e do ganho de capital, como trazido anteriormente, não deve ser tratado como problemática irreversível ou depender apenas de uma solução do poder público. É fato que as entidades governamentais são essenciais para a transformação do espaço urbano e tem o dever de fazê-lo conforme as necessidades da população. Entretanto, diante do histórico de negligência analisado neste trabalho, surge a necessidade de entender como iniciativas autônomas podem ser, também, uma solução de defesa aos direitos de acesso à terra e a promoção de espaços que sirvam à comunidade local.

Nesse contexto, as hortas comunitárias analisadas evidenciam contextos reais que mudaram não só o espaço físico do local, como também mostraram que a cidade, as pessoas, o meio ambiente e a cultura são elementos intrínsecos e correlacionados à ocupação do território. Sendo assim, é possível perceber os impactos, as contradições, as barreiras e os agentes que fazem parte da implementação de hortas comunitárias como estratégia de ocupação de espaços vazios e ociosos.

| 4.1 A POTÊNCIA DAS HORTAS NO TERRITÓRIOS URBANO

| 4.1.1 Impactos Sociais e Simbólicos

As hortas comunitárias analisadas revelam que a transformação de vazios urbanos não se limita à alteração física do solo: trata-se, sobretudo, de um processo de construção coletiva de significados. A partir do engajamento de moradores, seja por meio de articulações autônomas, como nos casos da Horta de Casa Amarela e da Horta Mãos de Milagre, ou em projetos institucionalizados, como na Comunidade dos Pequenos Profetas, o espaço começa a ser um agente potencial na criação de vínculos, símbolos e expressões culturais. Como propõe Aldo Rossi (2001), a cidade é o lugar coletivo da memória, e mesmo espaços antes percebidos como sem valor podem se tornar simbólicos ao ser ativados pela vida cotidiana.

Percebe-se isso a partir das mudanças na relação das pessoas com espaços que antes não tinham um uso efetivo ou estavam abandonados e serviam para o descarte de lixo. São exemplos disso casos como o de Casa Amarela, onde a

população mudou completamente a perspectiva de um terreno que antes era evitado e visto como um problema “sem dono”; ou como o da CPP. Ao transformar o seu telhado em horta, a instituição conseguiu gerar vínculos e respeito por um espaço que, muitas vezes, nem sequer é reconhecido como um lugar. A Horta Mãos de Milagre é outro exemplo expressivo por cultivar vitalidade para os moradores que ainda sofrem com o desastre natural ocorrido na região em 2022 e, principalmente, ao transformar a relação dos próprios pacientes da USF com o terreno da unidade.

Lefebvre (1991) contribui com essa ideia ao definir que a produção social do espaço não se trata apenas de implantar estruturas físicas, mas de ativar práticas, relações e significados que transformam o vazio em lugar. Nesse sentido, percebe-se, ainda, que a apropriação desses espaços tende a expandir os seus usos e manifestações. Esse processo de ressignificação se evidencia em Casa Amarela, onde o terreno se tornou também espaço de convivência, lazer, celebração, realização de eventos ou feiras e, ainda, originou um bloco de carnaval. Assim, o que um dia foi projeto, agora também tem uma marca, uma identidade. Hoje, mesmo depois de o coletivo ter sido desativado, percebe-se que a iniciativa ainda é lembrada com afeto. Em entrevista, a moradora relembra com muita gratidão como a experiência impactou positivamente a comunidade, ao despertar interesse pela agricultura e oferecer um espaço de acolhimento em situações de vulnerabilidade. “Então, se não tivesse servido para nada, serviu para as pessoas se definirem e assumirem aquelas coisas que realmente acreditam. Então, eu achei que tudo foi vantagem, apesar de tantos conflitos, de tanta dificuldade que foi atravessada” (Moradora, Apêndice A)

Dessa forma, o potencial de impacto não está apenas no que é construído fisicamente, mas nas oportunidades que emergem do encontro entre espaço, comunidade e prática cotidiana. É no convívio e nos vínculos afetivos que se sustentam os cuidados, a permanência e a força simbólica desses lugares.

| 4.1.2 Saúde e Segurança Alimentar

Dados sobre a vulnerabilidade alimentar no Brasil, citados anteriormente no Capítulo 2, reforçam a importância do acesso à alimentação saudável proporcionada pelas hortas. Por meio do plantio livre de agrotóxicos e da diversidade de espécies

cultivadas (hortaliças, frutas, ervas e legumes), famílias passam a ter acesso a alimentos que, em muitos casos, não caberiam no orçamento doméstico.

Os casos analisados mostram como mesmo um pequeno espaço, como o da Horta Mãos de Milagre, consegue impactar diversas famílias. Já a horta presente no Telhado ECO da Comunidade dos Pequenos Profetas é outro exemplo significativo: sua contribuição para o acesso à alimentação vai além das refeições oferecidas no espaço. A unidade distribui, com frequência, hortaliças colhidas a famílias da região e desenvolve ações educativas sobre como criar pequenas hortas em casa.

Além disso, destaca-se como as hortas colaboram para uma melhora da saúde física e mental como já mostram estudos realizados pelo projeto “Agricultura Urbana, Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional no município de Embu das Artes” (Gasparini, *et.al*, 2015). Esses espaços terapêuticos se constituem a partir do cultivo de plantas medicinais, do contato com a natureza e da prática ativa e colaborativa de plantar e colher e pode colaborar em diversos tratamentos.

A Horta Mãos de Milagre se destaca na relação com a saúde por diversos motivos. Além da conexão com a história do projeto, que surgiu como uma estratégia de tratamento terapêutico para uma moradora da comunidade, a horta tem relação física e social direta com a Unidade de Saúde presente na comunidade, por fazer parte do seu terreno. Com isso, ocorrem no local atividades terapêuticas com os pacientes da unidade, além de haver uma horta medicinal que contribui para os tratamentos.

Na Horta de Casa Amarela, um fator importante foi a falta de estrutura para o plantio de legumes e outros alimentos que fez com que os moradores escolhessem as plantas medicinais como uma opção inicial de cultivo. Isso mostra, ainda, que esse tipo de plantação é mais acessível a diferentes contextos e pode ser uma boa escolha para o início da atividade.

| 4.1.3 Impacto Ambiental

No Capítulo 1, discute-se o crescimento das cidades, destacando a preocupação com o distanciamento contínuo do espaço urbano e do espaço do campo e em como a tendência do solo urbano está cada vez mais construído pode afetar o meio ambiente. Isso reflete em um solo cada vez mais impermeável, aumento de desastres naturais, que impactam, principalmente, as áreas mais

periféricas e vulneráveis, assim como, o clima e seus efeitos de aumento de temperatura e outras consequências intrínsecas às mudanças do ecossistema.

Nesse sentido, os estudos de caso também demonstram impactos relevantes a essa realidade. Ao considerar que, conseqüentemente, haverá um aumento da disputa territorial, os vazios urbanos e espaços ociosos surgem como oportunidade de manutenção de solos naturais, espaços verdes e a descentralização e conexão maior de espaços produtivos. Isso porque, como argumentam Lefebvre (1991) e Harvey (2003), o espaço urbano que não é ocupado socialmente tende a ser apropriado pelos interesses do mercado. Dessa forma, ao se apropriar e se conectar com o espaço, a comunidade é capaz de ser “voz ativa” na defesa de áreas que antes estariam vulneráveis.

É preciso destacar, ainda, que a presença de solo permeável não é por si só benefício para o meio ambiente. Em muitos casos, como foi trazido anteriormente, percebe-se que os terrenos vazios, apesar de ter um solo permeável e áreas verdes, acabam sendo utilizados para o descarte de lixo, por exemplo, o que contribui para a proliferação de doenças e a contaminação do solo e da água. A partir dos estudos de caso, percebe-se que a agricultura urbana transforma esses espaços em solo produtivo e livre de contaminantes, o que garante, portanto, a função positiva desses espaços verdes e dilui a distância entre os ambientes construídos da cidade e dos espaços naturais. A partir disso, tem-se, ainda, que a expansão dessas áreas contribui para tornar as cidades mais preparadas e resilientes diante de desastres naturais e das transformações climáticas em curso.

O contato com as hortas também tem potencial educativo, contribuindo para a conscientização da biodiversidade e a expansão de práticas ecológicas, como já foi trazido por Clayton et al. (2016). Percebe-se, pelos estudos de caso, que a colaboração desses espaços proporcionam a expansão cultural da prática da agricultura urbana à medida que o ensino do plantio e da colheita é repassado, como é o caso da CPP. Além disso, percebe-se como o vínculo afetivo criado com a terra, é capaz de influenciar outras decisões que respeitam cada vez mais o meio ambiente a partir da diminuição de poluentes e defesa de áreas verdes.

| 4.1.4 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Além dos impactos locais analisados, é preciso considerar, ainda, que a prática da agricultura urbana também se alinha a alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao colaborar com o acesso à alimentação saudável, promoção de saúde e bem-estar, estimular práticas sustentáveis e ecológicas e ações colaborativas entre a comunidade e instituições.

Os ODS são 17 objetivos criados pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 2015 como parte de um plano global representado pela Agenda 2030. Esses objetivos representam um trabalho conjunto e estratégico de 193 países contra os principais problemas do mundo como a pobreza, fome, mudanças climáticas, desigualdade social, falta de educação e saúde, entre outros, e tem como marco o ano de 2030 como prazo final das metas. A partir de cada objetivo e meta, é possível tomar melhores decisões e trazer ações práticas, para cada contexto local, que contribua com o alcance desses compromissos e, conseqüentemente, com um mundo mais sustentável, colaborativo e justo. (ONU - Brasil, [s.d])

Nesse contexto, a promoção de mais espaços cultiváveis pelas Hortas Comunitárias se relacionam com os objetivos e metas abaixo:

ODS	META	DESCRIÇÃO DA META
ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável	2.1	Acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas a alimentos seguros, nutritivos e suficientes.
	2.3	Dobrar a produtividade e a renda de pequenos produtores, incluindo acesso à terra, insumos e serviços.
	2.4	Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e práticas agrícolas resilientes.
ODS 3 – Saúde e Bem-Estar	3.4	Reduzir a mortalidade por doenças não transmissíveis e promover saúde mental e bem-estar.
ODS 4 – Educação de Qualidade	4.7	Garantir que todos adquiram conhecimentos para promover o desenvolvimento sustentável.
ODS 10 – Redução das Desigualdades	10.2	Empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	11.3	Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável com participação da sociedade.
	11.7	Garantir acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, verdes e de qualidade.
ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis	12.3	Reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita.
	12.5	Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, reciclagem e reuso.
ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	13.1	Fortalecer a resiliência e adaptação a riscos climáticos.
	13.3	Melhorar a educação e conscientização sobre mitigação e adaptação climática.
ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação	17.17	Incentivar parcerias entre governos, setor privado e sociedade civil.

Tabela 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas relacionadas à implementação de hortas comunitárias

Fonte: NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, s.d

| 4.2 TENSÕES E FRAGILIDADES DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO

| 4.2.1 Falta de Recursos

Como iniciativa autônoma, na maioria das vezes, um dos maiores desafios trazidos foi o acesso a recursos, infraestrutura e investimentos financeiros. Nas Hortas de Casa Amarela e da Mãos de Milagre, os moradores fazem parte do coletivo que investe, transforma e gerencia o espaço. Por isso, a potencialidade da intervenção revela limites econômicos. Na Horta de Casa Amarela, por exemplo, mesmo com um projeto desenvolvido por uma profissional de arquitetura e estando em uma área mais elitizada na cidade, por falta de recursos, muitas soluções tiveram que ser adaptadas ou não foram executadas. Nesse sentido, a dificuldade em conseguir recursos foi um dos fatores que contribuiu para a sua inativação.

Na Vila dos Milagres, a horta também enfrenta dificuldades com materiais e recursos para se manter ainda no começo do projeto. A moradora entrevista conta

que não há instrumentos para plantio e colheita e equipamentos de proteção que pertença ao coletivo. A situação de vulnerabilidade dos moradores dificulta o investimento econômico e a pouca repercussão por ainda ser o início do projeto, faz com que seja mais difícil conseguir outras ajudas e parcerias.

No caso da CPP, há um cenário diferente já que a ONG recebe investimentos de outros países que garantem o funcionamento da unidade, por isso, foi mais fácil conseguir recursos para construção e manutenção do Telhado ECO. Isso permitiu, por exemplo, a contratação de um arquiteto para desenvolver o projeto, além de possibilitar a manutenção da estrutura e a compra de insumos agrícolas com mais regularidade. Além disso, a ONG conta com doações que também ajudam com outros recursos do dia a dia. Dessa forma, o projeto consegue manter uma estrutura ativa há mais de 30 anos e se torna menos vulnerável a contextos externos.

Percebe-se, portanto, que os recursos financeiros são elementos importantes para o sucesso e a continuidade dessas iniciativas. A ausência de apoio estruturado pode comprometer a permanência dos projetos e limitar seu alcance, enquanto o suporte institucional tende a ampliar as possibilidades de consolidação e impacto no território.

| 4.2.2 Lutas pelo Direito à Propriedade

Outra questão importante a ser destacada, principalmente, em situações de ocupação de terrenos públicos ou privados são os conflitos que podem surgir em relação à disputa de propriedade. Isso pode acontecer, por exemplo, em casos de acumulação por despossessão como traz David Harvey (2003), em que o espaço valorizado pelo uso coletivo, são apropriados pelo mercado capitalista em um processo onde práticas sociais, como hortas comunitárias, são interrompidas para dar lugar a usos mais lucrativos. Este fato marca as disputas existentes entre o valor de uso e valor de troca do território, revelando as fragilidades que cercam iniciativas autônomas de reapropriação do espaço urbano.

Um exemplo concreto desse processo aconteceu com a Horta Comunitária Semeando Resistência, pertencente a comunidade de Caranguejo Tabaiães, localizada entre os bairros de Afogados e Ilha do Leite, em Recife, Pernambuco. A comunidade foi surpreendida com o anúncio da destinação do terreno, onde funcionava a horta e se realizavam eventos comunitários, para a construção de um

novo conjunto habitacional, promovido pela Prefeitura do Recife. Sem que houvesse diálogo prévio ou mediação com o coletivo, o projeto foi apresentado já com a ocupação planejada sobre o espaço da horta. A falta de comunicação para mediação e acordo com o coletivo de Caranguejo Tabaiães e a falta de consideração do valor de uso daquele espaço, causou sentimento de revolta da população. (Oliveira, 2025)

A gente não consegue, com essa horta, alimentar nossa comunidade de sete mil pessoas, mas a gente consegue formar as pessoas e consegue informar. Você vir aqui já é uma educação, já é uma aula. Você chegar aqui e ver que dá pra plantar comida, dá para plantar erva, e dá pra conversar, e dá pra ter um fresquinho (Sarah Marques, liderança comunitária) (Oliveira, 2025)

A gente só foi chamado para fazer um o pedido de informação pela Lei de Acesso à Informação e, chegando lá, já tinha esse projeto pronto. O secretário de Habitação nos apresentou e o projeto já estava em cima da horta e cortando o campo da comunidade (Sarah Marques) (Oliveira, 2025)

Na notificação tem dizendo que precisa tirar a horta para dar continuidade ao trabalho do habitacional, que é mentira. O primeiro trabalho do habitacional, de qualquer obra, é preparar o terreno. E está sendo feito. E a gente não tá atrapalhando em nada, mas isso é dito todo dia à comunidade (Sarah Marques) (Oliveira, 2025)

Após mobilizações e resistência, a comunidade conseguiu um novo espaço para reconstruir a horta (Oliveira, 2025). Entretanto, essa situação mostra como iniciativas comunitárias que ocupam terrenos vazios ainda são frágeis diante da lógica do mercado e da falta de apoio do poder público. Mesmo sendo espaços que promovem o uso coletivo da terra e fortalecem o vínculo entre as pessoas e o território, elas ainda correm o risco de serem interrompidas quando o interesse econômico fala mais alto. Isso evidencia que ocupar um vazio urbano não é apenas uma ação física ou técnica, mas envolve disputas sociais, políticas e simbólicas.

| 4.2.3 Conflitos Interpessoais

Apesar do impacto positivo na criação de vínculos sociais e no fortalecimento da comunidade local, os estudos de caso também revelam desafios que surgem a partir de conflitos internos. Em alguns momentos, a diversidade de visões e interesses dificultou decisões coletivas. Como exemplo, tem-se o conflito por uso de pneus como jardineiras ou a construção de um poço artesiano, na Horta de Casa Amarela. Também nessa horta, houve situações em que manifestações culturais e

festividades precisaram ser interrompidas por reclamações de vizinhos incomodados com o barulho. Em outros casos, como na Horta Mãos de Milagre, divergências entre o objetivo coletivo e interesses individuais causaram tensões, levando à saída de alguns membros do grupo.

Essas situações mostram que os grupos comunitários não são homogêneos nem naturalmente harmônicos, e que os conflitos fazem parte do processo. Como aponta Lefebvre (1991), o espaço urbano é, por definição, um campo de disputas, e isso se manifesta inclusive em projetos baseados no cuidado, na escuta e na coletividade. Reconhecer essas tensões é fundamental para evitar a romantização das práticas participativas e compreender que a produção social do espaço é marcada por negociações, embates e aprendizados contínuos.

| 4.2.4 Contradições na Relação com o Poder público

No capítulo 1 destaca-se o importante papel do poder público na garantia do direito à cidade e da função social da propriedade e na promoção de uma gestão democrática e participativa do espaço urbano, conforme a Constituição Federal de 1988 (Art.182) e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) já citados.

Nesse sentido, entende-se que o poder público ocupa um importante papel nos processos de transformação desses espaços pela prática da agricultura urbana. Além disso, destaca-se as diretrizes já estabelecidas nas Macrozonas e nas Zonas do Plano Diretor que contribuem como guia para análise e intervenção das áreas urbanas na cidade. No caso do Plano Diretor do Recife, onde estão as Hortas analisadas, as Hortas de Casa Amarela e Mãos de Milagre se localizam na Macrozona do Ambiente Natural e Cultural e ocupam as Zonas: ZDS - Capibaribe e ZDS - Tejipió, respectivamente. Essa caracterização deixa claro a importância da presença das hortas nessas regiões, já que estimula a preservação e o desenvolvimento sustentável dos elementos naturais naquele território, como mostra os tópicos em destaque:

A Macrozona do Ambiente Natural e Cultural (MANC) tem por objetivo valorizar, preservar e recuperar, de forma sustentável e estratégica, os recursos naturais e culturais da cidade, de modo a formar um sistema integrado para uso e desenvolvimento sustentável. (RECIFE, 2021, Art. 30)

A Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) tem como objetivo garantir o equilíbrio urbanístico-ambiental e a preservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural, por meio da articulação entre os elementos do patrimônio cultural e do meio ambiente, notadamente os corpos hídricos principais e secundários que cortam o Recife, de modo a reconquistar a relação da cidade com as frentes d'água, garantir qualidade ambiental, constituir corredores ecológicos urbanos, manter o fluxo gênico e promover a integração entre bairros, a requalificação dos espaços públicos e a valorização dos bens culturais. (RECIFE, 2021, Art. 45)

Entretanto, na prática, percebe-se que a relação com o poder público revela contradições. Hora o seu apoio está presente como na Horta Mãos de Milagre a partir da Secretaria Executiva de Agricultura Urbana, hora a sua ausência é notada pela falta de infraestrutura urbana ou pela dificuldade em receber suporte como foi em Casa Amarela. Nos casos citados, a Secretaria dá suporte a Horta Mãos de Milagre com direcionamentos técnicos e suprimentos como sementes e adubo a partir de visitas frequentes, o que garante um acompanhamento da situação da Horta e facilita soluções urbanas mais estratégicas a partir da interface entre as secretarias e os poderes executivos.

Já na Horta de Casa Amarela, a moradora entrevistada revelou que a relação com a prefeitura nunca foi tão próxima e que eles enfrentaram dificuldades para conseguir iluminação pública, por exemplo. A partir de uma pessoa que atuava internamente na prefeitura foi que eles conseguiram diminuir esse distanciamento e tirar dúvidas sobre o local de intervenção. Uma informação que chamou atenção foi o desconhecimento, antes desse contato com a prefeitura, das normas vigentes no terreno e se a sua propriedade era pública ou privada pelos moradores. Ao considerar a importância dessas delimitações, percebe-se como é preocupante o distanciamento do poder público, já que o desconhecimento dessas informações poderia acarretar em uma intervenção fora das normas vigentes e que afetasse negativamente algum elemento ambiental.

Em outros casos, como o da Horta Semeando Resistências, citada anteriormente, no subtópico 4.2.2, também é possível perceber uma contradição entre o papel institucional da prefeitura do Recife e a forma com que aconteceu a desocupação do terreno da horta para construção do habitacional. Apesar do projeto do habitacional também englobar um interesse social na promoção de moradia, este caso revela um momento em que a posição da prefeitura ignorou a participação coletiva da construção do espaço urbano, principalmente, ao se tratar de uma zona de ZEIS, que indica como diretriz a importância dessa participação comunitária.

Portanto, compreender o papel do poder público não é apenas identificar sua responsabilidade formal, mas também analisar como e em que medida ele atua, omite-se ou contradiz seus próprios instrumentos de planejamento, e como essa atuação impacta as dinâmicas locais de apropriação dos espaços urbanos.

Esses casos demonstram que, apesar de existir instrumentos legais e diretrizes urbanas que reconhecem e incentivam práticas sustentáveis e coletivas como as hortas comunitárias, a atuação do poder público nem sempre acompanha o que está previsto em lei ou no planejamento urbano. Isso indica a necessidade de fortalecimento da relação entre comunidade, movimentos sociais e o estado na construção de uma política mais coerente.

Além disso, percebe-se também a necessidade de criação de medidas que não só indique diretrizes ou direitos e deveres por meio da lei, mas que, de fato, garantam a prática de condutas alinhadas a esses condicionantes. Neste sentido, destaca-se a importância do conhecimento da população acerca do papel, direitos e deveres de cada agente atuante no cenário urbano a fim de cobrar e lutar pelos seus direitos como é o exemplo da história já citada do Coletivo Caranguejo Tabaiães, que depois de muita resistência, conseguiu garantir um novo espaço para a continuidade da Horta.

| 4.3 O PAPEL DO ARQUITETO EM PROCESSOS COLETIVOS DE OCUPAÇÃO

Os estudos das iniciativas também apontam para a participação de profissionais no processo. Entre eles, se destacam os agrônomos e os arquitetos. Nas 3 iniciativas, percebe-se a participação do agrônomo como profissional essencial e com uma importante contribuição na construção desses espaços. Seja como profissional independente, como é no caso da Horta de Casa Amarela e na CPP ou como instituição, como é o caso da Horta Mãos de Milagre, esses profissionais acompanham periodicamente a iniciativa e auxiliam direcionando técnicas de plantio e colheita, uso de materiais e prevenção de riscos a plantaço.

No caso dos Arquitetos, percebe-se diferentes contextos que mostram a necessidade de entender mais sobre esse papel. Nas Hortas analisadas tem-se 3 diferentes realidades: A primeira é a presença do arquiteto voluntário na Horta de Casa Amarela, a segunda o arquiteto contratado na Comunidade dos Pequenos Profetas e a terceira com a ausência desse profissional na Horta Mãos de Milagre.

Nesse sentido, a existência de Hortas que não tem a colaboração desse profissional indica que a presença de um arquiteto não é essencial para existência de iniciativas como essas. Percebe-se, ainda, que a sua atuação permite diferentes abordagens. Portanto, surgem alguns questionamentos: Qual seria o seu papel ideal? Qual é a importância da sua contribuição?

| 4.3.1 Atuação Profissional e Papel Social do Arquiteto

Esses questionamentos abrem espaço para entender um pouco mais sobre a atuação do arquiteto na sociedade contemporânea e, principalmente, sobre o seu papel social. A partir disso, é preciso entender, inicialmente, que o papel do arquiteto durante a história, muitas vezes, se manteve em uma posição centralizada como autoridade técnica e distante das pessoas e da cidade. Como denunciava Giancarlo de Carlo, esse lugar foi muitas vezes ocupado de forma acrítica, tornando o arquiteto um operador de políticas que não necessariamente respondiam às demandas reais da população (Barone;Dobry, 2004). Hoje, apesar de haver uma certa evolução em papéis sociais, a atuação do arquiteto ainda é guiada por diretrizes capitalistas que restringe a percepção do valor da sua função ao grupo das elites sociais. Nos dados do censo do CAU BR (2020) percebe-se essa realidade estampada nas estatísticas de atuação. Ao todo, 67% dos profissionais atuam na arquitetura de interiores, enquanto apenas 11% estão no planejamento urbano, por exemplo. Ferreira (2011), questiona os impactos dessa realidade:

Não estaríamos, ao exacerbar cada vez mais o culto à atividade profissional autoral destinada à alta renda, correndo o risco de limitar perigosamente nosso campo de atuação a um mercado que é estruturalmente reduzido? Não estaríamos nos arriscando a repetir os erros do passado que levaram nossa profissão a se distanciar da realidade urbana brasileira, uma tragédia em que quase a metade da população sequer tem acesso à casa, quanto menos à arquitetura? (Ferreira, 2011)

Segundo ele, essa tendência de pensamento impacta em diversas camadas na construção de cidades melhores e mais justas. Desde a monotonia de construções verticais, que não se relacionam com a rua, a tendência de priorização dos carros e a necessidade de impermeabilizações desenfreadas do solo. Além disso, o distanciamento do papel social e mais próximo a cidade do arquiteto deveria ser uma responsabilidade coletiva já que estaria, portanto, atrelado a uma tendência

mercadológica sustentada por diversos agentes e instâncias econômicas, sociais e políticas. A continuidade dessa cultura onde a atuação do arquiteto é distante da cidade e das pessoas é sustentada não só pela redenção e dependência do mercado pelos arquitetos, mas também pela formação de algumas universidades, pela negação da sociedade e dos governos que muitas vezes ignoram a realidade desigual do território urbano, entre outros agentes (Ferreira, 2011).

Por outro lado, reconhece-se a existência de profissionais que defendem o seu papel social, mas que, diante da realidade apresentada, conseqüentemente, enfrentam dificuldades que reforçam a tese existente de uma tendência mercadológica dominante como também traz Ferreira (2011).

É claro, se a culpa é de todos, por outro lado não se pode generalizar: há arquitetos “autorais” que tentam de todas as formas entrar no campo de atividades mais voltadas à democratização da cidade, mas se veem frente a muros intransponíveis de burocracias, fisiologismos e impedimentos de todos os tipos. Há arquitetos que fazem arquitetura social de qualidade há muitos anos, mas não conseguem furar a força do pensamento dominante que festeja outro tipo de arquitetura e desconsidera a moradia popular como um problema dos arquitetos. (Ferreira, 2011)

Isso também pôde ser observado durante a pesquisa a partir da entrevista com a Arquiteta Luciana Raposo que colaborou com o projeto da Horta de Casa Amarela. Segundo ela, hoje, o papel social do arquiteto acaba sendo frustrado por um mercado predominantemente capitalista. (ver Apêndice B)

Veja, eu acho que hoje, com o capitalismo, do jeito que ele se desenvolveu, eu acho que o arquiteto tem um papel fundamental, e eu vou te dizer qual é: Sobreviver. Desculpe a franqueza, mas é uma profissão que é muito difícil você conseguir ser bem remunerado e, como eu falei, eu passei muito tempo fazendo muito trabalho voluntário e isso não é reconhecido, sabe? Bom, eu fiz como meu papel de cidadã, pela questão social e tudo mais, pelo papel do arquiteto no desenvolvimento das cidades sustentáveis. Só que cada vez mais isso tem tido menos espaço. (Luciana, Apêndice B)

A partir disso, entende-se que a profissão permite, de fato, diversos tipos de atuação, mas, há uma força mercadológica que tende a influenciar a valorização de práticas que mais beneficiam entidades privadas do que serviços sociais e o papel político do arquiteto. Sendo assim, percebe-se a necessidade de romper essa tendência e estimular um papel mais político, social e próximo aos problemas das cidades, como já defendia Giancarlo de Carlo (Barone;Dobry, 2004). Giancarlo colabora com essa crítica ao apontar que a formação do arquiteto o posiciona como

autor exclusivo do espaço, reforçando uma lógica elitista e excludente de produção urbana. Assim, para ele, é necessário romper com essa imagem e construir novas formas de atuação baseadas na escuta, na mediação e no compromisso político com os processos coletivos.

| 4.3.2 O Arquiteto e as Hortas Comunitárias

Ao trazer essa reflexão para o caso das Hortas Comunitárias, tem-se que, o papel do arquiteto, ainda que não essencial, tenciona uma atuação mais próxima às pessoas e a construção de uma cidade mais justa, o que contribui para uma mudança de perspectiva na profissão. Portanto, o seu papel cumpre, também, um lugar de resistência e ativismo relacionado à própria profissão.

Além disso, o entendimento físico e simbólico do espaço, dá ao arquiteto a possibilidade de expandir o impacto da intervenção a partir de soluções que dialoguem com o bairro, as pessoas e a cultura e atendam a funcionalidade dos usos e a um baixo orçamento. Assim, com um conhecimento técnico, sensibilidade e capacidade de gestão do projeto e da execução, sua contribuição se torna valiosa para a transformação do espaço e para a comunidade.

Isso pode ser observado a partir da participação da Arquiteta Luciana Raposo no projeto para a Horta de Casa Amarela. Com ajuda de outros estudantes, ela conseguiu transformar a ideia inicial de criar uma horta urbana em um espaço de convivência diverso com espaços para crianças e adultos, considerando a acessibilidade do local, os acessos, os equipamentos e materiais necessários, assim como, os direcionamentos para execução. (ver Apêndice B)

Além disso, Luciana também mostra como a contribuição dessas experiências e o contato com diversos atores e contextos, podem contribuir para o repertório profissional.

Eu fiz um projeto sustentável, que eu queria conhecer as hortas comunitárias de outros países, de outras realidades. Aí eu fui para o Rio de Janeiro para conhecer as hortas. Uma que era em cima de um lixão e tinha se transformado numa praça, uma experiência muito interessante no Vidigal. Tudo isso para criar conteúdo para dar aula sobre isso, para lidar com as pessoas da cidade, para ver coisas que acontecem no resto do mundo e até comparar com as nossas experiências. Fui para Freiburg, que é uma cidade considerada na época a mais sustentável do mundo, que era na Alemanha, e conheci lá as experiências das hortas dos senhorzinhos, dos aposentados que ficam trabalhando. Horta em cima do telhado, na Itália, enfim, eu vi muita coisa interessante e eu sempre via isso à luz da nossa experiência em Casa Amarela, e dentro dessas cidades. Depois

entraram umas duas colegas que também são arquitetas ambientalistas e brasileiras, só que uma ficou na Suécia. ... somos correspondentes, digamos assim. E elas falavam como eram as hortas lá, e aí iam, ficaram meio acampadas um tempo, e eu ficava cá contando como era a experiência. Foi riquíssimo nesse aspecto de conteúdo mesmo, de repertório, diria assim. (Luciana, Apêndice B)

No projeto da CPP, a atuação do arquiteto se mostrou essencial e também demonstra a importância, principalmente, do seu conhecimento técnico. Neste caso, a relação profissional foi diferente pela necessidade do local e das condições da ONG. Isso porque a obra envolvia certa complexidade de execução já que se tratava de uma intervenção em um telhado lajeado com duas águas e a instituição possuía recursos financeiros para a contratação. Por isso, o arquiteto se manteve em uma atuação mais formal e técnica, feita a partir de contratação, e não se envolveu em questões sociais ou na mediação da intervenção com usuários e outras entidades. Sendo assim, ainda que se defenda um envolvimento mais ativo e crítico socialmente neste tópico, esse caso demonstra que atuações mais formais também podem ser positivas quando se trata de impacto social.

Nos casos de ocupação, como em terrenos públicos ou privados e, principalmente, quando se trata de coletivos autônomos e com baixo recurso, o papel mediador e gestor do arquiteto se destacam e revelam outra camada de importância para intervenções neste cenário. Como exemplo real, a arquiteta Luciana Raposo trouxe em entrevista como o seu papel gestor foi importante na prática.

... vou lhe dizer, gestão. É muito mais uma questão de gerenciar do que de desenvolver, sentar e desenvolver um projeto, basicamente. Pode dizer que não, o projeto é o trabalho. Tá, mas o desenho é o de menos, né? Eu acho que é o amadurecimento da ideia. E essa gestão desses vários atores é o que eu considero como as competências mais importantes para que o projeto seja bem-sucedido. (Luciana, Apêndice B)

Assim, pode-se concluir que, ainda que a participação do arquiteto não seja essencial, ela se torna importante tanto em casos mais técnicos, que exigem conhecimento específico, como em cenários ativistas, principalmente, na mediação e gestão. Portanto, sua importância é reconhecida, mas a atuação ideal do arquiteto vai depender do cenário e do contexto apresentado.

| 4.3.3 Arquitetura Participativa: Diretrizes de Atuação em Hortas Comunitárias

Ainda assim, considerando a representação da profissão no mercado atual e a necessidade de estimular a criação de uma cultura que valorize um papel mais próximo das pessoas e das cidades, concedendo ao arquiteto uma atuação mais política, crítica e social, como defende Giancarlo de Carlo (Barone;Dobry, 2004), faz-se necessário pontuar alguns direcionamentos que orientem sua participação em projetos de transformação de vazios urbanos em hortas comunitárias. As diretrizes apresentadas a seguir são baseadas nos estudos de caso, nas conversas e entrevistas com profissionais de arquitetura e nas discussões desenvolvidas neste capítulo. São elas:

❖ **Descentralizar o protagonismo técnico**

Abandonar o papel de "autor do espaço" e assumir uma escuta ativa aos modos de saber e viver da população local, reconhecendo a legitimidade das decisões comunitárias sobre o uso e o desenho do território.

❖ **Atuar como mediador**

Colocar-se como facilitador de processos, articulando diferentes saberes (técnicos, populares, jurídicos) e ajudando a construir soluções com e não para a comunidade.

❖ **Reconhecer e trabalhar com a complexidade dos territórios**

Compreender os vazios urbanos não como espaços "ociosos", mas como territórios atravessados por disputas, memórias e potências. A atuação deve partir da leitura crítica e situada do contexto.

❖ **Valorizar os processos**

Priorizar a construção coletiva, os vínculos sociais e os aprendizados ao longo do caminho.

❖ **Questionar os limites da atuação profissional**

Reconhecer que o arquiteto também é produto de uma formação que exclui e silencia as necessidades reais de quem usa o espaço, e por isso deve estar disposto a aprender com o território, a se desconstruir, e a reconfigurar sua prática na profissão.

❖ **Reivindicar espaços institucionais para práticas comunitárias**

Apoiar a institucionalização de projetos como hortas comunitárias, contribuindo para articulações com políticas públicas, regularização fundiária, acesso à infraestrutura e reconhecimento legal dos usos sociais da terra.

❖ **Assumir uma postura crítica frente ao mercado**

Não naturalizar a lógica mercantil do urbanismo, buscando outras formas de atuação profissional comprometidas com justiça espacial, ecologia e autonomia dos territórios.

The background is a solid dark green color. It features several thin, white, curved lines that sweep across the page. One line starts from the left edge, curves upwards and then downwards. Another line starts from the bottom left, curves upwards and then downwards. A third line starts from the right edge, curves downwards and then upwards. These lines create a sense of movement and flow.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As hortas comunitárias apresentadas ao longo deste trabalho não são apenas iniciativas isoladas de cultivo urbano. Elas revelam um contexto mais profundo, que entrelaça o direito à cidade, a produção social do espaço e os afetos que nele se enraízam. A partir da ocupação de vazios urbanos, essas práticas desafiam a lógica dominante de uso da terra, transformando áreas esquecidas em territórios de resistência, encontro e cuidado.

Ficou evidente que os vazios urbanos não são apenas falhas na malha urbana construída, mas sintomas de um projeto de cidade que exclui, fragmenta e hierarquiza os usos do solo. A partir disso, as hortas surgem como contraponto: resgatam o valor de uso do espaço, reaproximam campo e cidade, produção e cotidiano, e criam outras formas de pertencimento. Nas três experiências analisadas, apesar de suas diferenças de contexto, surgem elementos comuns: a mobilização comunitária, o protagonismo local, a tentativa de superar as ausências do poder público e os múltiplos significados que um espaço pode ganhar quando habitado de forma coletiva.

Entretanto, também não se pode romantizar. A partir dos casos analisados, percebe-se que há muitos desafios como, a escassez de recursos, conflitos internos, descontinuidade do engajamento e as dificuldades na articulação com o Estado. Tudo isso mostra que manter um espaço como esse exige mais do que boa vontade, exige estrutura, apoio e políticas públicas sensíveis às potências que surgem de baixo para cima.

Nesse cenário, surge também a oportunidade de repensar o papel do arquiteto. Fica claro a importância da sua colaboração ao assumir uma postura de escuta, mediação e construção conjunta, atuando como facilitador de processos que já existem ou estão por emergir. Ao invés de ocupar uma postura centralizada e uma atuação apenas técnica, talvez seja hora de produzir uma arquitetura mais participativa, lado a lado com quem constrói a cidade todos os dias. Por outro lado, percebe-se as dificuldades que encontram atuações sociais na prática de um mercado capitalista, exigindo, também, novas estratégias profissionais e a continuidade de uma discussão crítica em conjunto a classe profissional.

As hortas comunitárias, portanto, não são respostas prontas ou a única solução para as problemáticas apresentadas, mas são convites à experimentação. Elas nos lembram que o urbano também pode ser chão fértil, e que a cidade não precisa ser apenas um lugar de trânsito, consumo e concreto. Pode ser, também,

lugar de plantar, cuidar e colher. E a partir dessa possibilidade, talvez seja possível sonhar com um futuro em que as cidades sejam mais justas, mais vivas e mais nossas.

É importante reconhecer, também, as limitações deste trabalho. A análise se concentrou em três experiências localizadas na cidade do Recife, o que não permite generalizações para outras realidades urbanas. Além disso, as entrevistas e visitas de campo foram realizadas em contextos específicos, marcados por recortes temporais e subjetivos que influenciam as percepções e os relatos apresentados. O acesso limitado a dados oficiais sobre a quantidade e o estado atual dos vazios urbanos, especialmente em áreas periféricas, também dificultou uma leitura mais ampla da situação.

Apesar disso, a pesquisa abriu caminhos importantes para futuras investigações. Estudos que aprofundem as relações entre hortas urbanas e políticas públicas, que avaliem os impactos de longo prazo dessas práticas nos territórios ou que explorem metodologias de projetos arquitetônicos participativos com comunidades podem contribuir significativamente para o fortalecimento de estratégias mais justas e sustentáveis de reocupação urbana.

Investigar outras formas de ativação de espaços ociosos, como ocupações culturais, mutirões de habitação, feiras agroecológicas ou experiências de pedagogia urbana, também pode ampliar o debate sobre como construir cidades menos desiguais.

| REFERÊNCIAS

ABANDONO DE TERRENOS BALDIOS: problema crônico que afeta a todos.

Jornal O Imparcial, 2024. Disponível em:

<https://www.imparcial.com.br/noticias/abandono-de-terrenos-baldios-problema-cronico-o-que-afeta-a-todos,65836>.

AGÊNCIA BRASIL. Desastres naturais atingiram 93% dos municípios nos últimos 10 anos. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/desastres-naturais-atingiram-93-dos-municipios-nos-ultimos-10-anos>.

AGÊNCIA IBGE. País tem 90 milhões de domicílios, 34% a mais que em 2010. 2023. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37238-pais-tem-90-milhoes-de-domicilios-34-a-mais-que-em-2010#:~:text=Quando%20considerados%20os%20domic%C3%ADlios%20particulares,%2C%20totalizando%206%2C7%20mil%C3%B5es>.

AGÊNCIA IBGE. Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023. Agência de Notícias, 25 abr. 2024. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>

ALVES, Pedro; COUTINHO, Katherine. Bombeiros retiram mais seis corpos de vítimas de deslizamentos no Grande Recife e total de mortos vai a 106. g1 PE e TV Globo, 31 maio 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/05/31/bombeiros-retiram-mais-corpos-de-vitimas-de-deslizamentos-de-barreiras-no-grande-recife.ghtml>.

ANGOLA, Catarina. Palha de arroz é fruto da resistência feminina na cidade. Brasil de Fato, 11 jul. 2018. Recife (PE). Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/11/palha-de-arroz-e-fruto-da-resistencia-feminina-na-cidade/>.

ARAÚJO, Flávia Aparecida Vieira de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Relação cidade-campo: desafios e perspectivas. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 4, n. 7, p. 201–229, 2009.

BANCO DE ALIMENTOS. Estamos atolados em uma cultura do desperdício. 2021. Disponível em:

<https://bancodealimentos.org.br/estamos-atolados-em-uma-cultura-do-desperdicio/>.

BARBOSA, Marina. Recifenses criam plano diretor para melhorar bairro da Zona Norte. G1 PE e TV Globo, Recife, 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/Recife/noticia/2015/11/recifenses-criam-plano-diretor-para-melhorar-bairro-da-zona-norte.html>.

BARONE, Ana Cláudia Castilho; DOBRY, Sylvia Adriana. "Arquitetura participativa" na visão de Giancarlo de Carlo. Pos FAUUSP, São Paulo, Brasil, n. 15, p. 18–31, 2004. Disponível em: <https://revistas.usp.br/posfau/article/view/43369>.

BELTRAME, Gabriella. Vazios urbanos: notas sobre a escassez social do imóvel urbano. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm.

BRASIL TEM 18 MILHÕES DE IMÓVEIS VAZIOS. Jornal A Verdade, 2023. Disponível em: <https://averdade.org.br/2023/08/ibge-brasil-tem-18-milhoes-de-imoveis-vazios/>

CLEMENTE, J. C.; SILVEIRA, J. A. R. da; SILVEIRA, J. G. da. Vazio Urbano ou Subutilizado? Entre Conceitos e Classificações. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2012. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/6063>.

CLAYTON, Susan; CONVERSY, Pauline; COLLEONY, Agathe; et al. Transformation of experience: toward a new relationship with nature. [S. l.]: ResearchGate, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/311781340>.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (CNT). Pesquisa CNT de Mobilidade da População Urbana. Brasília, 2024. PDF. Disponível em: <https://www.cnt.org.br/pesquisas>.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU BR). Censo dos arquitetos e urbanistas do Brasil 2020. Realização: Datafolha. 2020. Disponível em: https://caubr.gov.br/censo2020/?page_id=20

HARVEY, David. O novo imperialismo. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2003.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil: qual o papel da profissão? Vitruvius, Arquitectos, São Paulo, nov. 2011. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/12.133/3950>.

FIGUEIREDO, Amanda Almeida de Oliveira; CAVALCANTI, Manuella Catarina Lima; SILVA, Simone Rosa da. Impacto hidrológico da impermeabilização do solo em área da cidade do Recife. In: SIMPÓSIO ÍTALO-BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL – IBESA, XIV, 2018. Disponível em: https://abes-dn.org.br/anais eletronicos/40_Download/TrabalhosCompletosPDF/IX-029.pdf.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios. 24 abr. 2024. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/brasil-registra-deficit-habitacional-de-6-milhoes-de-domicilios/>.

GASPARINI, Christiane; et al. Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: uma experiência em Unidades Básicas de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/JPY6yTpKQXj7x4qF5wrk5Xk/#>.

GEORGES, Rafael. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. Brasília, Oxfam Brasil, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Áreas urbanizadas do Brasil. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1q-uduR2r3nhq1U4A56tRbsjQl1s3e1EJ/view?usp=sharing>.

INSTITUTO PÓLIS. Morar no centro como estratégia de mitigação climática. São Paulo, ago. 2024. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/dossie-moradias-no-centro/>.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MAIA, Amanda Carvalho; LEONELLI, Gisela Cunha Viana. Tipologias de vazios urbanos na expansão urbana de cidades médias paulistas. Vitruvius, São Paulo, maio, 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/20.240/7746>.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MCDONALD, Robert Ian; BEATLEY, Timothy; ELMQVIST, Thomas. The green soul of the concrete jungle. Sustainable Earth, 2018. Disponível em:

<https://sustainableearthreviews.biomedcentral.com/articles/10.1186/s42055-018-0002-5>.

NAÇÕES UNIDAS. World Population Prospects 2024. 28. ed. Nova York, 2024. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>.

NAÇÕES UNIDAS. World Urbanization Prospects: The 2018 Revision. Nova York, 2018. Disponível em: <https://population.un.org/wup/>.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. FAO: se o atual ritmo de consumo continuar, em 2050 o mundo precisará de 60% mais alimentos e 40%. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/68525-fao-se-o-atual-ritmo-de-consumo-continuar-em-2050-mundo-precisará-de-60-mais-alimentos-e-40>

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

OLIVEIRA, Jeniffer. Como uma horta rachou o movimento social em uma comunidade do Recife. Marco Zero Conteúdo, 2025. Disponível em: <https://marcozero.org/como-uma-horta-rachou-o-movimento-social-em-uma-comunidade-do-recife/>.

PARENTE, Cláudia. Moradores de Casa Amarela querem transformar área sem uso em horta comunitária. JC Online (UOL), Recife, 8 jul. 2015. Disponível em: <https://jc.uol.com.br/canal/cidades/cienciamambiente/noticia/2015/07/08/moradores-de-casa-amarela-querem-transformar-area-sem-uso-em-horta-comunitaria-189209.php>.

PIVETTA, Marcos. Efeito das ilhas de calor urbano esquentam até cidades de médio e pequeno porte. Revista Pesquisa FAPESP, 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/efeito-das-ilhas-de-calor-urbano-esquentam-ate-cidades-de-medio-e-pequeno-porte/>.

PREFEITURA DO RECIFE (Município). Barro. [s.d.]. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/barro?op=NTI4Mg==>

PREFEITURA DO RECIFE (Município). Casa Amarela. [s.d.]. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/casa-amarela?op=NTI4Mg==>

PREFEITURA DO RECIFE (Município). Lei Ordinária nº 18.770, de 14 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2020/1877/18770/>

PREFEITURA DO RECIFE (Município). São José. [s.d.]. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/sao-jose?op=NTI4Mg==>

ROSSI, Aldo. Arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROSSI, Rinaldo de Castilho. Raízes da agricultura nas cidades: sistemas agrícolas urbanos da América Latina. 2025. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18032025-095325/publico/2025_RinaldoDeCastilhoRossi_VCorr.pdf.

SILVA, Yanna Karla Garcia. Os vazios urbanos como lugar do possível. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

| APÊNDICE A - ENTREVISTA MORADORA E ORGANIZADORA DA HORTA COMUNITÁRIA DE CASA AMARELA

Entrevista realizada no dia 02 de Junho de 2025, no formato online. A entrevistada é colaboradora direta na manutenção da horta comunitária desde a sua criação. A entrevista foi estruturada e enviada por escrito; as respostas foram encaminhadas em formato de áudio e posteriormente transcritas. Para facilitar a leitura, foram feitos ajustes gramaticais sem alteração do conteúdo original.

P1: Como vocês escolheram aquele espaço especificamente?

(Ele já tinha algum uso? Era cercado, abandonado, servia pra outra coisa? Vocês pensavam nele como espaço público, privado, ou uma “terra de ninguém”?)

R1: Olha, o terreno que hoje nós chamamos de praça, horta comunitária, era um terreno abandonado, onde se jogava lixo, uma coisa horrível. Não se sabia nem de quem era, de quem não era. A gente foi depois saber que era um espaço público, depois de muita luta. Então, como foi? Nós, na verdade, fizemos uma invasão, não para fins particulares, mas para um fim coletivo. A ajuda que nós tivemos foi da Pastoral da Saúde, que vivia por aqui pela área, tentando resolver esses tipos de situação. E aí era liderado por um senhor, que criou também uma organização, que agora já fechou: O ICAS, que era o Instituto voltado para a defesa dos interesses de Casa Amarela, Instituto Saudável e Sustentável daqui de Casa Amarela. Então, foi assim que começou.

P2: Como foi a decisão de fazer a horta naquele espaço?

(Quem tomou essa decisão? Foi algo espontâneo ou articulado com alguma organização ou movimento? Como a vizinhança reagiu no início? E o poder público?)

R2: A decisão de ter nesse espaço uma horta veio porque naquele momento tinha participação bem significativa de várias pessoas ligadas a esse tipo de projeto. Tinha um rapaz, que depois começou a trabalhar na prefeitura, ele era a pessoa que trabalhava com horta comunitária, ele é agrônomo. Tinha a participação de uma outra pessoa também que gostava e muita gente que gostava muito da história de plantar, gostava muito da ideia de reflorestar os ambientes. Então, não foi logo a ideia da horta, foi muito mais de reflorestar esse ambiente. Mas como essas pessoas eram muito voltadas para essa questão, tinham um tipo de conhecimento. Então, começaram a incentivar, e tinha também uma proposta, eu vou dizer assim, coletiva da sociedade, voltada para esse interesse de se criar hortas urbanas. Aliás, eu vou dizer, era até uma proposta meio geral, no Brasil e até, eu vou dizer, no mundo. Coisa que era uma grande novidade.

P3: Como o grupo de organização se formou e se mantinha?

(Alguém coordenava ou tudo era decidido em conjunto? Houve conflitos internos?)

R3: Era uma organização completamente voluntária, todo mundo que estava aqui era tudo de graça, todo mundo investia, está entendendo? De igual para igual, no tempo que podia, e com as ferramentas, com as coisas que tinha, tanto de conhecimento quanto de ferramenta concreta que se trazia e tudo para trabalhar. Nós mesmos que limpamos o espaço, nós mesmos que aramos a terra,

nós fazíamos tudo. Inclusive as palestras, tudo. Eu criei, inclusive tem até hoje, que foi por onde você me conheceu, o Grupo da Horta, que tem aí.

P4: Como transformaram o terreno em espaço de uso e que tipo de recursos foram necessários?

(Vocês enfrentaram obstáculos no terreno (solo, drenagem, segurança, acesso)? Como resolveram?)

R4: Desse modo, começamos a fazer. A primeira coisa que nós fizemos foi um canteiro de hortas medicinais, porque para fazer horta mesmo, para alimento, como alimento direto, tipo alface, essas coisas todas, você precisa ter cercado por causa de bicho, você precisa de certas condições que a gente naquele momento não tinha. Não tinha apoio de ninguém. Esse instituto ainda tentou, porque já era uma coisa formalizada, arranjar projeto que se pudesse fazer isso, mas não vingou. E seria muito caro. Outro impedimento também, que depois ficou muito complicado, mesmo com as ervas medicinais, era a questão de que não tinha como irrigar esse espaço. Aí nós fizemos dois improvisos para fazer, pelo menos, fizemos mais de dois anos esse tipo de outra plantamos manjerição, plantamos todas essas coisas que eram mais fáceis. Aí começamos, fizemos uma tubulação que saía da minha casa para ter água, passava pelo meio fio e atravessava a rua para o outro lado. Nós levávamos garrafa pet cheia d'água, todo dia, não sei quantas, eu dava não sei quantas viagens para lá, fazendo esse tipo de coisa para poder e conservar a plantação. Era muito trabalhoso. Ainda tínhamos a ajuda desse rapaz, desse agrônomo, que orientava como fazer esses plantios. Aí depois teve que parar isso definitivamente, não só por conta de que o povo tirava sem necessidade, tirava errado, precisava de toda uma educação. Teve também que muitos do próprio grupo começaram a condenar o nosso plantio por conta de que era feito aproveitando os pneus. Aí começou que o pneu faz mal, que não sei o quê, lá. Pronto, conclusão: Foi tudo por águas abaixo. Era uma coisa linda. Se você for na internet, nós temos uma página na internet, que se chama Horta Comunitária de Casa Amarela, em que você vai ver. Inclusive, no início, era tudo coloridinho, os pneus todos pintadinhos, essa horta que a gente tentava movimentar. E crescendo as árvores, que eram árvores comuns, bananeira e não sei o quê. Então, leva muito tempo, claro, para poder se desenvolver. Era isso que a gente fez no início. Aí aproveitamos também para fazer o quê? Já para fazer eventos de pessoas que também estavam na mesma ideia, para receber pessoas que gostavam de propostas saudáveis, que pedalavam. Aí nós fazíamos debates, fizemos muitos debates, passamos muitas... muitas horas de noite fazendo isso. Íamos para lá ocupar, cantando, para, inclusive, não invadirem por outro motivo. Mas foi tão combatido que teve gente dos edifícios em volta, que não entenderam, no início, o que a gente queria e ligaram para a polícia para retirar a gente daí.

P5. A horta gerou outros usos?

(Rolavam eventos, oficinas, feiras? Como essas atividades surgiram? Elas fortaleciam o projeto ou geravam conflitos com quem queria só cultivar?)

R5: Nós fizemos muitas campanhas, inclusive fazíamos vaquinha na internet, fizemos os eventos todos que a gente negociava com as próprias pessoas que vinham trazer seus trabalhos. Uma coisa mínima, que só dava mesmo para o que a gente não podia fazer de graça, não é? E mobilizamos outros grupos daqui do Recife, tudo quanto era artista vieram aqui nos eventos. Era uma coisa muito linda, muito movimentada, e tudo com recursos próprios. Tivemos o apoio sempre da vereadora Cida Pedrosa, que foi quem nos ajudou muito, abrindo espaço para a gente na prefeitura, para as discussões, que nós levávamos todas as questões o tempo todo para a prefeitura. Foi como nós ficamos sabendo que era um espaço público, em que pé estava dentro de lá, o que era que a gente podia mexer, o que não podia. Como também tivemos uma colaboração enorme de arquitetos, porque tinha gente de tudo quanto era profissão. Tinha uma arquiteta que era professora da Guararapes, que nos ajudou muito, que traçou todo o projeto, do agora e do futuro, até hoje esse projeto existe, infelizmente ele não foi levado até às últimas consequências, não é? Não é nada, é uma coisa que já existe há nove anos. Então, chega num ponto que algumas pessoas vão mudando de vida, que vai circulando, e também quando vem parcialmente pronto, acham que já não precisa de mais nada, e

vai reduzindo a participação. Mas até equipamento da praça nós fizemos. Embora tenhamos doações também de bancos, de madeira, de um bando de coisas, de livros. Menino é uma coisa que... Muito, muito especial. É uma coisa que me enriqueceu muito.

Também por influência daqui do grupo, foi feita uma outra praça do lado contrário desta, com uma interferência da prefeitura e o uso de uma das leis, que é, quando esses empresários constroem esses edifícios, eles tem que arcar com a mudança de certos ambientes em volta, que é uma contrapartida que eles têm que dar para certas isenções de impostos. Então, isso já foi conseguido, tanto que esse lugar é uma praça mesmo, que tem banco, tem tudo, igual às praças tradicionais. A da gente não se parece com a praça tradicional. Ela é uma praça que tem a cara da gente, a cara dos moradores. E isso também foi uma luta para que se entenda isso até hoje, E também tinha conflito com isso, que alguns achavam que, pelo fato de ter muitas árvores, chamava os noiados, como se diz aqui, não sei o quê. E também sobre esse aspecto dos noiados, nós ajudamos socialmente muitos. Teve algumas, inclusive, algumas pessoas que saíram desse Estado, porque fizeram cursos e se tornaram pessoas que trabalham hoje em empresas de jardinagem. e outros a gente tirou documento, eu como sua assistente social, e outro rapaz trabalhava na prefeitura nesse lugar, então tivemos condição de ajudar alguns, inclusive, a saírem desse lugar de marginalidade.

P6: Como a comunidade do entorno reagiu com o tempo?

(Houve mudanças no comportamento dos moradores? Mais circulação, interação, cuidado com o espaço?)

R6: Com o tempo, a comunidade reagiu mais ou menos. Depois que outros se afastaram, essa turma toda jovem, depois de uns cinco ou seis anos, a comunidade começou a querer outras coisas que rolassem ali. Aí começou a ideia de ter um espaço para os cachorros, que não tinha isso, no início não tinha. Até porque não seria compatível com horta. Agora as árvores já estavam todas crescidas e aí começou a se definir de outra maneira, coisa que não estava no projeto original feito por aquele grupo de arquitetos que eu já lhe falei. E aí, claro, também começou muita divergência por conta disso. Aí não tínhamos dinheiro de novo para fazer o cercado para os cachorros. Aí lá vai-se atrás de patrocinador de novo, porque precisava interferência da prefeitura. Conclusão, não se conseguiu fazer, fizemos um improvisado, que está lá até hoje, ridículo. Mas o que aconteceu é o seguinte, aí veio o último grito de carnaval que nós fizemos, porque, nesse tempo todo, a animação era tão grande que eu e mais uma outra criamos um bloco de carnaval que sai todo ano, que se chama o Carna Horta. Está entendendo? E foi o último nas vésperas da pandemia, que foi anunciada a pandemia. Pronto. Aí tudo se descontrolou depois disso tudo. Já estávamos no pé para conseguir a adoção do espaço para o cachorro e tudo foi por águas abaixo. Voltamos tudo para estaca zero. Aí o uso começou a ser dado por outro motivo. Os bebês que moravam em volta, as mães não podiam sair para muito longe e desciam. Foi como a gente conservou ainda a movimentação da praça, na pandemia foi com a participação dessas mães que traziam seus filhos até para fazer uma festinha ali, porque era o ar livre, de seus filhos para passear com o carrinho do bebê, essas histórias todas. E eu que sempre aproveitei, e algumas pessoas, para fazer cooper. E um vizinho, que foi, acho que o cara mais útil e determinado desse projeto, que é louco, louco, louco pela proposta, agora se afastou. Ele cuidou diariamente da limpeza, inclusive juntando as fezes dos cachorros para botar numa lixeira compatível com a situação. Todos os dias ele fez isso. Só que também ele se afastou por dois motivos. Um, cansou de que ninguém fez a coisa. Outro, ele arranhou outros projetos. Outra, a idade. E outra coisa, num dos eventos que ele me ajudava, praticamente bem cedo, de madrugada, quando a gente montava uma feira, ele foi assaltado. E ele ficou com isso, com muito trauma. Então, conclusão, não teve mais que um impasse. Aí comecei a ter que juntar, pedir dinheiro para pagar. Como também uma outra maneira de sustentação, consegui fazer uma campanha para furar um poço, para tirar a água de não ser mais tirada daqui da minha casa. Consegui que um empresário daqui, que construiu os prédios aqui em volta, desse uma parte do dinheiro para se furar um poço. Aí, de novo, foi conflito, porque alguns achavam que a água era contaminada, que era isso, que era aquilo, e foi uma luta para se convencer que era possível fazer esse poço. Tanto que hoje em dia tem um poço também nessa praça, que é bombeado, que tem uma bomba, que até hoje eu tenho que guardar essa bomba, porque não tenho onde guardar, quase tudo que era.

P7: A horta ainda está ativa? Se não, o que dificultou sua continuidade? O que você faria diferente hoje?

(Quais os maiores desafios enfrentados ao longo do projeto?)

R7: Eu penso que, como horta, eu já falei quais eram os problemas, os principais desafios. Era não ter estrutura, não ter estrutura para ter uma horta. Não tinha água, luz, que era essencial, principalmente a água. E também o terreno, ele era muito castigado porque os edifícios todos foram colocando os resíduos das construções todas nesse solo. Então, por exemplo, pra furar o poço foi uma coisa terrível, teve que vir máquina mesmo daquelas de furadeira para poder atravessar o solo. Então tem isso, né? Que dificultou muito para ser horta. A outra coisa é a compreensão. O humano é a outra dificuldade maior. As pessoas não têm respeito pela coisa pública. Então, passa e acha que, como não tem um dono, todo mundo mete a mão de uma forma desordenada. Então, precisava de um longo período realmente a educação dessas pessoas, das pessoas para viverem num espaço desse, para poderem respeitar. E também era uma área pequena, para ter um plantio mesmo dessa natureza é pequeno, é pequeno.

A outra coisa, esse projeto da área de horta e área urbana, relacionado com o próprio poder público, no caso, a prefeitura, só veio muito depois, só veio porque a gente é que suscitou essa necessidade, não é? Eu não sei se poderia ter sido feito diferente, é muito difícil a gente dizer o que poderia ser feito diferente, a vida é assim. O que eu acho é que, a despeito de tudo, só temos que dizer que foi tudo muito positivo, muito. Porque o que movimentou durante pelo menos cinco anos de tudo, inclusive eu me esqueci ali de dizer que a movimentação financeira foi tão grande que nós fizemos logomarca, nós fizemos camisa para vender, que foi a maneira de sustentar. Até hoje eu tenho aqui disco, caneca. Eu criei o hino para a praça, para o bloco, eu e uma outra amiga aqui, outra participante, criamos o hino. Deu Horta no Asfalto, é o nome da música. Então eu não tenho o que lamentar e nem dizer, ah, vai fazer. Não, é a vida, foi assim, foi o que era possível.

Nós tivemos muitos estudantes que visitaram, nós tivemos pessoas de outros países, nós trocamos muita comunicação em todos os níveis. Teve também uma outra pessoa que foi significativa dessa turma de jovens, que era minha vizinha aqui, que isso incentivou ela, inclusive, a ir morar em Aldeia. Hoje ela também vive da agricultura. Então, se não tiver servido para nada, serviu para as pessoas se definirem e assumirem aquelas coisas que realmente acreditam. Então, eu achei que tudo foi vantagem, apesar de tantos conflitos, de tanta dificuldade que foi atravessada, demais até.

P8: Houve envolvimento de algum profissional da área técnica (arquiteto, agrônomo, engenheiro)?

(Se não, em algum momento vocês sentiram falta desse tipo de apoio? Em que aspectos?)

R8: Como já falei, nós tínhamos a orientação de um agrônomo, que até hoje é ainda nosso colaborador, que fez muitas coisas por aqui, que depois nos ajudou. Ele, a Cida Pedrosa e mais outros. Fizemos caravana inúmeras vezes para ir na prefeitura, na Emlurb, para pedir a participação, tivemos vários e vários debates. Hoje em dia ainda tem um equipamento, justamente, mínimo, de praça, por conta de tudo isso que nós fizemos. E tem, de vez em quando, a limpeza, alguma coisa assim. Quando tinha os eventos culturais, por conta disso tudo, eu conseguia, através da prefeitura, eu conseguia também ter os equipamentos para poder fazer os eventos na praça. Outras duas pessoas que foram, os jovens que estavam aqui naquelas alturas, foram muito importantes, mas tem um destaque para dois ou três, que um deles, inclusive, ficou tão entusiasmado que saiu e foi morar no interior e hoje em dia vive realmente de atividade relacionada à agronomia. E o outro que hoje ainda é da Prefeitura, que é o coordenador do sítio da Trindade, que é louco por questão de plantio e que até hoje também colabora. Eles também, naquelas alturas, eles saíam para semear, pegavam semente e iam jogar semente em cantos, em lugares que pudessem ter essa mesma resposta. E isso aconteceu. Tem um outro lugar que se chama Jardim Secreto, que é ali na beira do rio, do Poço da Panela, que é fruto dessa movimentação daqui. E outro lugar que também é as Mulheres da Palha do Arroz, que é outro lugar também que ficou fascinado com essa iniciativa e onde também organizaram uma coisa semelhante.

| APÊNDICE B - ENTREVISTA ARQUITETA LUCIANA RAPOSO COLABORADORA NO PROJETO DA HORTA COMUNITÁRIA DE CASA AMARELA

Entrevista realizada no dia 26 de Junho de 2025 no formato online. A entrevistada é Arquiteta e colaborou na intervenção feita na Horta Comunitária de Casa Amarela como voluntária. A entrevista foi estruturada e enviada por escrito; as respostas foram encaminhadas em formato de áudio e posteriormente transcritas. Para facilitar a leitura, foram feitos ajustes gramaticais sem alteração do conteúdo original.

P1: Qual o seu foco de atuação? O que motivou essa escolha?

R1: Eu sou arquiteta. Me formei em 2002, então já tenho muito tempo de escritório. Fui professora também, passei 10 anos como professora, 10 anos ou mais como consultora de sustentabilidade no SEBRAE e outras coisas que eu fazia lá. E a questão do meio ambiente sempre foi muito forte para mim. Faz muito tempo que eu não dou entrevista, muito tempo que eu não dou palestra sobre esse assunto, e eu tenho uma razão. Mas, no momento, eu realmente tenho focado em arquitetura de hospitalidade. Eu faço coisas residenciais, faço projetos muito para hotelaria, hospedagem como um tudo, que é... Airbnb, casas de veraneio, hotéis, pousadas. E trabalho muito forte com o Fernando de Noronha.

P2: Como conheceu o projeto da horta comunitária? E o que te fez querer colaborar?

R2: Ele começou com o dia de chuva, em que existia esse espaço lá. E aí, uma pessoa lá pegou um microfone e começou a convidar as pessoas para poder fazer alguma coisa por aquele espaço, uma intervenção urbana. Foi uma coisa totalmente voluntária, totalmente espontânea. Na época, a gente não tinha muito essa expertise de movimentações. A gente já tinha vivido o Ocupe Estelita, mas era o máximo que tinha acontecido. A gente não sabia como se organizar e aconteceu espontaneamente, dessa forma. Eu já seguia muito essas coisas, já era parte dos direitos urbanos, em que se divulgavam muitos eventos. Como eu sabia que era perto de mim, e eu estava sempre muito antenada nessas questões ligadas à sustentabilidade urbana, eu me voluntariei para poder participar da horta. Chegando lá, como eu falei, estava chovendo, e aí as pessoas disseram: “Ó, quem quer ajudar com... agricultura vai pra cá, quem quer ajudar com projeto vai pra lá, quem quer ajudar com não sei o que vem pra cá pro meio.” E aí eu disse: “Bom, projeto eu sei fazer”... E aí eu cheguei junto, tinham pessoas de todos os tipos, idades, principalmente jovens. E aí eu comecei a coordenar, como eu tenho um escritório, eu comecei a coordenar os encontros e meio que tive que ser uma liderança e dizer: “pessoal, são muitas ideias, vamos amadurecendo isso. Hoje é só um start, e aí vamos lá para o escritório depois para a gente poder ter outras reuniões”. Depois a gente foi lá no escritório e aí a gente foi construindo juntos com esses outros grupos, porque não dava para todo mundo ir se reunindo o tempo todo.

P3: Qual era, formalmente ou informalmente, o seu papel? Você foi contratada, convidada ou atuou como voluntária?

R3: Ninguém foi contratado. Foi uma coisa muito espontânea, como eu falei. Mas eu fui além. Além dessa minha participação em que eu usava o meu escritório, pagava os meus estagiários e, eventualmente, eles faziam os projetos da horta. Até que consegui ganhar funções, porque sou autônoma, não tinha uma ONG, mas queria muito contribuir. Eu era professora, como falei, da universidade e assumi o escritório modelo de arquitetura. Eu podia escolher projetos na cidade e tinham 20 alunos para poder construir tudo aquilo comigo. Foi incrível, porque eles eram obrigados a fazer. A gente fez maquetes, fizemos 3D, fizemos participação nas ouvidorias, fizemos reuniões nas escolas, onde tinha alguma coisa que a comunidade estava envolvida, os vários atores, uma galera que fazia muita confusão, mas também outras que ajudavam, enfim, aquele burburinho.. onde eles estavam reunidos, a gente precisava estar junto com a nossa equipe para poder ir apresentando, porque foram várias etapas. Você sabe que arquitetura você começa com um bom estudo da área, com um bom diagnóstico, para depois você passar para um anteprojeto. Então, a gente foi apresentando as etapas uma a uma, até que no final fizemos uma maquete legal física e também uma maquete virtual.

P4: Como foi a sua colaboração na prática?

(Foi mais técnica, mediadora ou organizadora? Sua atuação envolvia momentos de escuta e decisão coletiva com os moradores?)

R4: Foi tudo. Mediadora, foi organizadora também em alguns momentos, só que aí tinham vários grupos, né? Então, assim, a parte de espécies e tudo mais, a gente fazia visita com os alunos e a gente chamava um agrônomo voluntário. Como professora, eu vestia a camisa da universidade e dizia: “Ó, galera, vem cá ajudar a gente”. E aí muitas pessoas chegavam juntos, foi bem rico também. Foi rico para mim, foi rico para a equipe que trabalhou voluntariamente e participou dessa escuta e viu como foi a construção dos conceitos para que a gente pudesse depois transformar aquilo em forma, que é o papel da arquitetura e do arquiteto.

P5: Quais foram os principais desafios enfrentados no processo e que aprendizados essa experiência trouxe para você enquanto arquiteta?

R5: Os desafios eu acho que foram o seguinte: Uma minha limitação, né... naquela época ainda queria salvar o mundo e, assim, tinha minhas contas para pagar, uma filha bem pequena, como autônoma, né? tentando me virar e não conseguir abarcar tudo. Mesmo assim a gente se envolveu bastante e também outros grupos de interesse, porque dentro dos voluntários, dentro das pessoas que opinaram, tinha o pessoal que às vezes tinha uma visão é mais radical em relação à pavimentação, outros que diziam que não podia ter carro de jeito nenhum, só que a gente tinha escutado geral e a galera queria que tivesse carro, local para estacionamento. Eu lembro que a gente ouviu, ouviu, ouviu e disse, “tá, vamos priorizar as crianças”. Aconteceu uma coisa curiosa. No final o projeto não foi executado conforme o projeto. Serviu para ilustrar, serviu para a gente fazer. A gente cobrava muito daquele prefeito João da Costa. E aí ele depois resolveu botar um poste lá, então foi muito bom, assim, a gente tá junto por conta disso. Internamente a gente não queria expor mas tinha um conflito sim, mas coisas de seres humanos. Onde tem pessoas reunidas e grupos de interesse e dedicação vai ter esses pequenos percalços, mas foi tudo muito sutil. Acho que a grande contribuição foram as amizades, foram os contatos que eu fiz. Conhecer pessoas que realmente trabalham com horta, até hoje trabalham, agrônomas. Indiquei para muita gente nos meus projetos de paisagem. Mas eu sempre indicava, faz com o fulano, justamente por conta dessa coisa do jardim, dessa minha experiência com permacultura que eu tinha tido já desde a época da faculdade. Eu fui lá no Vale do Capão, conheci as comunidades sustentáveis. Botei uma mochila nas costas e vi como eles funcionavam.

Então, assim, eu queria muito conhecer outras experiências. Eu fiz um projeto sustentável, que eu queria conhecer as hortas comunitárias de outros países, de outras realidades. Aí eu fui para

o Rio de Janeiro para conhecer as hortas. Uma que era em cima de um lixão e tinha se transformado numa praça, uma experiência muito interessante no Vidigal. Tudo isso para criar conteúdo para dar aula sobre isso, para lidar com as pessoas da cidade, para ver coisas que acontecem no resto do mundo e até comparar com as nossas experiências. Fui para Freiburg, que é uma cidade considerada na época a mais sustentável do mundo, que era na Alemanha, e conheci lá as experiências das hortas dos senhorzinhos, dos aposentados que ficam trabalhando. Horta em cima do telhado, na Itália, enfim, eu vi muita coisa interessante e eu sempre via isso à luz da nossa experiência em Casa Amarela, e dentro dessas cidades. Depois entraram umas duas colegas que também são arquitetas ambientalistas e brasileiras, só que uma ficou na Suécia. ... somos correspondentes, digamos assim. E elas falavam como eram as hortas lá, e aí iam, ficaram meio acampadas um tempo, e eu ficava cá contando como era a experiência. Foi riquíssimo nesse aspecto de conteúdo mesmo, de repertório, diria assim.

E eu lembro que, assim, do nosso projeto teve uma coisa que me chamou muito a atenção. A gente, na época, não tinha muito essa coisa de parcão, estava começando. As crianças eram prioridade. Então, a gente colocou um cercadinho para brinquedos na parte mais nobre, onde tinha uma árvore, e jogou a outra parte do parcão na beira do canal. Na prática, quando a galera fez uma intervenção, eles trocaram, botaram as crianças pra brincar lá na beira do canal e os cachorrinhos pra brincar na área nobre. Mas enfim, são coisas que acontecem à medida que a cidade e as famílias vão mudando. Tiveram outras questões também que foram alteradas, mas aquela ideia de sítio, de quintal, de uma coisa orgânica, orgânica no sentido visceral de como ela foi construída, de como ela surgiu a partir da intervenção de vários vizinhos que realmente desciam, que realmente tinham aquele apreço pelo espaço e se dedicavam àquilo. Eu acho que o projeto foi, sim, implementado, desse ponto de vista, sim.

P6. As características do entorno impactaram nas decisões projetuais? De que forma?

R6: Com certeza, né? Já que a gente fez todo um levantamento pra ver o que a população queria. Paisagem, história do bairro, o ambiente construído ao redor, luas? Não. Porque, veja, a gente não deu entrada num projeto que tinha tanto de altura, tanto de afastamento, simplesmente porque não era uma construção. Era uma intervenção paisagística.

P7: Sei que hoje o projeto está inativo, sua participação foi até o fim da iniciativa ou você saiu antes?

R7: Eu saí quando parei de frequentar, digamos assim, a não ir para eventos... Quando a estrutura já tinha tomado forma, não a forma do nosso projeto exatamente, mas já era uma praça, sabe? Não era mais uma horta, mas era uma praça, era um espaço público, era um espaço utilizado. A gente fazia as ações sociais que fazia, ajudar não sei quem a se juntar. Então tudo isso já tinha rolado. Não precisava mais reconstruir nada. Eu acho também que quando construíram aqueles prédios por perto o público mudou um pouco. Eu lembro realmente muito do pessoal que frequentava para passar com cachorro que já eram moradores de fato. Antes era gente que vinha. Eu lembro de um menino que era agrônomo que ele pegava ônibus de aldeia e saía de noite, depois do trabalho, pra poder fazer esse trabalho voluntário lá com a galera. Então assim, tinha essas pessoas incríveis lá reunidas. Mas depois que a coisa começou a andar sozinha, quem ficou foram as pessoas que eram moradoras. A gente fez muita intervenção. Eu me lembro muito, minha filha pequena, eu levava ela pequena para catar lixo, para poder ajeitar o Jardim do Povo. Ficavam os bêbados olhando a gente trabalhar, sabe, a gente com a enxada... Aí, meu Deus do céu, aí meu marido da época ficava... “Por que que a gente tá no sábado aqui ajeitando a cidade para um bêbado velho desse ficar aqui encarando?” Aí essas coisas, com o tempo, realmente me fizeram focar em outras questões. Não que eu não me preocupe mais com as questões da cidade e questões coletivas, mas eu acho que foi uma forma e um aprendizado muito grande para mim, a partir de muitos anos. Como eu disse, eu comecei essa história já faz muito tempo, me formei com 22 anos, mas agora eu tenho 45. Então eu tô hoje cuidando de mim, tô tentando cuidar de mim, que acho que é a melhor forma de cuidar do planeta e

da sustentabilidade. Agora, se você me perguntar se eu acredito que as mudanças climáticas vão ser reduzidas por alguma ação social das pessoas, por alguma conscientização, esqueça. Eu não falaria isso porque depois da pandemia as coisas foram meio pros seus lugares, sabe? O meu romantismo acabou por completo. Vou curtir aqui enquanto o mundo não se acaba... E aí a gente pode aproveitar o que o meu ambiente ainda tem pra gente. Continuo fazendo a minha parte. Continuo fazendo tudo aqui na minha casa, as minhas ações. Mas eu não sou mais um ativista de querer que as pessoas... E convencer ninguém a fazer o mesmo, sabe?

P8: Qual a sua opinião sobre o papel do Arquiteto na sociedade hoje?

R8: Veja, eu acho que, hoje, com o capitalismo do jeito que ele se desenvolveu, eu acho que o arquiteto tem um papel fundamental, e eu vou te dizer qual é: Sobreviver. Desculpe a franqueza, mas é uma profissão que é muito difícil você conseguir ser bem remunerado e, como eu falei, eu passei muito tempo fazendo muito trabalho voluntário e isso não é reconhecido, sabe? Bom, eu fiz como meu papel de cidadã e também pela questão social e tudo mais, pelo papel do arquiteto no desenvolvimento das cidades sustentáveis, só que cada vez mais isso tem tido menos espaço. Então, assim, não é porque as pessoas não querem, não é porque a nossa classe está de costas para as necessidades de uma cidade melhor, com mais qualidade de vida, para a salubridade, para a saúde, a saúde em um macro aspecto. É que as pessoas estão lutando para sobreviver em um sistema muito, muito, muito perverso. Então, não à toa, as pessoas terminam fazendo muito mais ambientação do que urbanismo. O urbanismo não depende de mim, de dizer: "ah, eu tenho uma pessoa que eu vou fazer um projetinho pra ela". Porque todo mundo tem que morar num apartamento mesmo, então eu vou fazer uma bancadinha aqui, vou fazer um armário que realmente precisa, e é muita demanda e o investimento é pequeno. É diferente de fazer uma intervenção urbana. É muito diferente, porque assim, quem paga essa conta é a própria cidade. Então, isso vai ser através de quê? De uma prefeitura? De um governo? Estado? De ações ligadas às grandes ONGs e consultorias que existem? Que são poucas. Hoje são poucas aqui no estado de Pernambuco. Quem trabalha ali são umas duas ou três consultorias de urbanismo, que envolvem meio ambiente também, paisagem, enfim. Que lidam com as questões de infraestrutura da cidade, prestando serviço muitas vezes à prefeitura, mas sobretudo ao privado. E, assim, não é um mercado muito promissor para quem quer, como eu falei, sobreviver, que eu acho que é o grande papel do arquiteto.

P9: Em iniciativas de ocupação de vazios urbanos como essas, quais contribuições específicas de um arquiteto urbanista você considera indispensáveis para que o processo seja bem-sucedido, considerando seu conhecimento técnico e sensibilidade ao contexto?

R9: Conhecimento técnico, vou lhe dizer: Gestão. É muito mais uma questão de gerenciar do que de desenvolver, sentar e desenvolver um projeto, basicamente. Pode dizer que não, o projeto é o trabalho. Tá, mas o desenho é o de menos, né? Eu acho que é o amadurecimento da ideia. E essa gestão desses vários atores é o que eu considero como as competências mais importantes para que o projeto seja bem-sucedido

P10: Você acredita que após a execução do projeto, o arquiteto ainda tem um papel ou a manutenção e adaptação do espaço passam a ser responsabilidade da comunidade?

R10: Veja, após a ocupação, o arquiteto ainda tem um papel, ele vai ter todos os papéis do meio, do começo até o fim, desde que ele seja contratado para isso. Se a pessoa entrega a obra e depois

disso ela é solicitada para fazer a manutenção e adequação de alguma coisa, acho maravilhoso. Isso é uma responsabilidade do arquiteto, é responsabilidade do empreendimento, do gestor do empreendimento.

No caso de lá, a gente já fez o projeto junto com algumas ações de execução, porque a gente fazia mutirões. Aí, a gente agora vai fazer essa parte aqui de uns canteiros e não sei o quê... Não sei se é papel do arquiteto. Como eu falei, meu papel foi muito mais como cidadã do que como arquiteta. O arquiteto tem que fazer o desenho dele, entregar, se esforçar para que aquilo corra bem, mas a responsabilidade de ficar indo atrás de dinheiro para executar, isso eu não vejo como uma obrigatoriedade ou uma responsabilidade do arquiteto, sabe? É sim dos interessados. Eu fiz muito mais por aquela área do que pessoas que estavam morando ali na vizinhança e viam a gente trabalhar enquanto não estavam nem aí. Então, assim, não coloco essa carga nos arquitetos, não. Acho que, mais uma vez, isso é uma coisa voluntária e que se houver um desdobramento e puder contribuir, ótimo. Senão, a comunidade e os usuários, através de algum tipo de gestão, podem dar continuidade.

P11: A universidade te preparou para um tipo de atuação mais coletiva e social como esse caso?

(Se sim, como? Se não, o que faltou?)

R11: Veja, a universidade que eu fiz foi em 1998. Então, assim, a gente não tinha nada disso, não. A universidade, ela tem que ensinar a desenhar, tem que ensinar os grandes preceitos, né? Já é um curso que naquela época era bem denso. A carga horária era muito maior do que é hoje. Em alguns cursos, talvez a federal não, mas os particulares sim. E ninguém chegou lá para dizer: "olha, vamos adotar a cidade, vamos abraçar as causas". Acho que isso, não me lembro disso na faculdade. Agora, existia alguns outros grupos de interessados que se envolviam com o Centro Nacional de Estudos de Arquitetura, ativistas como eu e alguns outros colegas, e aí a gente achava que poderia fazer alguma coisa diferente. Eu era muito jovem, então não tinha muitas condições de colocar as coisas em prática, mas fui atrás e consegui levar algumas iniciativas adiante.

P12: A sua atuação nesse projeto te levou a repensar o papel social do arquiteto?

(De que maneira? Algo te marcou profissionalmente?)

R12: Não. Eu já tinha esse pensamento. Foi anterior, não foi uma coisa que... Agora que eu descobri que tenho que ser social. Eu só fui lá porque eu já sabia dessa responsabilidade que eu atribuía a mim mesma. Já disse inúmeras vezes, como cidadã e tendo as ferramentas que um arquiteto tem, que a gente sabe que pode fazer muita coisa para melhorar a cidade e a qualidade de vida das pessoas, mas que mesmo que a gente não seja contratado pra isso, eu quis ir atrás.

P13: Houve alguma situação em que você sentiu que poderia ter contribuído mais para a dimensão social do projeto, mas não havia espaço para isso?

R13: Não, não poderia, não. Eu dei, acho que até mais do que eu poderia, considerando que eu tinha minhas outras obrigações, que às vezes eu deixava de mão para poder cuidar da coletividade. Mas, como eu falei, o capitalismo tem outros propósitos. Então, quem não dançar conforme a música vai ter algumas dificuldades.

P14: No meu estudo eu destaco a baixa porcentagem de profissionais que atuam com projetos urbanos e, principalmente, em cenários mais ativistas. Pela sua experiência, o que você acha que distancia os profissionais desse tipo de atuação?

(Acredita que, na prática da profissão, existe espaço para essa atuação?)

R14: Espaço e trabalho. Simples assim. Acredito que na prática da profissão existe espaço para essa atuação. Muito pouco, viu? Desejo sorte. Mas das pessoas que eu vejo que realmente conseguem viver bem e ter suas famílias e conseguir ao mesmo tempo contribuir com as construções dos espaços urbanos, que geralmente são ou através de prefeitura, como eu falei, ou através de projetos privados, de ONGs ou de institutos. Mas, fora isso, não vejo muito espaço para o urbanismo, não. Pelo menos, não em Recife. Eu tenho uns colegas que foram para São Paulo. Teve um que foi morar no exterior. A que ficou aqui, rodou e fez mestrado, doutorado. Ou seja, são pessoas que têm que estudar muito. Praticamente, ficam focando na vida acadêmica. Terminam sendo professores também, para tentar agregar alguma coisa, mas não acredito que seja porque as pessoas não estão afim. Isso tem uma razão e a razão é muito simples, questão de espaço mesmo, de trabalho, de remuneração, de viabilidade, de se envolver em uma coisa que sabe que não existe tanta área.

| APÊNDICE C - Entrevista com colaborador da Comunidade dos Pequenos Profetas (CPP)

Entrevista realizada no dia 09 de Abril de 2025, às 11h30, na Comunidade dos Pequenos Profetas, situada no bairro de São José, Recife–PE. O entrevistado é colaborador direto na manutenção da horta comunitária situada no telhado da edificação. A entrevista foi semiestruturada, com perguntas reconstituídas a partir da conversa. O conteúdo das falas foi modificado a partir de pequenos ajustes gramaticais para melhor compreensão sem alterar o conteúdo original.

P1: Há quanto tempo existe a CPP e como ela surgiu?

R1: A CPP já existe há mais de 30 anos. Começou com os meninos de rua. Começamos a fazer um trabalho para ajudar os meninos de rua. A gente tinha outros espaços na cidade. Tinha duas casas que a gente trabalhava com meninos e outra casa só meninas. Aí o projeto passou por uma dificuldade financeira, vendemos as duas casas e compramos esse prédio. Foi quando iniciou a CPP. Aqui juntou tudo: meninos, meninas, cursos e parte financeira e administrativa, que é no segundo andar.

P2: Como surgiu a ideia de fazer uma horta no telhado?

R2: Esse telhado aqui surgiu porque, como a gente trabalha com crianças e adolescentes e o público de rua, teve muita depredação. Muita depredação e furtos aqui dentro. Eles mesmos subiam e furtavam. Em um mês a gente teve sete arrombamentos. Porque eles subiram pelo telhado, arrombaram a grade e entraram. Levaram som, televisão, alimentos, botijão de gás. Demetrius teve a ideia de fazer este telhado produtivo. Aí os financiadores arrecadaram doações e a gente construiu. No começo a gente começou a arrecadar garrafas PET e a gente tirava do mangue, na rua da Aurora com os adolescentes. A gente lavava as garrafas, furava, colocava as plantas e eles podiam levar pra casa. Porque na comunidade não tem onde plantar. Eles penduravam nas portas.

P3: Quem participou do processo de construção do telhado?

R3: A gente começou com as doações financeiras, de dinheiro. Aí a gente foi atrás de uma empresa que trabalha com esse tipo de material de reflorestamento. Fica lá perto, na Imbiribeira, perto do aeroporto. Teve um arquiteto que fez os projetos. O projeto entrou com a parte financeira, mas teve arquiteto, teve a empresa certa. Aí fizeram a impermeabilização da laje e construíram.

P4: Como funciona o plantio, a colheita e o cuidado com a horta?

R4: A gente semeia aqui nas bandejas as primeiras mudas. Primeiro a gente faz aqui: semeia, coloca o adubo e coloca as sementes que já estão ali. Essa semana já vai começar a semear. Aí, quando ela estiver grande, a gente leva pros canteiros. Não pode plantar direto lá porque o sol é muito quente e, às vezes, chove muito. Aí a planta ou morre de sede ou morre afogada. Aí aqui tá seco, tá vendo? Porque a gente tem que desligar o sistema de irrigação. Uma vez por semana a

gente vai colhendo e os meninos levam para casa. A gente coloca numa sacolinha de papel porque a gente tá evitando usar sacola de plástico.

P5: Quais espécies são cultivadas e como organizam os canteiros?

R5: Tem pimenta, alface, couve, alecrim. A gente vai sempre misturando. A gente só tem um cuidado assim: em dois canteiros a gente coloca a pimenta, aí a gente não pode colocar alface ali. Porque na hora de colher o alface o menino vai ali e depois tem que ir lá pra pegar a mesma coisa. Pra ficar fácil a colheita, sabe?

P6: Quem participa da horta no dia a dia?

R6: Eu que trabalho com eles fazendo isso. A gente nunca faz sozinho. No dia a dia, quando tem público, tem gente participando. Eles vêm participar e aprender como fazer. Cada um se engaja numa oficina. Quando eles vão chegando, vai tendo uma divisão dessas oficinas. Uns vão pra sala de informática, outros vão pra roda de leitura na biblioteca, alguns vêm para horta, outros vão pro futebol. Tem uns que não querem fazer nada e só vêm para conversar ou para se alimentar.

P7.: Qual é o perfil do público atendido pelo CPP?

R7: Todo o centro do Recife, comunidade do Coque, Joana Bezerra. Até vêm meninos de longe pra cá. Diariamente, a gente está com um público de 30, 40 crianças e adolescentes. Esse público é rotativo. Às vezes uma criança não vem hoje, já vem amanhã. E assim vai. Mas a gente tá com uma queda por causa das escolas. A maioria tá integral agora. Dia de sexta-feira que enche essa casa. Nas férias aumenta. Vem tudo pra cá.

P8: A horta teve impacto no comportamento das crianças?

R8: Mudou porque eles deixaram de depredar o patrimônio. Eles passaram a manter. Eles quebraram muitas portas. A partir do momento que fizeram o processo de cultivar hortas, foram dando mais valor. A cada 15 dias a família leva alface. Aí as mães geralmente perguntam: “Onde é a horta?” E eles respondem: “É da CPP. Lá tem uma horta que a gente tá plantando.” A gente vai na casa da pessoa, leva e pendurá lá. Aí eles vão dando valor. A gente vai espalhando, né? Como aqui não tinha nada disso, era tipo um prédio normal, eles aproveitavam para roubar. Muitos vizinhos aqui também têm esse problema de arrombamento, mas aqui o espaço é eles mesmos que protegem agora. Eles mudaram o olhar para o espaço.

P9: Como é feito o sistema de irrigação?

R9: A irrigação é dividida por zonas. Zona 1, 2, 3. Lá no berçário é a zona 1. Essa parte de cá é a Zona 2. Essa parte é a Zona 3. De manhã, por exemplo, 8h, ele começa a zona 1 por 5 minutos, depois espera, vai pra zona 2, que pega mais sol, por 20 minutos, e assim por diante, em quatro horários do dia. A terra já está ficando meio cinza porque está sem água, porque está desligado o computador do sistema aqui embaixo. E ele é programado. Às vezes acontece do gotejamento não molhar todas as plantinhas. A gente faz um reforço com a mangueira quando precisa.

P10: De onde vem a água utilizada na horta?

R10: Tem um poço de água que abastece. Lá embaixo tem um quartinho que tem um poço. Aí tem uma bomba que abastece. Logo na entrada tem uma cisterna de 10 mil litros no chão. Aí de lá já tem outra bomba que puxa da cisterna e vem pra essa outra aqui em cima, também de 10 mil litros. Agora, a água para consumo e alimentação é da Compesa. Tem um sistema de filtragem da água, mas essa do poço é só para irrigação, limpeza, essas coisas.

P11: Como é feita a compostagem e adubação do solo?

R11: Quem cuidava disso eram só as mulheres. Aqui nessa sala, a gente coloca as minhocas para adubar a terra e colocamos as sobras de alimentos e hortaliças para elas comerem. Aí a gente mistura com um pouco de terra e planta. Uma parte da terra a gente compra. Lá em uma empresa de Olinda.

P12: Há acompanhamento técnico especializado?

R12: Tem uma pessoa que é agrônoma. Ele mora no interior. Quando a gente precisa, ele vem orientar. Ele ajudou no projeto e com as abelhas, por exemplo. Às vezes a terra tá com problema, ele faz a análise. Porque a gente não usa produto químico, é tudo orgânico. Teve um arquiteto que fez o projeto também. No dia a dia, tem uma pessoa aqui que me dá suporte. Eu fico com o dia a dia da horta e ele resolve as broncas técnicas, como a bomba.

P13: Há outras práticas sustentáveis que começaram a partir da horta?

R13: Tem a criação de abelhas Uruçu nessas caixas. Como a gente tá dentro da cidade, não tem muitas flores, aí com a ajuda do agrônomo a gente começou a criar as abelhas aqui para polinizar a área. Tá vendo aquelas flores amarelas que tão ali? Foram elas. A gente faz uma mistura com dois litros de água, dois quilos de açúcar e dois limões, para alimentar elas e isso evita que elas tenham que voar pra muito longe. Aí elas produzem o mel e a gente pega aqui também.

P14: Tem algum plano de expandir alguma prática da horta ou algum ponto de melhoria?

R14: Não, é mais manter o que a gente ensina aos meninos pra eles fazerem em casa. Vem muitas escolas também, a gente recebe muita visita de escolas particulares. Eles vêm fazer pesquisa, conhecer e aprendem também. A gente tá precisando mais agora de pequenos reparos em algumas partes, porque já faz mais de 10 anos. Com sol, chuva, sol, chuva, tem algumas madeiras que precisam de reparo. A energia solar foi depois também porque a gente gastava muita energia, agora diminuiu muito. Aí precisa comprar mais, mas já diminuiu bastante.

| APÊNDICE D - ENTREVISTA COM MORADORA E FUNDADORA DA HORTA COMUNITÁRIA MÃOS DE MILAGRE

Entrevista realizada no dia 11 de Julho de 2025 no formato online. A entrevistada é fundadora do Coletivo Mãos de Milagre e articulou todo o processo de intervenção para que a Horta Mãos de Milagre acontecesse. A entrevista foi estruturada e enviada por escrito; as respostas foram encaminhadas em formato de áudio e posteriormente transcritas. Para facilitar a leitura, foram feitos ajustes gramaticais sem alteração do conteúdo original.

P1: Me conta como surgiu a ideia e o projeto. O que motivou a criação da horta? Alguém influenciou esse começo?

R1: A Horta teve início dia 27 de novembro de 2024, mas bem antes disso já havia uma articulação a fim de curar uma depressão que eu tinha, a fim de compartilhar o meu saber. Eu, seguindo a Secretaria de Agricultura Urbana, que é a SEAU, da Prefeitura do Recife, eu vi que eles mexiam muito com hortas, com plantio, tinha essa questão também de alguns remédios medicinais, e eu sempre gostei disso. Porém, estava desempregada, estava numa deprê em casa, e eu sei fazer sabão agroecológico e sei fazer shampoo também. Eu disse: “já que eu tô em casa, eu vou falar com eles para poder oferecer essas oficinas, mesmo que gratuitamente, sabe?”. Porque eu acho que esse bem, esse saber que eu tenho, que é passar de mãe pra filho, tem que se espalhar. Então, eu falei com eles através do Instagram, me deram um zap e eu conversei com a assistente social e ela marcou uma conversa comigo pessoalmente. Eu fui lá na prefeitura, na secretaria deles, conversei, falei de tudo que eu sabia fazer. Aí mostrei também que eu sabia fazer vela na quenga de coco, sabe? Uma coisa bem artesanal, mas também mexendo com agroecologia, que eu achei interessante para passar para eles. Então, ela escolheu o sabão e o xampu para eu dar essa oficina gratuitamente. E nessa conversa, eu ouvi, a pessoa que hoje é a nossa técnica, falando com outro amigo para ir visitar a horta de tal comunidade. Eu disse: “vocês fazem horta comunitária também, vocês dão apoio?” Ela disse “damos sim”. “Poxa, será que era possível um dia colocar uma horta lá na minha comunidade, no meu território?” Ela disse: “veja um espaço, que a gente conversa.”

P2: O que fez vocês escolherem esse terreno e como foi o processo de ocupação? Pelo que entendi ele foi cedido, não é?

R2: Eu comecei meio que a pensar em um espaço aqui. A gente tinha ganhado um terreno, mas era de difícil acesso, lá perto da mata. E de repente eu pensei nesse espaço que estava ocioso por trás do posto de saúde, que ficava naquela questão, “reforma ou não reforma o posto? Vai, mas não vai?”. Eu só sei que o posto está aqui há 20 anos no nosso território, e nunca teve essa reforma de extensão do posto. E esse terreno sempre esteve ocioso, servindo de banheiro de cavalo, uso de entorpecentes, sabe? Então era um terreno abandonado, atrás do posto, cheio de mato, cheio de lixo. Então eu vi esse terreno como uma possibilidade de fazer a horta. Foi quando a técnica esteve aqui, a gente conversou pessoalmente, a gente foi conversar com a gerente do posto. Por coincidência, tinha uma pessoa da saúde acompanhando. Ele falou na hora, ela autorizou e amou a ideia porque a gente seria a primeira horta vinculada a um posto de saúde da RPA 6, porque só existe uma na RPA 4. Então, ela amou a ideia. E a gente foi, articulou e começou. Aí eu fui com a articulação para a

comunidade, para juntar as pessoas e assim fazer o coletivo. E a técnica foi articular junto com o pessoal da prefeitura essa questão do solo, o que é que precisa limpar, o que é que precisa colocar, estudo do solo, essas coisas, enfim. Então, quando foi no dia 27 de novembro, foi o nosso primeiro plantio da horta. Dia 27 de novembro foi o nosso primeiro plantio da horta, o coletivo começou muito pequeno, sabe? E agora já estivemos mais de 20 pessoas. Hoje estamos em 12, porque algumas pessoas, ao longo do tempo, às vezes não entendem bem a proposta e acham que é para se auto beneficiar e acabam largando a mão ao longo do caminho. Mas para quem entendeu e para quem está com a gente desde o começo, são as que estão até agora. São 11 mulheres pretas, 12 comigo, periféricas resistindo e agindo dentro do território, no sentido de fomentar a agricultura urbana dentro do seu território. Trabalhando com agroecologia, trabalhando também a horta terapia, já que a gente recebe alguns pacientes do posto, sabe? E também já que muitas de nós são mulheres acompanhadas pelo CAPS, pelo CRAS, pelo CRES, então a horta terapia vem num acolhimento, sabe? Onde a gente se acolhe, onde a gente tem esse vínculo com o posto e também está recebendo pacientes idosos lá. A gente já recebeu várias visitas, também temos a questão da segurança alimentar, plantamos milho. Tivemos o nosso primeiro corredor agroecológico que a gente planta feijão, batata, não, feijão, milho e jerimum. Tivemos a nossa colheita de milho, de feijão. A gente também tem outras coisas, como o Quiabo, Farmácia Viva, Batata Doce, sabe? A gente recebeu os alunos da Rural aqui para colher a batata conosco, foi um momento muito especial, os alunos de agroecologia. Foi assim que surgiu a ideia dessa minha necessidade. E, sim, tendo em vista que Milagres foi a segunda comunidade mais atingida com a queda das barreiras no inverno de 2022, eu quis trazer vida para onde a gente teve tantas mortes. Especificamente, exatamente 13 pessoas morreram aqui dentro da comunidade. Então, era um lugar que estava sendo marcado por tristeza, por choro, por perdas. Eu quis dar uma nova cara, uma nova esperança, sabe? E fazer algo em prol da justiça climática, em prol do meio ambiente, dando soluções baseadas na natureza para lugares ociosos, lugares abandonados, lugares de risco.

P3: Como acontece a dinâmica de organização do espaço, colheita e infraestrutura? Tem ajuda de alguma instituição ou profissional como arquiteto/agrônomo?

R3: A gente tem um calendário onde pequenos grupos diários vão lá fazer irrigação e a manutenção da horta. Irrigação, limpeza, cuidado, varrer, colher, plantar. E, periodicamente, a gente tem a visita da nossa técnica, que o pessoal da Secretaria de Agricultura Urbana manda para cá junto com mudas e insumos. Toda a nossa ajuda está vindo do pessoal da prefeitura. A gente ainda não tem apoio financeiro. A gente é um coletivo independente. Ainda não temos CNPJ. Estamos aí na luta para poder conseguir participar de alguns editais.

Então, como eu te disse, quem nos dá todo o apoio de infraestrutura, sabe, com adubos, insumos, triturados, mudas, visita técnica, tudo isso é o pessoal da Secretaria de Agricultura Urbana da Prefeitura do Recife. Sem eles não era possível fazer nada disso. Eu tive a ideia, arrumei o terreno e eles chegaram com todo o resto. Depois eu tive a articulação da comunidade, formamos um coletivo e eles é que nos nutrem esse tempo todo. A gente não tem nenhuma ferramenta, porque infelizmente a secretaria não tem como ser de ferramenta, então a gente precisa de ferramentas, todo tipo de ferramenta que você imaginar, porque a gente não tem uma pá, a gente não tem uma enxada, não temos nada. Então a gente precisa de ferramentas, a gente precisa de camisas UV, porque no sol queima bastante a pele na chuva, as plantas coçam os pelos das plantas. A gente precisa de chapéu, a gente precisa de PI, a gente precisa de tudo e, infelizmente, a gente não tem nada. Somos feitos de 12 mulheres carentes dentro desse território, a gente tem a coragem, a garra, a resistência, mas a gente não tem quem nos ajude. Muita coisa precisa melhorar, muito. O que mudou do começo para cá é que a Horta teve um conhecimento muito grande, a gente já passou em várias reportagens, recebemos a 14ª Bienal da UNE aqui, aí fizemos um movimento muito massa junto com a Secretaria de Agricultura. O pessoal da Inovação Urbana veio aqui e deu oficinas para os jovens de grafiteagem. Junto com o coletivo que cedeu o espaço, plantamos junto com eles, foi uma maravilha.

P4: Quais os principais desafios na época da implementação e hoje?

R4: Os desafios que a gente encontra é se manter de pé, sem recurso. É a falta de recurso, é a falta de grana, sabe? Porque se a gente precisa de uma enxada para limpar um mato, a gente pede emprestado. Se a gente precisa de uma pá, a gente pede emprestado. Se a gente precisa de um cavador, de um ciscador, a gente pede emprestado, sabe? Tudo, tudo a gente pede emprestado, porque a gente não tem nada.